PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 27/28 • Dezembro/Fevereiro de 1998/99 • Nº 79 • Preço: R$ 6,00

Entre a Política de Poder e a Utopia de Governo Global
Fátima V. Mello

Pensar Localmente, Agir Globalmente
Aurélio Vianna Jr.

Uma Experiência de Participação Civil na Definição de um Projeto Nacional em um Mundo Globalizado
Alberto Arroyo

Brasil Sustentável e Democrático: uma proposta de investigação e mobilização social
Sergio Schlesinger e José Augusto Pádua

Entrevista
José Luís Fiori
Luís Eduardo Soares

Direito ao Desenvolvimento: notas sobre os direitos econômicos, sociais e culturais
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Globalização, Estado e Democracia: mais dúvidas do que certezas
Maria Regina Soares de Lima

A Soberania Ameaçada: um acordo sob medida para o capital internacional – Acordo Multilateral de Investimentos
Átila P. Roque

Globalização: cidadania e governabilidade

FASE

Conselho Deliberativo
Presidente
Ana Clara Torres Ribeiro

Vice-Presidente
Raimundo J. B. Teixeira Mendes

1ª Secretária
Leilah Landim Assumpção

2ª Secretária
Márcia Pereira Leite

3º Secretário
Revdo. Paulo Pena Schutz

Suplentes
Décio Lima de Castro
Fernanda Carísio
Luis Carlos Delorne Prado
Maria Lucia Karan
Paulo Totti

Conselho Fiscal
Jorge Vicente Muñoz
Carlos Bernardo Vainer
Tito Lívio Lucio de O. Ramos Neto

Suplentes
Ricardo de Gouvêa Corrêa
José Moreira Bartholo

Associados Efetivos
José Sérgio Lopes * Silvio Caccia Bava * Braulio Rodrigues da Silva * Sérgio Góes de Paula * Rosiska Darcy de Oliveira * Cândido Grzybowski * Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho * Lysâneas Maciel * Otília Silva Leite * Luís Eduardo Soares * Ênio Candotti * Uri Gomes Machado * Alexandre Sgrezia * Lizt Vieira * Antonio Abreu * Carlos Nelson Coutinho * Luiz Gonzaga Ulhoa Tenório * Renato Sérgio Maluf * Ricardo Peret * Pe. Adelar Pedro de David * Lícia Valadares * Wanda Engel Aduan * Peter Collins Cona

Diretor Executivo
Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretor da Área Trabalho e Renda
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha

Diretora da Área Meio Ambiente e Desenvolvimento
Maria Emilia Lisboa Pacheco

Diretor da Área Políticas Públicas e Cidadania
Orlando Alves dos Santos Junior

FASE – Educando para a cidadania e o desenvolvimento sustentável

Fundada em 1961, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – teve seu ponto de partida no trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e cooperativo.

Durante o período militar-autoritário, a FASE dedicou-se ao apoio à atividade de organização de base e aos processos de construção da democracia e da cidadania.

A partir da década de 80, a FASE concentrou as suas ações na busca de alternativas para a crise do atual modelo de desenvolvimento que vem contribuindo para uma maior concentração de renda, tem levado grandes parcelas da população à exclusão social e aumentado a escalada da violência.

A FASE é uma organização não governamental de educação e desenvolvimento, sem fins lucrativos, que atua em 8 estados da Federação. A FASE no Brasil é associada à ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e internacionalmente à ALOP e ao El Taller.

Com 37 anos de atuação, a FASE é reconhecida como uma instituição de marcante presença na trajetória das lutas da sociedade brasileira, enraizada nos principais movimentos sociais e políticos nas últimas três décadas. Presença esta que se consolida ainda pela eficácia e eficiência de seus projetos demonstrativos de resultados duradouros para grupos específicos, além da produção de elementos atuantes para a construção de uma alternativa de desenvolvimento.

Na esfera internacional a FASE mantém um diálogo com agências internacionais no sentido da construção de plataformas e ações comuns. Participa de redes e campanhas internacionais pela democratização das políticas dos organismos multilaterais.

Na esfera nacional, a FASE realiza convênios com órgãos públicos para avaliação, elaboração, monitoramento e fiscalização de projetos. Desenvolve parcerias com universidades, institutos e outras entidades, buscando estimular e socializar a produção de conhecimento através de estudos e pesquisa e através da publicação de cartilhas, livros e da Revista Proposta, e da promoção de ações coletivas, tais como, campanhas, seminários, palestras e debates.

A FASE é inteiramente independente de governos, partidos políticos. Seu orçamento provém de contribuições individuais e de agencias internacionais de solidariedade aos povos do Terceiro Mundo.

MISSÃO

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na democracia, na justiça social, em um desenvolvimento sustentável e na ampliação da esfera pública.

Apoiar, com visão e atuação próprias, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento através de ações educativas e de projetos demonstrativos.

Objetivos do próximo trienal:

- Promover a cidadania lutando por melhores condições de participação dos cidadãos na vida social, política e econômica.
- Promover melhores políticas públicas mediante intervenção junto à opinião pública e aos órgãos governamentais.
- Contribuir para impedir a deterioração das condições de trabalho e renda dos assa-lariados e o aumento da exclusão social. Trabalhar com associativismo e cooperativismo.
- Promover o debate público sobre temas relacionados com o poder local, através de projetos demonstrativos, urbanos e rurais, e da organização da população

Estratégia:

Para o triênio 96/98, a FASE terá como estratégia para a sua atuação nas cinco regiões brasileiras, três temas com a preocupação permanente de enforcar a questão dos jovens e das relações homem-mulher:

- **Meio Ambiente e Desenvolvimento** Compatibilização da preservação do meio ambiente com o desenvolvimento.
- **Trabalho e Renda** Melhoria das condições de trabalho, geração de renda e erradicação da violência nas cidades e no campo.
- **Cidadania, Políticas Públicas e Questão Urbana** Participação popular na definição das políticas públicas.

Índice

Editorial 5

Entre a Política de Poder e a Utopia de Governo Global: alguns desafios políticos e teóricos para a ação cidadã frente à globalização
Fátima V. Mello 6

Pensar Localmente, Agir Globalmente: a construção de uma agenda nacional para atuar frente às Instituições Financeiras Multilaterais
Aurélio Vianna Jr. 12

Uma Experiência de Participação Civil na Definição de um Projeto Nacional em um Mundo Globalizado
Alberto Arroyo 20

Brasil Sustentável e Democrático: uma proposta de investigação e mobilização social
Sergio Schlesinger e José Augusto Pádua 32

Entrevista
José Luís Fiori 43
Luiz Eduardo Soares 53

Direito ao Desenvolvimento: notas sobre os direitos econômicos, sociais e culturais
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva 62

Globalização, Estado e Democracia: mais dúvidas do que certezas
Maria Regina Soares de Lima 68

A Soberania Ameaçada: um acordo sob medida para o capital internacional – Acordo Multilateral de Investimentos (AMI)
Atila P. Roque 74

FASE Nacional
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286 1441
Fax.:(021) 286 1209

FASE-RIO
Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.:(021)286 1441
Fax.:(021) 286 1209

FASE-VITÓRIA
Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel/Fax.:(027) 223-7436

FASE-RECIFE
Rua Viscondessa do Livramento, 168 - Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax.:(081)423 3826

FASE-ITABUNA
Rio Barão do Rio Branco, 93/1º andar
Califórnia
45600-000, Itabuna - BA
Tel/Fax.:(073) 211 4498

FASE-BELÉM
Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.:(091) 751 1181
Fax.:(091) 241 5310

FASE-CAPANEMA
Av. Presidente Médici, 1992
68700-050, Capanema-PA
Tel/Fax.:(091) 821 1716

FASE-MARABÁ
Folha 27, Quadra 07, Lote 07
Nova Marabá
MARABÁ - PA
68508-970
P/Correpondência
Cx Postal 73
68508-970, Marabá-PA
Tel.:(091) 322 1591
Fax.:(091) 322 1558

FASE-CÁCERES
Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde
78200-000 – Cáceres – MT
Caixa Postal 10
Tel.:(082) 223 4615

FASE

Proposta

Nº79 –Dezembro/Fevereiro de 1998/99
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial
Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação
Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável
Luiz Antônio Correia de Carvalho

Subeditor
Ricardo Salles

Organização do Nº 79
Fátima V. Mello
Atila P. Roque

Assistente de Publicações
Silvia Helena Matos Brandão

Capa
Pedro Veiga sobre foto de Fernanda Mayrink

Ilustrações
Marta Strauch

Editoração/Diagramação
Pedro Veiga

Projeto Gráfico
Pedro Veiga

Informações e Vendas
Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90
Botafogo, 222270-070
Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021)2861441
Fax: (021) 2861209
e-mail sveiga@fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores

editorial

Este número de ***Proposta*** foi realizado com a colaboração de Átila Roque, coordenador do Programa de Globalização do IBASE. Partindo dos acúmulos, questões e enfrentamentos que diversos pesquisadores e organizações da sociedade civil, entre elas a FASE e o IBASE, têm acerca do fenômeno da globalização, decidimos oferecer ao leitor este debate que é necessariamente marcado por um caráter multidimensional e, ao mesmo tempo, inacabado.

As perspectivas sobre a globalização, seus efeitos e possibilidades para a ação cidadã são tratadas aqui por abordagens que combinam contribuições teórico-analíticas com experiências de organização da sociedade civil para fazer face aos seus impactos. Do ponto de vista conceitual, publicamos opiniões que afirmam a permanência da importância das dinâmicas que se passam no âmbito das políticas nacionais. Neste sentido, uma das abordagens explora as relações entre globalização, a questão democrática e os destinos do Estado-Nação, enquanto outra analisa as interações possíveis entre as visões realistas e globalistas. Uma das entrevistas oferece um debate sobre a rica multiplicidade de elementos históricos e conceituais que podem ser utilizados na interpretação dos fenômenos e processos de transformação global em curso.

Algumas experiências de ação cidadã frente à globalização recebem aqui uma abordagem centrada nas dinâmicas políticas nacionais – como é o caso da experiência mexicana de construção de uma rede cidadã frente ao livre comércio, e a experiência da rede brasileira de ação sobre os bancos multilaterais –, enquanto outras focalizam na importância da construção de normas e valores compartilhados a nível global, como é o caso da sustentabilidade e dos direitos humanos, ainda que estas abordagens internacionalistas mantenham-se combinadas à afirmação da necessidade de uma base nacional de trabalho e legitimação destes valores.

Reconhecendo que o fenômeno da globalização tem como um de seus eixos centrais a dinâmica de total desregulação econômico-financeira, publicamos um artigo que analisa os fundamentos e impactos potenciais do Acordo Multilateral de Investimentos, e uma entrevista, que oferece ao leitor uma análise da conjuntura nacional frente aos condicionamentos da política macroeconômica do governo e do FMI.

O conjunto de contribuições aqui publicadas traz em comum a avaliação de que o fenômeno de globalização em curso é objeto de intensas disputas e resistências, e que tudo indica que o que se passa nos planos nacionais é, e continuará sendo, o centro das transformações políticas.

Entre a Política de Poder e a Utopia de Governo Global: alguns desafios políticos e teóricos para a ação cidadã frente à globalização[1]

Fátima V. Mello *

[1] Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser encontrada na tese "ONGs no Sistema Internacional: Uma Discussão à Luz da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento", da mesma autora, IRI/PUC-RJ, 1997.

* Historiadora, Mestre em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-RJ, e Assessora da Área de Relações Internacionais da FASE

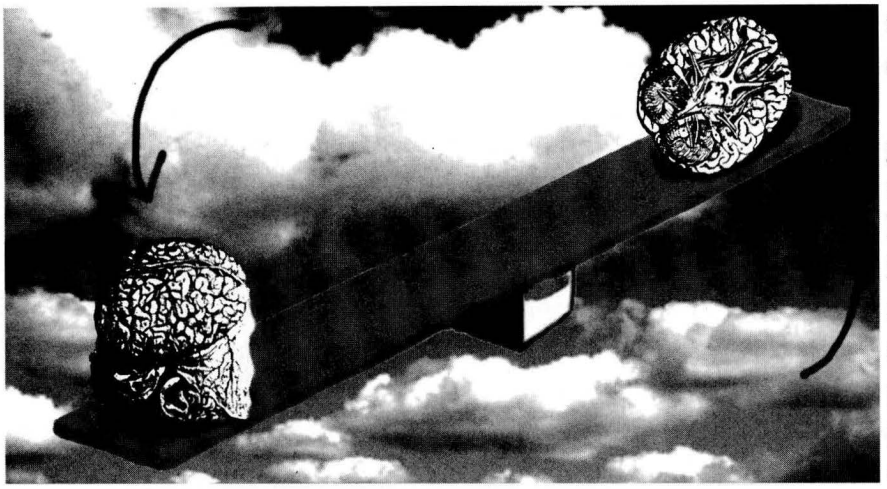
Este artigo apresenta um debate entre os principais pólos da teoria de relações internacionais e, discutindo os desafios que a ação internacional cidadã coloca para esta teoria, explora as possibilidades e limites da atuação de ONGs e movimentos sociais frente à globalização.

Um rápido olhar sobre o sistema internacional deste final de século parece sugerir, grosso modo, a existência de pelo menos dois grandes campos antagônicos de interpretação sobre as relações internacionais no mundo globalizado.

Em um dos pólos, situam-se as perspectivas que argumentam que o sistema internacional marcado pela globalização continua sendo fortemente ordenado pelo poder dos Estados hegemônicos. As chamadas perspectivas realistas argumentam que nada essencial se modificou com a globalização no que diz respeito à centralidade dos Estados Nacionais na política mundial. As principais premissas do realismo são a soberania dos Estados Nacionais; a dimensão absolutamente central do poder; a ausência de autoridade acima dos Estados, o que caracteriza o sistema internacional pela anarquia; a primazia das questões estratégico-militares; e a completa separação entre as esferas nacional e internacional. Os Estados Nacionais seriam atores unitários, sem conflitos internos nem fragmentações, o que resultaria em um interesse nacional único e na irrelevância das dinâmicas políticas domésticas para a política internacional. Pode-se deduzir da lógica do realismo clássico, portanto, que a ação cidadã no sistema internacional não importaria muito – afinal, os únicos atores de fato relevantes seriam os Estados – e as iniciativas de atores não-Estatais como as ONGs e movimentos sociais seriam meramente instrumentais aos interesses do poder hegemônico.

Alguns autores realistas argumentam que suas teses podem ser comprovadas por inúmeras evidências presentes na atualidade. Os Estados Nacionais, que detêm poder no sistema, cumprem os acordos internacionais se e quando lhes é conveniente – vide os problemas de implementação dos acordos firmados ao longo do ciclo recente de conferências das Nações Unidas. Os EUA continuam fazendo o que querem no que diz respeito às questões de guerra e paz, e o Conselho de Segurança da ONU segue subordinado aos interesses da potência hegemônica. Estes e outros exemplos evidenciam que algumas premissas do realismo parecem continuar vigorando, como a permanência de ordenamentos que respondem diretamente ao poder hegemônico, a ausência de efetividade nas tentativas de construção de uma institucionalidade supranacional e a prevalência do interesse nacional.

O mundo globalizado também insiste em manter no centro da pauta da agenda internacional as guerras, que proliferam em toda parte, porém agora não mais subordinadas à lógica da Guerra Fria, mas em muitos casos como herança dos tempos do equilíbrio bipolar. Para aqueles que consideram que os problemas ligados à segurança estratégico-militar se foram junto com a queda do Muro de Berlim, é necessário lembrar que o mundo está tendo de assistir hoje às conseqüências da Guerra Fria e de seu fim, em cenas cotidianas de terrorismo e de guerras civis localizadas. Na África, a fome convive com gastos absurdos com armamentos que alimentam genocídios e conflitos étnicos; nos Balcãs e no Oriente Médio, os conflitos perduram sem perspectivas de solução. Explosões atômicas são realizadas na Ásia para alimentar as disputas entre Índia e Paquistão e para mostrar ao mundo que a ameaça nuclear persiste. Se, durante a Guerra Fria, os EUA financiavam os muçulmanos radicais afegãos para desestabilizar e enfraquecer a presença da URSS na Ásia Central, hoje, Clinton bombardeia o Afeganistão dominado pelos Talibãs porque lá se formou, com dinheiro norte-americano, a maior força anti-ocidental do planeta. Quando a ordem internacional produzida pela Guerra Fria desmoronou, deixou entre seus escombros desordens de todo tipo. A hegemonia norte-americana está refazendo seus planos estratégico-militares em regiões como a África, Oriente



Médio e Ásia Central porque sabe que lá germinam forças e conflitos antes abafados pela lógica do equilíbrio do terror e da bipolaridade.

Globalismo e a Lógica dos Interesses Comuns

No outro extremo do leque de abordagens sobre as relações internacionais da atualidade, situam-se as perspectivas de governo global. Seus defensores argumentam que há uma mudança qualitativa em curso no sistema, expressa pela emergência de uma pluralidade de temas e de atores na política internacional do pós-Guerra Fria, entre eles a forte presença de atores não-estatais como as ONGs. O sistema internacional da atualidade estaria orientado pela lógica da cooperação e dos interesses comuns, que fariam emergir normas e valores compartilhados por todos os atores. Expressando estas transformações, estaria ocorrendo uma forte erosão das soberanias Estatais, resultante sobretudo de uma intensa diluição das fronteiras entre as políticas nacionais e internacionais, e por uma alta dispersão e desagregação do poder. A emergência dos chamados temas globais (sustentabilidade, direitos humanos, gênero, etc.) contribuiria fortemente para o rompimento da distinção entre política interna e internacional, pois os temas relacionados ao bem-estar dos cidadãos e às demandas da sociedade passariam a ser objeto central de negociações internacionais, que, por sua vez, tornar-se-iam do interesse direto de cada sociedade.

Os defensores do globalismo argumentam que, se por um lado é verdade que há graves problemas na implementação dos acordos firmados durante as recentes conferências convocadas pelas Nações Unidas, não se pode menosprezar o fato de que este ciclo de conferências teve o mérito de construir novos consensos globais acerca das prioridades de uma nova agenda para o desenvolvimento centrada nos valores da sustentabilidade social e ambiental, do respeito aos direitos humanos, da luta contra a pobreza e da busca da equidade de gênero. A legitimação destas problemáticas de natureza global contou com a centralidade da participação de atores não-estatais, como as ONGs, na sua elaboração, o que contraria o argumento realista de exclusividade dos Estados Nacionais na política internacional. As abordagens globalistas consideram inclusive que a emergência das questões ligadas ao desenvolvimento humano e sustentável e aos direitos humanos representam até mesmo uma redefinição da concepção de segurança internacional, que não estaria mais centrada na área estratégico-militar, mas na legitimação de noções como segurança alimentar e ambiental.

É claro que estas duas perspectivas expressam apenas a polarização do debate sobre as relações internacionais da atualidade. Na verdade há perspectivas que situam-se no meio do caminho entre os dois extremos e que sofisticam bastante os termos do debate. Apenas a título de exemplo, existem abordagens que buscam realizar uma complementariedade entre a lógica realista do poder e a lógica cosmopolita dos interesses comuns, focalizando na importância dos regimes e instituições internacionais. Segundo estas abordagens, os regimes e instituições internacionais expressariam a combinação entre o poder dos

Estados hegemônicos - que em larga medida definem as regras do jogo que vão vigorar nestes regimes e instituições – e o reconhecimento pelos Estados Nacionais da crescente interdependência e da respectiva necessidade de existência de normas e de cooperação para a manutenção do sistema internacional.

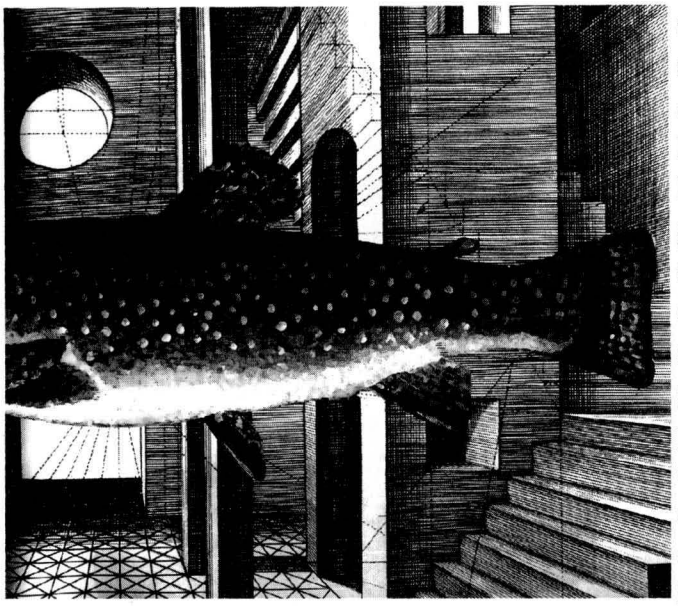
A Introdução da Dimensão Nacional e os Desafios para a Ação Cidadã

Um outro exemplo de abordagens que buscam complexificar o quadro das relações internacionais da atualidade diz respeito às perspectivas que procuram articular a política e as instituições internacionais com as dinâmicas políticas nacionais. Ou seja, a interação entre as esferas doméstica e internacional supõe que o que os Estados Nacionais levam para a política internacional depende do que se processa nas esferas políticas domésticas, cuja influência dependerá diretamente do grau de democratização existente em cada sociedade. Uma clara evidência da importância da interação entre as dinâmicas nacional e internacional são as atuais mudanças nos regimes políticos das principais potências européias, com Blair na Grã-Bretanha, Jospin na França, e Schröder na Alemanha. Não há dúvida que estas transformações nas estruturas políticas domésticas resultarão em mudanças de atitude destes países nas negociações internacionais, podendo produzir importantes alterações em áreas como políticas de cooperação, negociações de paz, questão nuclear, direitos humanos, e a contribuição (em termos de recursos e de propostas de políticas) destes países junto às instituições financeiras multilaterais.

Estas perspectivas que criam uma interação entre o nacional e o internacional são especialmente importantes para a análise da ação das organizações da sociedade civil na política internacional, pois a atuação destas organizações combina pressões sobre os Estados Nacionais "por cima" – através de alianças e campanhas transnacionais - e "por baixo" – através de ações e negociações levadas a cabo nos planos nacionais. Por este motivo, os Estados Nacionais se encontram cada vez mais desafiados a criarem estruturas, instituições e aparatos domésticos que sejam capazes de responder a esta dupla pressão.

Deste tipo de abordagem, pode-se concluir, portanto, que a ação de atores não-estatais, como as ONGs e movimentos sociais, no sistema internacional será tão mais eficaz quanto maior for a sua capacidade de articular a atuação transnacional com uma consistente inserção na política nacional. Esta abordagem também reitera a permanência da centralidade dos Estados Nacionais no que diz respeito à mediação entre o nacional e o internacional. No entanto, é importante salientar que, embora mantenha esta *capacidade* de mediação, o Estado perde *autonomia* em relação à sociedade frente às pressões advindas de "cima" e de "baixo" – dependendo, é claro, do grau de democratização.

Sem dúvida, o debate sobre os rumos e tendências das relações internacionais neste final de século tem um caráter necessariamente inconcluso. Afinal, as transformações se processam em uma grande velocidade, e para compreendê-las ainda não há abordagens analíticas consolidadas. No entanto, parece evidente que algumas premissas do realismo clássico já não podem mais ser aceitas. Por exemplo, o argumento da distinção entre política doméstica e internacional não pode mais ser sustentando frente à clara diluição das fronteiras entre o interno e o externo que a própria ação de duplo caráter das organizações da sociedade civil representa. Junto com esta premissa, caem por terra também a idéia do Estado como ator unitário, sem divisões internas e defensor de um interesse nacional único. À medida que se ampliam, nos planos nacionais, os processos democráticos e as respectivas disputas de interesses e, na esfera internacional, as possibilidades de incidência dos atores não-estatais sobre as negociações internacionais, cada vez mais os Estados Nacionais se vêem



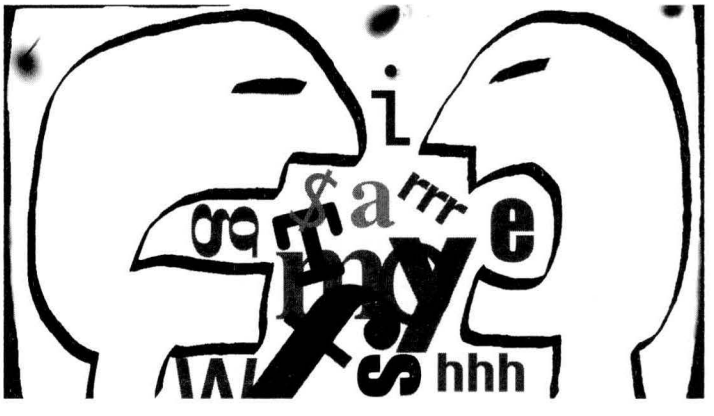
pressionados a negociar estes múltiplos interesses em jogo no processo de formulação de suas posições na arena mundial.

Por outro lado, são equivocadas as opiniões que advogam o fim das soberanias diante da globalização. Embora estejam sofrendo um grau considerável de erosão no que diz respeito à capacidade de formular autonomamente suas políticas, a base da configuração do mundo globalizado permanece sendo o sistema de Estados Nacionais organizados em uma sociedade internacional anárquica, ou seja, sem autoridade supra-nacional. Não há dúvida, no entanto, que o mundo atual coloca para o sistema de Estados o desafio de conviver com forças transnacionais de elevadíssimo poder – como é o caso do capital financeiro – e com outras que atuam no campo da normatividade, como, por exemplo, as ONGs.

Problematizar as pregações sobre o puro e simples fim do Estado-Nação frente à globalização significa também que torna-se necessário repensar as possibilidades da ação cidadã frente ao cenário internacional da atualidade. Ora, se a ação cidadã visa a construção de formas democráticas de regulação do sistema internacional globalizado, que, por sua vez, é e continuará sendo fortemente conformado pelo que se passa no interior das unidades nacionais, talvez uma via eficaz para a atuação internacional das organizações da sociedade civil seja precisamente a busca de democratização das dinâmicas políticas nacionais. Reforçando este argumento, Paulo Nogueira Batista, em sua reflexão sobre os "mitos da globalização", afirma que as vulgarizações e simplificações que marcam as discussões em curso sobre globalização "ajudam a mascarar a responsabilidade pelas opções e decisões dos governos, obstruindo a crítica das políticas públicas. Por outro lado, inibe a reflexão sobre as alternativas de que dispõem os países na definição de suas políticas econômicas, sociais e de inserção internacional, contribuindo para imobilizar as iniciativas nacionais. (...) A ideologia da globalização (...) funciona como um álibi para algumas posições tradicionais das elites locais".[2]

Uma clara evidência do que afirma este autor é a relação entre o governo brasileiro e as instituições financeiras multilaterais. A sociedade brasileira habituou-se ao senso comum de que as políticas de instituições como o FMI e o Banco Mundial seriam imposições de fora para dentro, em relação às quais os governantes locais nada teriam a fazer senão aceitar os seus condicionamentos. Diante do mundo globalizado, o Brasil não teria outra saída que não fosse aderir incondicionalmente ao chamado "consenso de Washington". No entanto, um olhar mais cuidadoso sobre o papel que o governo brasileiro exerce dentro

[2] BATISTA Jr, Paulo Nogueira – "Mitos da "Globalização", in Estudos Avançados, USP, Vol. 12, No. 32, Janeiro-Abril 1998.



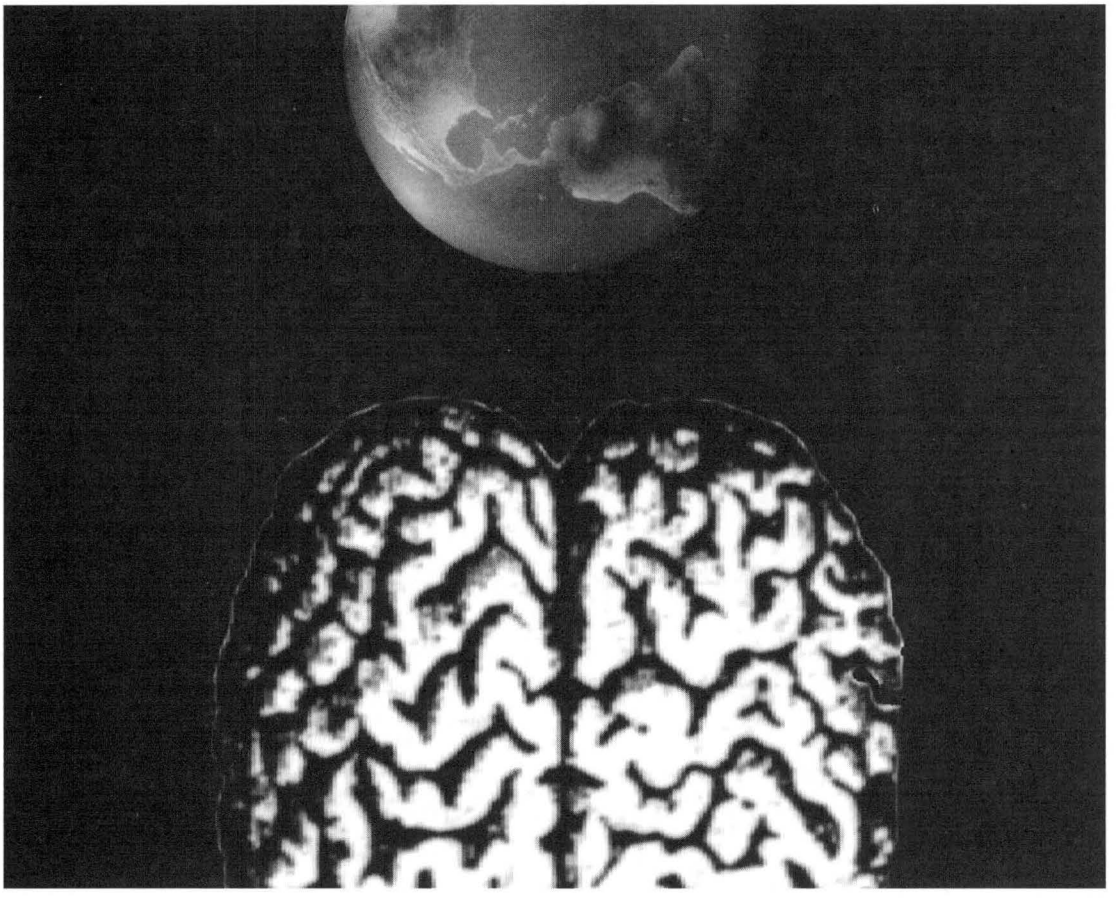
destas instituições revela que nossos governantes têm um peso considerável nos *Boards* que as governam, e são ativos promotores destas políticas. Além disso, o governo brasileiro está na liderança da resistência às tendências de maior abertura e transparência à sociedade existentes hoje no Banco Mundial e, de forma tímida e incipiente, no FMI. As inúmeras tentativas por parte das organizações da sociedade civil de democratizar políticas e programas do Banco Mundial para o Brasil e de tornar públicos seus documentos de políticas têm esbarrado sistematicamente na resistência do governo brasileiro. Diante deste cenário, se estas organizações desejam democratizar as instituições financeiras multilaterais, talvez o melhor caminho seja precisamente trabalhar pela construção de um debate público no plano nacional sobre como o Brasil atua no governo destas instituições. A exclusiva atuação e pressão das organizações da sociedade civil "por cima", ou seja, no plano internacional, não é capaz de produzir resultados políticos se não estiver articulada a uma consistente pressão "por baixo", no nível das políticas domésticas. É por este motivo que uma observação sobre muitas das redes internacionais existentes revela que sua eficácia costuma freqüentemente ser proporcional à densidade de sua inserção e penetração nas estruturas políticas nacionais.

É claro que a atuação transnacional das ONGs e movimentos sociais é e continuará sendo de crucial importância, especialmente no que diz respeito à construção de normas, valores e de uma institucionalidade democrática para o sistema internacional. A ação internacional cidadã no pós-Guerra Fria tem, inclusive, contribuído para alterar a qualidade do debate sobre a questão democrática no sistema internacional: se, durante a bipolaridade, as lutas por democratização do sistema focalizavam-se nos conflitos Norte/Sul, ou seja, nas tentativas de assegurar um melhor posicionamento do chamado Terceiro Mundo no sistema, hoje, há um claro enfraquecimento da idéia de um bloco homogêneo do Terceiro Mundo – que se fragmentou, entre outros motivos, devido às enormes diferenças relativas à questão democrática nos planos nacionais. Na atualidade, a agenda de democratização do sistema internacional parece estar se deslocando de um exclusivo foco no poder para uma combinação entre poder e luta por direitos defendidos pelas organizações da sociedade civil. A atuação transnacional destas organizações também é fundamental quando exerce pressões "por cima", por exemplo, na área de direitos humanos sobre governos autoritários que não respondem às pressões advindas "de baixo", ou seja, de sua própria sociedade. No entanto, como foi assinalado anteriormente, ela só terá efetividade se for capaz de ser absorvida pelos âmbitos domésticos, criando as bases para a formulação de políticas públicas que enfrentem os problemas denunciados internacionalmente.

Em suma, a ordem internacional da atualidade coloca para as ONGs e movimentos sociais o desafio de buscarem uma dupla atuação: trabalhar pela construção de normas e de uma institucionalidade internacional democrática, que contribuam para criar pressões por democratização das esferas nacionais e, ao mesmo tempo, lutar pela democratização nos planos nacionais, o que será a base de um sistema internacional mais democrático. Ou seja, democratizar o internacional através da política doméstica e democratizar o doméstico através da política internacional.

Pensar Localmente, Agir Globalmente: a construção de uma agenda nacional para atuar frente às Instituições Financeiras Multilaterais*

*Aurélio Vianna Jr.***



* O título é uma referência ao paper ainda não publicado do professor Jonathan Fox: *Thinking locally, Acting Globally: Bringing the grassroots into transnational advocacy.*

** Doutor em Antropologia Social, Secretário Executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e Secretário Adjunto do Instituto de Estudos Sócio-econômicos (INESC).

A Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (REDE BRASIL), fundada no início de 1995, busca contribuir para o debate nacional em torno das Instituições Financeiras Multilaterais (IFM), como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e ainda, articular as demandas das entidades brasileiras frente à direção destas instituições em Washington e também participar de coalizões transnacionais de OSC (Organizações da Sociedade Civil)[1] que trabalham com vistas à reforma das IFM.

Em sua atuação, a REDE BRASIL busca subordinar a agenda internacional à nacional. Isto é, apesar de estar atuando com destaque em um contexto de instituições multilaterais, as ações buscam levar para o mundo uma pauta que está sendo desenvolvida no Brasil. Neste sentido, duas atividades "formuladas" pela REDE BRASIL e encaminhadas pelo Congresso Nacional servem como paradigmas do que internacionalmente está sendo identificado por alguns estudiosos como uma novidade que vem das OSC do "Sul"[2]. É a partir destes dois casos que passarei a tecer algumas considerações mais gerais sobre o lugar e a agenda das OSC do "Sul" no contexto das reformas das Instituições Financeiras Multilaterais.

• Agosto de 1997: o CAS é tornado público no Brasil

No início do ano de 1997, a REDE BRASIL conseguiu uma cópia de uma versão preliminar do Documento do Banco Mundial de Assistência ao Brasil, conhecido como CAS (*Country Assistance Strategy*). O CAS, objeto de campanhas internacionais das Organizações Não Governamentais (ONGs)[3] que lutam pela reforma do Banco Mundial, permanece um documento de acesso restrito, apesar de sua importância por resumir as propostas de investimentos do Banco Mundial para o país em questão.

Com o documento em mãos, a REDE BRASIL elaborou uma tradução parcial e encaminhou a um conjunto razoavelmente grande de ONGs e a cerca de vinte parlamentares, entre senadores (basicamente do Partido dos Trabalhadores, do Partido da Frente Liberal e do Partido Popular Socialista) da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)[4] e da Câmara Federal. Das ONGs, a maior reação ocorreu por parte daquelas que, a partir do acúmulo de uma vasta experiência internacional junto às IFM, conheciam a relevância do documento e a dificuldade de conseguí-lo, já que o Banco Mundial havia publicamente negado a possibilidade de repassá-lo às OSC, pois o documento somente poderia ser tornado público com a autorização do governo brasileiro. Dos parlamentares, a reposta foi quase nula. Apesar de reconhecerem a importância do documento, não conseguiam identificar muito bem o que deveria ou poderia ser feito. Naquele momento, a proposta da REDE BRASIL era bastante precisa: este documento está sendo discutido no Conselho de Diretores (*Board*) do Banco Mundial e apenas uma pequena parcela do Poder Executivo no Brasil teve acesso a ele. Além disto, este documento trata da política de assistência (ou melhor, de empréstimos) do Banco Mundial para o Brasil para os próximos anos, com reflexo direto no Orçamento da União e na autorização que o Senado concede à contratação de empréstimos externos.

Dos parlamentares que receberam o material, apenas um teve uma iniciativa singular. O Deputado Ivan Valente (PT-SP), fazendo uso de sua prerrogativa de requerer informações ao Executivo, enviou requerimento à mesa da Câmara, solicitando o CAS. Depois de aprovado, o requerimento foi encaminhado aos Ministros

---

[1] Neste contexto designo por OSC as Organizações Não Governamentais (ONGs), as entidades sindicais e os movimentos sociais institucionalizados.

[2] "Sul", nesta situação, como países do "hemisfério Sul". Os que seriam, em outro momento, designados por "subdesenvolvidos", ou do "Terceiro Mundo".

[3] Quando designo por ONG e não OSC, respeito a autoclassificação dos atores.

[4] Que constitucionalmente tem o mandato da autorização à contratação de empréstimos externos.

da Fazenda e do Planejamento e Orçamento. No dia 5 de agosto, o Ministro da Fazenda respondeu ao Deputado negativamente, argumentando que este seria de propriedade do Banco Mundial. Pouco tempo depois, o Ministro do Planejamento e Orçamento atendeu o pedido, não solicitando que fosse mantido em sigilo. O CAS foi, então, objeto de inúmeros pronunciamentos na Câmara dos Deputados, onde os parlamentares realçavam a necessidade de um estudo aprofundado de um documento que prescreve políticas para o Brasil e tem efeitos sobre o Orçamento da União.

A REDE BRASIL solicitou o documento ao Deputado Valente, que autorizou sua publicação. Em março de 1998, era publicado, pela primeira vez no mundo, o CAS de um país[5]. O lançamento da publicação na Câmara dos Deputados contou com a presença de parlamentares e de representantes de ONGs, movimentos sociais e entidades sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A publicação provocou reação imediata do Banco Mundial, que acusou a REDE BRASIL de "roubo" de documento em declaração ao Correio Braziliense (26/03/98). Em contrapartida, o Deputado Valente, com o apoio de seus pares em plenário, exigiu que o Banco Mundial não interferisse em assuntos internos do Brasil[6].

• Um Ano Depois: a Câmara dos Deputados realiza audiência pública sobre as IFM

No início do ano de 1998, a REDE BRASIL encaminhou requerimento à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados solicitando a criação de um Grupo de Trabalho com vistas a analisar os efeitos dos financiamentos das IFM sobre o Orçamento da União e, assim, identificar meios para um maior controle da Câmara dos Deputados sobre os acordos entre o Governo brasileiro e as IFM. O requerimento foi aceito pelo presidente da Comissão, Deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que o encaminhou ao plenário, onde defendeu a criação do Grupo de Trabalho e a realização de uma Audiência Pública. Com o apoio da bancada governista, a proposta foi aprovada e a audiência marcada para agosto.

Em trabalho conjunto com sua assessoria e com a REDE BRASIL, o presidente da CFFC planejou a audiência com a constituição de quatro mesas: a primeira, mais geral, sobre a questão do controle da Câmara sobre os acordos e os financia-

---

[5] Sobre o processo de publicização do CAS ver: VIANNA Jr. , A (org.). **A Estratégia dos Bancos Multilaterais no Brasil: Análise Crítica e Documentos Inéditos**. 1998. REDE BRASIL, Brasília, DF.

[6] Mesmo o deputado Delfim Neto (Partido Popular Brasileiro - PPB/SP), ex-ministro da Fazenda e do Planejamento de governos militares, apoiou o pronunciamento do deputado e solicitou um exemplar do livro.

mentos das IFM, a segunda, sobre o financiamento da reforma do Estado, a terceira sobre educação e a última sobre o Projeto de Reassentamento e Irrigação de Itaparica.

NO INÍCIO DO ANO DE 1997, A REDE BRASIL CONSEGUIU UMA CÓPIA DE UMA VERSÃO PRELIMINAR DO DOCUMENTO DO BANCO MUNDIAL DE ASSISTÊNCIA AO BRASIL, CONHECIDO COMO CAS (COUNTRY ASSISTANCE STRATEGY).

A audiência, que contou com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, foi considerada pelos presentes e pela imprensa escrita um sucesso, pois conseguiu colocar na pauta da Câmara a questão das IFM. E, mais que isto, assinalou com veemência que a necessidade do envolvimento do Parlamento Brasileiro na temática devia-se à importância do país no cenário internacional e a sua como acionista e um dos principais mutuários do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ou seja, o Parlamento deveria se envolver não para reclamar dos abusos das IFM contra nosso pobre país, mas como parte do governo de um país que tem peso político na direção do Banco Mundial, do FMI e do BID[7]. Outro resultado de destaque foi o conjunto do material produzido em função da Audiência, o Requerimento encaminhado pela REDE BRASIL, as respostas dos organismos governamentais coordenados pela Casa Civil e o excelente trabalho da assessoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que efetivamente reafirma a relevância da temática para o Congresso Brasileiro e aponta caminhos para um efetivo e maior controle do Parlamento sobre os empréstimos das multilaterais.

• A Importância do Deslocamento do Debate Sobre as IFM de Washington (DC) para os Países do "Sul"

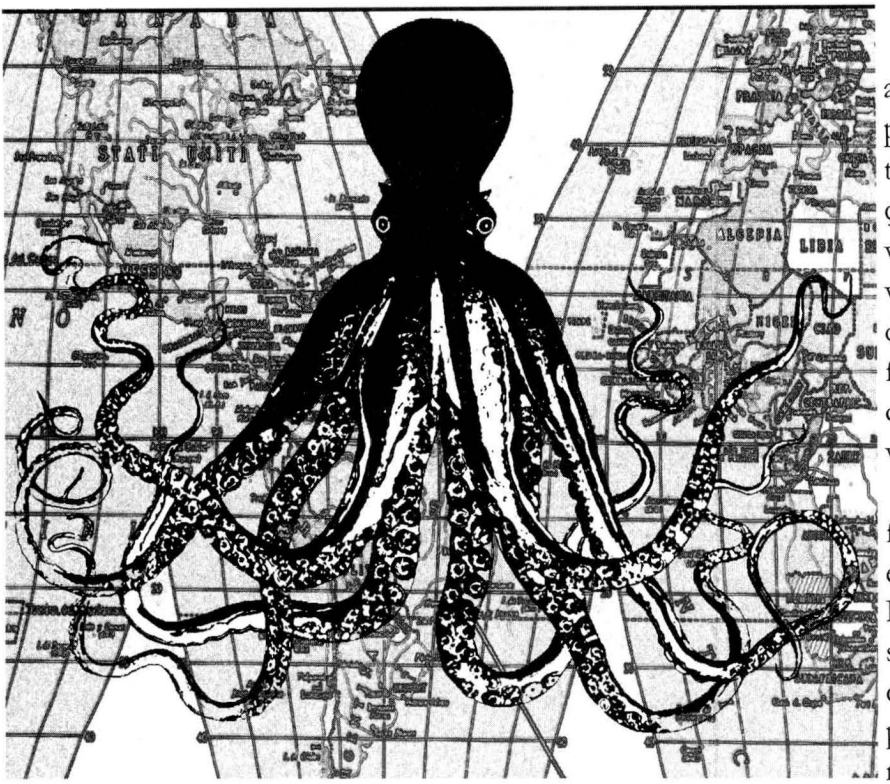
Nancy Alexander, uma importante ativista e pesquisadora da ONG washingtoniana *Globalization Challenge Initiative*, escreveu sobre o ineditismo do envolvimento de um Parlamento na luta para tornar o CAS um documento público e sobre o precedente criado pelo processo instaurado no Congresso brasileiro com a Audiência Pública realizada na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle[8]. Segundo a pesquisadora, pela primeira vez no mundo, um CAS foi efetivamente tornado público a partir de uma iniciativa local (nacional) e um Parlamento de um país do "Sul" busca formas de controle sobre operações das IFM.

O reconhecimento de Alexander do resultado positivo do processo em curso no Brasil reforça um conjunto de questionamentos sobre a eficácia do trabalho político frente às IFM somente a partir de Washington. As ONGs do "Norte", isto é, dos chamados países ricos, envolveram-se primeiramente em mobilizações e campanhas pela reforma das Instituições de *Bretton Woods*, Grupo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Um dos grandes eixos da mobilização advinha da necessidade de uma melhor utilização dos recursos colocados pelo contribuinte norte-americano e europeu nas IFM. Isto é, os chamados "países doadores", que não tomam empréstimos das IFM, que lá colocam recursos e que têm grande poder de voto na direção destas ins-

---

[7] Sobre a Audiência Pública ver: ALEXANDER, N. "Brazil sets a precedent among borrowers: Its Congress will oversee relations with Multilateral Financial Institutions". **News and Notices for World Bank Watchers**. September, 1998, Silver Spring, Maryland, EUA.

[8] Op. Cit. ALEXANDER, N. 1998.



tituições[9], estariam levando a que as IFM, e mais particularmente os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, não fossem agências que efetivamente levassem os países do "Sul" ao desenvolvimento. Os efeitos destas campanhas são reconhecidos e, não por acaso, o Banco Mundial, a partir das ações das ONGs do "Norte" e do envolvimento do Parlamento norte-americano e de alguns países europeus, iniciou um processo de reformas.

No entanto, depois do sucesso das mobilizações das ONGs do "Norte", e em particular das de Washington, o pouco envolvimento das OSC e dos governos do "Sul" parece impedir um maior avanço do processo. Por exemplo, as mobilizações a partir de Washington fizeram com que o Banco Mundial experimentalmente esteja desenvolvendo algumas iniciativas de elaboração participativa do CAS. No entanto, nos países em que houve um processo de "CAS participativo", como Peru e Colômbia, a "participação" foi apenas uma consulta a algumas ONGs, que depois sequer tiveram acesso ao resultado final do trabalho, isto é, o CAS publicado em espanhol. A mobilização das ONGs colaborou para que o Painel de Inspeção fosse criado dentro do Banco Mundial, permitindo assim que populações prejudicadas por projetos financiados pelo BIRD tivessem um instrumento de reclamação de seus direitos. No entanto, nas votações do *Board* com vistas a aprovação de inspeção, os representantes dos países do "Sul" posicionam-se freqüentemente contra, mesmo quando os dos países do "Norte" votam a favor.

Por outro lado, "correndo por fora" do processo oficial em curso, o envolvimento do Parlamento Brasileiro fez não somente que o CAS se tornasse um documento público, como permitiu sua publicação em português. Assim como resultou no monitoramento que as OSC brasileiras começam a fazer do voto do representante do Brasil no *Board* do Banco Mundial e que pode levar a uma maior "abertura" da posição do Governo brasileiro

Ou seja,quando a iniciativa é tomada apenas como uma intervenção das ONGs de Washington, não envolvendo a mobilização da sociedade civil do país em questão, corre-se um grande risco do processo transformar-se em algo meramente formal. Por outro lado, quando uma iniciativa de âmbito nacional consegue mobilizar mais que um conjunto restrito de ONGs, passando a envolver o Parlamento ou outros poderes constituídos, a possibilidade de sucesso é bastante maior, pois sai do controle restrito do que é negociado ou acordado em Washington.

Geralmente as campanhas no "Norte" não levaram a processos similares no "Sul". Isto é, os países do "Sul" efetivamente entraram no processo mobilizatório como casos exemplares dos erros cometidos pelo Banco Mundial e FMI. Mesmo a participação de OSC do "Sul" em coalizões transnacionais com vistas a atuar frente às IFM e, mais particularmente, ao Banco Mundial, poucas

[9] Especialmente no caso dos Estados Unidos e ainda em relação às Instituições de Bretton Woods estrito senso, já que no caso dos bancos regionais de desenvolvimento, como o BID, o mesmo não acontece.

vezes logrou mobilizar mais largamente a sociedade civil em seus respectivos países de origem[10]. Ainda que, em alguns países, já aconteça alguma mobilização. As causas do relativamente baixo envolvimento dos países do "Sul" nas campanhas talvez seja decorrente da composição das coalizões transnacionais de OSC que mantém uma grande hegemonia das ONGs do "Norte", seja pela composição da coordenação das mesmas, pela agenda construída, ou mesmo pelo seu *modus operandi* de articulação política. Ou seja, as OSC reproduzem a hegemonia do "Norte" em suas coalizões. Mas, isto não responde à questão.

O maior problema talvez seja decorrente da falta da capacidade das OSC do "Sul" de construírem uma agenda nacional com vistas à intervenção frente à problemática das IFM. A intervenção das OSC do "Sul", que usualmente destacam a importância das IFM em seus países e as terríveis forças internacionais que fazem com que o Banco Mundial e o FMI tornem-se forças imbatíveis e irresistíveis, levam a que a agenda nacional da intervenção das OSC do "Sul" esteja subordinada à das ONGs do "Norte", onde estariam os governos que detêm o poder efetivo nas IFM, com destaque para o dos Estados Unidos. Restaria então às OSC do "Sul" participarem como exemplos de como seus respectivos países são vítimas do poder irresistível do "Norte". Assim, ao reconhecerem a hegemonia dos EUA e do Grupo dos 7 frente às IFM, de certo modo, as OSC do "Sul" subordinam-se à agenda das organizações civis dos países ricos, e em particular dos EUA, que poderiam com mobilizações em seus países fazer com que as mudanças ocorram.

Ora, parte do que foi assinalado anteriormente efetivamente ocorre, e muitos países são vítimas destes processos internacionais sobre os quais não detêm controle. Mas, será que isto serve para todos os países do "Sul"? Países como Brasil, Índia e China "sofrem" do mesmo modo como Honduras e Moçambique? Os governos do Brasil e de Honduras são vítimas ou co-responsáveis da intervenção do Banco Mundial e do FMI? As OSC do "Sul", ao aceitarem o discurso do oprimido indefeso, deixam de lutar pela construção de uma agenda nacional, como se tudo que interessa fosse resolvido apenas em Washington. Ora, se os governos nacionais não são relevantes no contexto das política das IFM, por que então atuar nacionalmente? Assim, reconhecer que os governos do "Sul" são co-responsáveis pelo que ocorre nas IFM e afeta importantes atores para a manutenção do que ocorre em Washington obrigaria às OSC a realizar intervenções a partir de uma agenda nacional[11]. E, mais que isto, rever mesmo os instrumentos pelos quais as IFM atuam frente a governos do "Sul".

• Rever os Instrumentos de Atuação das IFM no "Sul": as condicionalidades

Parte da atuação das ONGs frente às IFM, e mais particularmente aos bancos multilaterais de desenvolvimento (Banco Mundial e bancos regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID), tem como pressuposto a idéia de que uma forte intervenção do Banco Mundial (e do BID), com vistas a melhorar uma política pública ou um projeto de um governo do "Sul", seria legítima e relevante. Considerando,

[10] Ver, sobre o assunto, FOX, J. e VIANNA Jr, A; "As coalizões transnacionais de organizações da sociedade civil e as reformas dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: algumas proposições para um debate". In **Informativo INESC, setembro de 1997**, Brasília (DF) e KECK, M. e SIKKINK, K.; *Activists beyond borders*, 1998, Cornell University Press, Ithaca e Londres (UK).

[11] A leitura de Marshal Sahlins sobre o processo de mundialização, que, segundo o autor, não é uma física que leva à degradação das culturas locais, pode colaborar para o melhor entendimento dos valores presentes no discurso intervencionista de dirigentes do Banco Mundial e de alguns dirigentes de ONGs do "Sul" e do "Norte". Ver, por exemplo: 1981. **Historical metaphors and mythical realities: Structure in the early history of the Sandwich Island Kingdom**. Ann Arbor: University of Michigan Press, EUA).

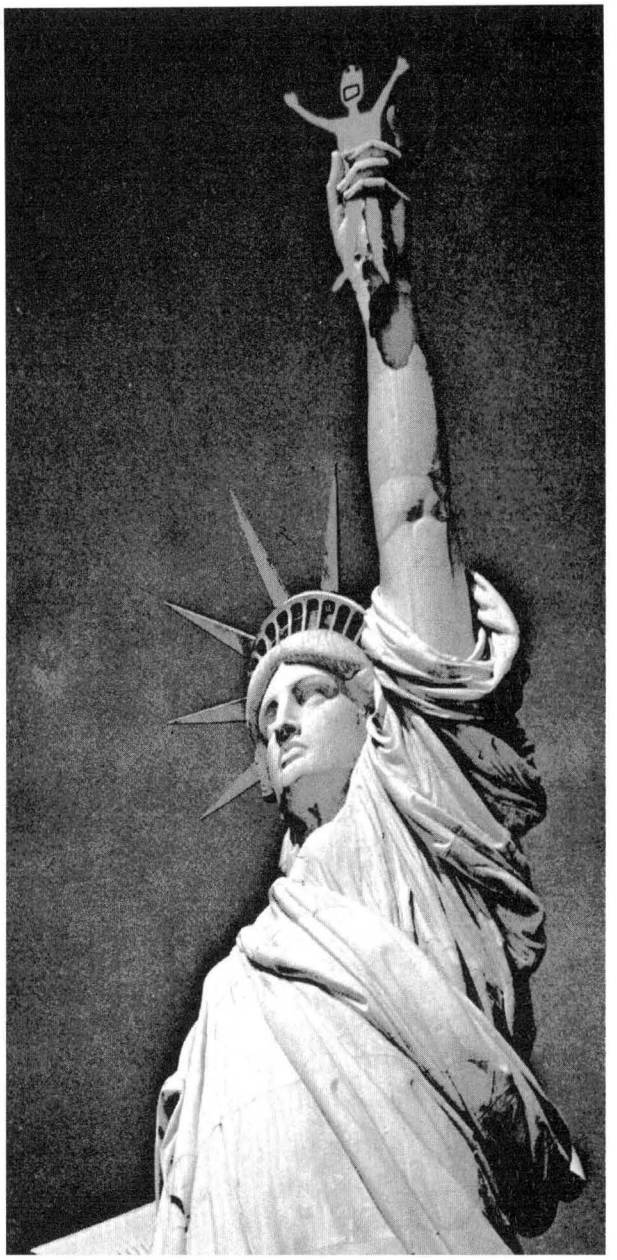
por exemplo, as questões dos direitos humanos e ambiental, talvez grande parte das ONGs brasileiras também partilhe deste pressuposto. Ora, como negar a importância das condicionalidades ambientais e sociais do Banco Mundial na construção de uma agenda ambiental governamental brasileira e na criação de uma política de reassentamento para populações atingidas por grandes barragens no Brasil? Com efeito, diante de um governo autoritário, nada mais eficiente e politicamente correto que atuar utilizando-se de todos os espaços possíveis. Mas, e quando o governo em questão é democrático e as instâncias democráticas em processo de consolidação carecem de uma maior institucionalização, contribuiriam as condicionalidades para o fortalecimento do processo democrático? Ou dizendo de outro modo, seriam as exigências do Banco Mundial, mesmo quando consideradas "boas" por pelo menos uma grande parcela das ONGs, o meio mais eficaz e duradouro de intervenção política com vistas à consolidação democrática?

A resposta pode ser sim, se também for agregada a estas exigências a da democratização do poder nas IFM e do envolvimento do Parlamento na mediação da relação do Poder executivo com o governo das IFM. A democratização do governo das IFM levaria a que a intervenção sobre um país membro fosse legitimada pela instância democrática de governo da IFM, da qual faria parte o país em questão.

• A Necessidade da Democratização do Governo das IFM

As IFM são governadas por uma Assembléia de Governadores, os ministros da Fazenda dos países membro, e por um Conselho de Diretores Executivos (*Board*) que efetivamente governa estas instituições.

O *Board* do Banco Mundial é composto por 24 Diretores Executivos, número bastante inferior aos seus mais de 180 países membro. Assim, uma pequena parcela dos países, com maior poder de voto, detém Diretores Executivos particulares,



e a maior parte encontra-se articulada em grupos que elegem um Diretor Executivo e seu Adjunto (*Alternate*). Os EUA, os países ricos e a Rússia detêm, cada um, um Diretor Executivo, que vota a partir do número de ações do Banco Mundial que seu país detém. Ou seja, o capital do país no Banco Mundial determina o poder de voto do Diretor Executivo na instituição. Será esta uma forma democrática de governo de uma instituição multilateral? Certamente não.

A reforma das IFM, dentre elas o Banco Mundial e o FMI, deve passar também por uma

profunda mudança no governo destas instituições, para que efetivamente sejam entidades multilaterais com atuação planetária, e não atuem como correia de transmissão de políticas de governos nacionais do G-7.

Mas, quais as posições que os representantes dos países do "Sul" tomam no B*oard* do Banco Mundial? Serão vítimas das posições opressoras do "Norte"? Ao que parece não. Os representantes do "Sul" são os grandes co-responsáveis pela aplicação do Consenso de Washington e resistem a todas e quaisquer mudanças que eventualmente sejam propostas com vistas à democratização do Banco Mundial e à criação de instrumentos de transparência e participação[12]. Assim, e mais uma vez, a reforma com vistas à democratização das IFM somente terá resultado se estiver associada a um processo de democratização da relação que os governos nacionais do "Sul" têm com o Banco Mundial e o FMI.

• A Transformação de uma Luta Planetária em uma Questão Nacional

A luta pela reforma das Instituições Financeiras Multilaterais, com destaque para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, somente poderá engendrar um resultado efetivamente democratizante em termos das instituições em questão e dos atores envolvidos se começar com a definição do que localmente, nacionalmente, os atores interessados pensam sobre estas instituições e sobre o sentido de suas reformas. Esta questão não é tão abstrata. O sucesso das campanhas nos EUA sobre as IFM deveu-se exatamente a isto: o dinheiro do contribuinte não estava (está) sendo bem utilizado, o Parlamento norte-americano sensibilizou-se com a questão. A temática tornou-se um assunto da agenda nacional (norte-americana).

A REDE BRASIL, com todas as suas limitações, vem paulatinamente tentando colocar a temática das IFM no Brasil com um novo olhar: nós não somos vítimas destas instituições, somos co-proprietários e temos responsabilidade sobre as ações do Banco Mundial, do FMI, do BID, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. E, neste sentido, a institucionalização desta questão no Parlamento Brasileiro é estratégica. Mas, por que o Parlamento Brasileiro começa a se envolver com a questão? Porque ela está sendo apresentada como algo que tem a ver com o mandato do Congresso Nacional, que diz respeito ao poder que o Parlamento tem em relação ao Orçamento da União e à aprovação de empréstimos externos, e do seu papel como canal de prestação de contas do Poder Executivo para a sociedade sobre a atuação brasileira nas IFM. Assim, a temática começa a fazer parte da agenda política nacional.

A entrada deste novo ator - o Congresso Nacional -, que começa a se colocar em um jogo viciado em que somente alguns poucos da elite da burocracia governamental brasileira participam, já começa a deslocar o debate para seu lugar de direito: o que o Governo Brasileiro faz como parte do governo das IFM? O que o Governo faz com o poder que detém no Banco Mundial e no FMI? O que o Governo Brasileiro faz com o segundo maior poder de voto que detém no BID? E, no âmbito da atuação das OSC brasileiras no contexto deste debate internacional sobre a reforma das IFM, cabe também levantar a voz e colocar de modo claro para nossos parceiros do "Norte": o governo do Banco Mundial deve ser reformado, o governo do FMI também, pois são governos que apenas reproduzem o poder de cada membro como acionista.

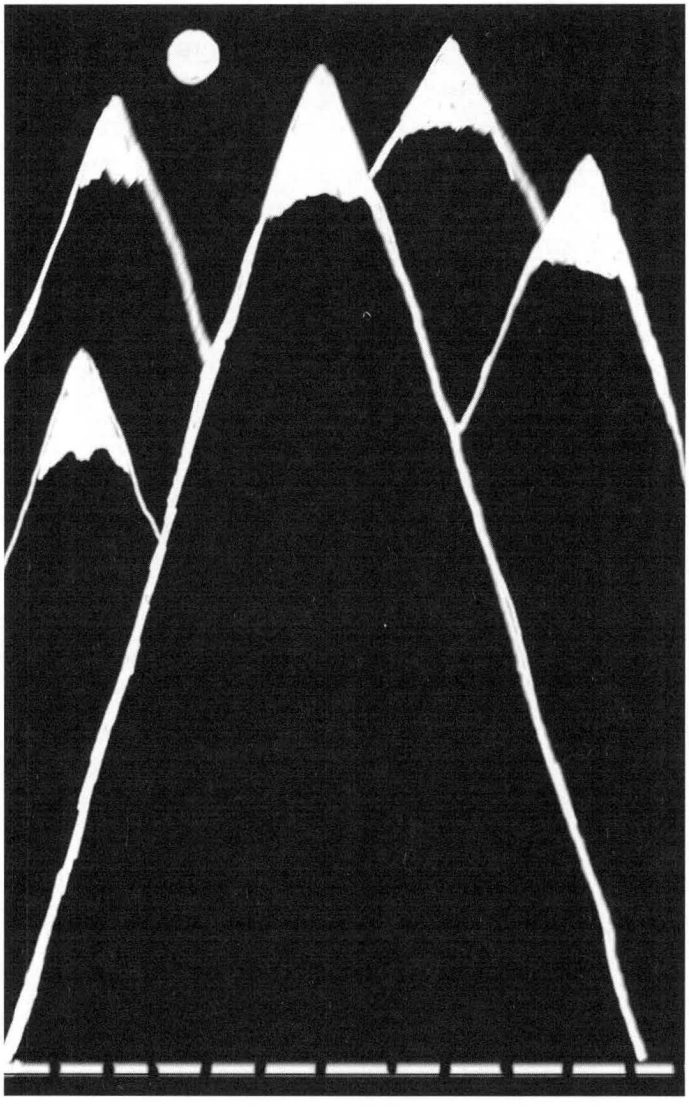
Assim, pensar localmente, nacionalmente, é o meio mais eficaz para se avaliar e para, então, agir globalmente frente às Instituições Financeiras Multilaterais com vistas a que tornem-se instrumentos globais a serviço do desenvolvimento sustentável e socialmente justo.

---

[12] Ver sobre o assunto: UDALL, L. 1997. **The World Bank Inspection Panel: A Three Year Review**, BIC, Washington (DC) e "O Painel de Inspeção do Banco Mundial: um instrumento para a participação?", In LEROY, J.P. e Soares, M.C. (Orgs.), **Bancos Multilaterais e Desenvolvimento Participativo no Brasil: dilemas e desafios**, FASE/IBASE, 1998, Rio de Janeiro.

Uma Experiência de Participação Civil na Definição de um Projeto Nacional em um Mundo Globalizado

*Alberto Arroyo**



*Membro da coordenação da RMALC, assessor para temas econômicos e trabalhistas do FAT. Pesquisador da Universidade Autônoma Metropolitana. Autor de vários livros e artigos. Participou de numerosos eventos internacionais e nacionais.

Introdução

No presente artigo pretendemos sistematizar a história de uma organização de novo tipo: A Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio (a partir de agora RMALC) que espelha uma das tentativas da sociedade civil de dotar-se de organizações plurais e flexíveis; combina o internacional com o nacional; a crítica com a elaboração de propostas alternativas viáveis ao neoliberalismo dominante; a integração das organizações sociais com organizações não governamentais; e a participação coletiva com a individual. São mais de 7 anos de esforços frente a uma problemática global que incide determinantemente no presente e no futuro de nossos países.

Trataremos de apresentar nossos pontos fortes e nossas debilidades, as formas organizativas e de luta, enfatizando o momento atual da luta comum frente à ALCA. Consideramos que é muito importante compartilhar autocriticamente a experiência acumulada no norte do continente, mas, ao mesmo tempo, enriquecê-la com a experiência de luta em torno do Mercosul. Esperamos que este artigo seja uma ajuda para um diálogo mutuamente enriquecedor.

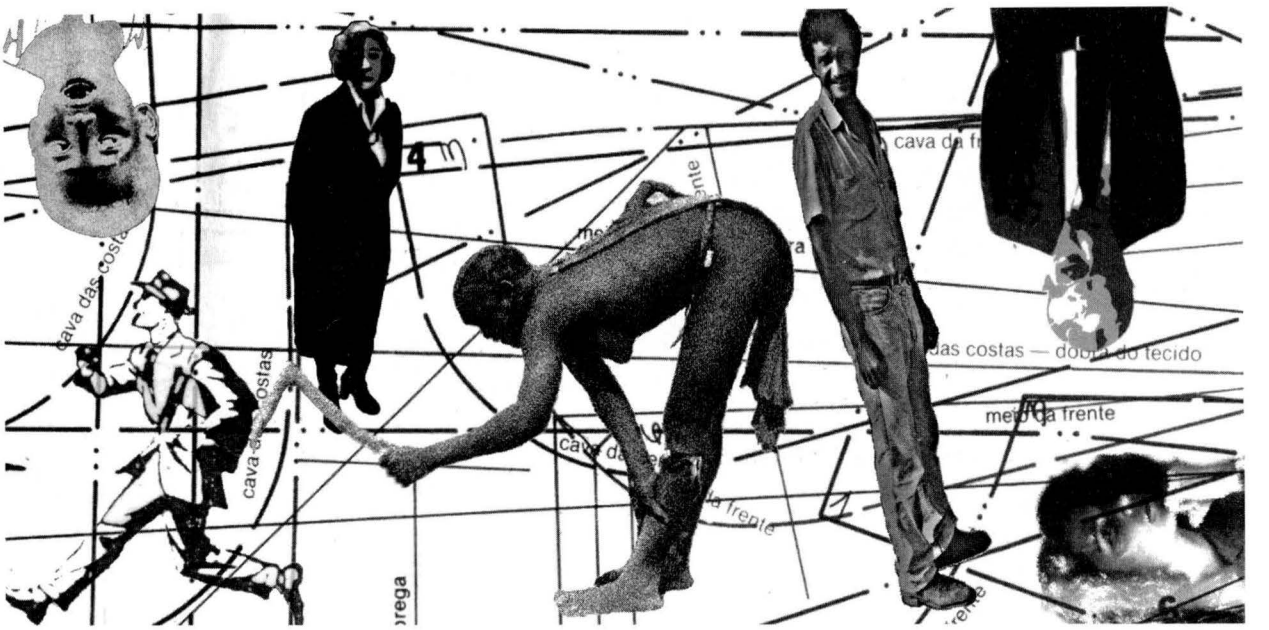
Origem e Estrutura Organizativa da RMALC

A Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio (RMALC) não nasceu como uma simples oposição ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), mas sim na busca de um projeto de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo e na luta pela transição democrática. Desde sua origem procura ser uma alternativa organizativa plural e não somente crítica, mas essencialmente propositiva.

A conjuntura de negociação de um Tratado de Livre Comércio com nossos vizinhos do Norte levou a uma luta e uma pressão imediatas para que o acordo fosse um instrumento para um desenvolvimento nacional mais justo e não mais um passo na consolidação do modelo neoliberal no México. Neste momento, a partir da RMALC, consideramos que não seria má idéia formalizar as relações comerciais, sobretudo com os Estados Unidos (então havia poucas trocas com o Canadá), com quem realizamos 80% de nosso comércio internacional. As regras anteriores ao TLCAN eram totalmente definidas pelos americanos nos marcos do Sistema Geral de Preferências. Este sistema abarca uma lista de países e produtos, aos quais são outorgadas facilidades de acesso ao mercado norte-americano, aprovada a cada ano pelo Congresso dos Estados Unidos. Na prática, é uma lista de prêmios e punições de acordo com o grau de colaboração de nossos governos com a política externa americana.

Para enfrentar a agenda das grandes corporações transnacionais, representada pelas posições do governo americano, era necessária uma grande força e, por isso, nos colocamos o objetivo de formar uma aliança multissetorial e multinacional a mais ampla possível. Desde meados de 1990, estimulados pela luta do Canadá contra os termos do acordo comercial proposto pelos Estados Unidos, um grupo de organizações sociais e civis se reuniu para refletir sobre as possíveis implicações de um tratado de livre comércio na América do Norte e, a partir de um processo de consultas, decidiu criar a Rede Mexicana de Ação frente ao Livre Comércio (RMALC), que se constituiu formalmente em 11 de abril de 1991.

Trata-se de uma organização plural e intersetorial que funciona por consensos e possui uma estrutura flexível. Dela participam organizações de diferentes setores sociais (camponeses, trabalhadores, moradores de bairros populares, mulheres), médios e pequenos empresários, ONGs ou organizações civis vinculadas aos movimentos sociais e dedicadas aos mais diversos temas (ambientais, trabalhistas, direitos humanos em seu sentido integral), assim como pesquisadores e pessoas individualmente. Em torno de 120 organizações participaram de sua fundação e, ao longo do tempo, houve mais adesões, porém deve ser reconhecido que a participação cotidiana é bastante irregular.



Quanto à sua conformação trinacional, há antecedentes, às vezes muito antigos, de relações entre algumas organizações fundadoras da RMALC e organizações americanas e canadenses, particularmente no âmbito sindical. Também contribuiu o fato de que, em torno das negociações entre Estados Unidos e Canadá sobre um acordo de livre comércio, em 1989, haviam se desenvolvido coalizões no Canadá em coordenação com organizações americanas. Desde o momento em que se começou a falar de um acordo de livre comércio entre Estados Unidos, México e Canadá, intensificaram-se as relações e foi se construindo uma rede trinacional.

A estrutura organizativa da RMALC busca operatividade e representatividade e, neste sentido, conforma-se como uma rede de organizações em que cada uma delas conserva sua própria estrutura, mecanismos decisórios e posicionamentos ideológico-políticos.

Os órgãos de direção são:

a) A Assembléia Geral Ordinária formada por todas as organizações membro. Decide sobre posicionamentos, alinhamentos e tomadas de posições políticas gerais, assim como sobre acordos amplos sobre o que fazer. A Assembléia se reúne uma vez por ano e tem sido fundamentalmente um espaço de informações, análise e elaboração de grandes linhas de um plano de ação. Nela foram aprovados por consenso quase todos os documentos oficiais que se apresentaram como propostas ao governo e à sociedade.

b) Uma equipe coordenadora. Em princípio, esta equipe foi nomeada pela Assembléia constitutiva, porém, na prática, se formou como uma equipe voluntária de trabalho, sem necessidade de nomeações. Ela se reúne todas as segundas-feiras e conduz o trabalho cotidiano; tem iniciativa e é o motor da rede, o que constitui sua debilidade, já que se trata de uma equipe que trabalha voluntariamente e sem remuneração. Até o momento, a Assembléia ratificou Bertha Luján, que é da Direção Nacional da Central Sindical *Frente Auténtico del Trabajo*, FAT, como Coordenadora Geral. Trata-se de uma pessoa chave, não apenas por sua qualidade de dirigente sindical, mas por seu estilo de trabalho e por sua capacidade de gerar consensos.

c) Um Conselho Nacional. Na assembléia de 1997, foi decidido formar-se um Conselho Nacional com representantes das diversas organizações civis e sociais. Este Conselho é uma instância intermediária entre a assembléia e a equipe coordenadora. Tem a função de facilitar a coordenação mais ampla com outras organizações, pertencentes ou não à RMALC. É consultado sobre os planos de ação da RMALC e é uma instância para a elaboração consensual de planos comuns. Reune-se três vezes por ano.

d) A coordenação trinacional tem sido fundamental e é uma das fontes de força e presença

marcante da RMALC. Ela opera cotidianamente por fax e teleconferências, por correio eletrônico, reuniões internacionais, que, quase sempre, têm a finalidade não apenas de coordenação e discussão, mas de ação em algum ato político.

A REDE MEXICANA DE AÇÃO FRENTE AO LIVRE COMÉRCIO (RMALC) NÃO NASCEU COMO UMA SIMPLES OPOSIÇÃO AO TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO DA AMÉRICA DO NORTE (TLCAN), MAS SIM NA BUSCA DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO AO NEOLIBERALISMO E NA LUTA PELA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Uma particularidade da RMALC é o trabalho pela busca de consensos. Trata-se de uma rede e, portanto, cada organização conserva sua independência. Como uma rede que visa a ação, procura não se emaranhar em discussões eternas. Trabalha-se junto naquilo em que se está de acordo; nos pontos não consensuais, cada um continua atuando por conta própria. A única exigência é que não se trabalhe contra os objetivos fundamentais que nos unem. Esta forma de trabalho tem sido especialmente importante no trabalho trinacional. As realidades e contextos políticos em cada um dos países são distintas, inclusive, do ponto de vista imediato, há interesses divergentes entre nossos povos. Por isso, são respeitadas a autonomia e a liberdade de ação nacionais e se tem uma postura conjunta no que há acordo. Pretende-se trilhar o mesmo caminho na construção da aliança continental.

A chave é não forçar consensos, nem evitar discussões, porém realizar as ações sobre o que há acordo. As discussões devem ocorrer, mas sem que impeçam o reconhecimento daquilo sobre o que se tem acordo e sobre o que se deve atuar em conseqüência. No âmbito trinacional, houve discrepâncias que acarretaram em prioridades distintas em cada país, sem contudo impedir ações internacionais comuns, na medida em que cada um atuava segundo suas próprias prioridades no plano nacional. A história vai depurando e aproximando as posturas.

A política de relações da RMALC, que consiste em se manter contatos com muitas organizações em pontos específicos, nos planos nacional e internacional, tem sido outro elemento importante. Como toda organização ampla e plural, tanto a rede mexicana como a trinacional são heterogêneas: há diferentes graus de convergência, sobre os quais se trabalham acordos mínimos com o conjunto e, mais estreitamente, com aqueles em que haja maior coincidência.

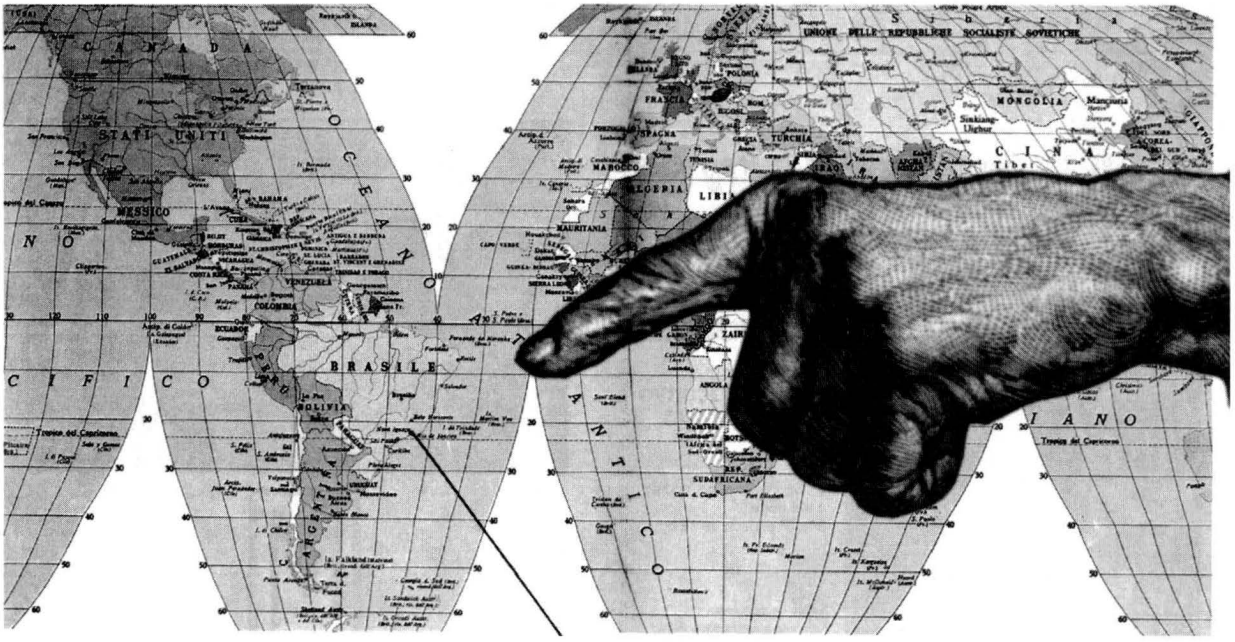
Não existe uma coordenação institucional trinacional que possa tomar decisões por todos. Qualquer iniciativa é fruto do consenso obtido no interior de cada organização e que é proposto aos demais; surgem, então, os responsáveis que se coordenam entre si.

PARA ENFRENTAR A AGENDA DAS GRANDES CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS, REPRESENTADA PELAS POSIÇÕES DO GOVERNO AMERICANO, ERA NECESSÁRIA UMA GRANDE FORÇA E, POR ISSO, NOS COLOCAMOS O OBJETIVO DE FORMAR UMA ALIANÇA MULTISSETORIAL E MULTINACIONAL A MAIS AMPLA POSSÍVEL

Postura Básica da RMALC Sobre o Livre Comércio

O processo globalizador neoliberal é atualmente dominante, mas não inevitável. É muito importante distinguir, na situação atual, quais são os fatos que se deve levar em conta e quais são as margens de manobra que podemos ampliar para construir uma alternativa distinta.

efeito, a história demonstrou que o mercado por si só não gera desenvolvimento e muito menos justiça social. A dinâmica da economia e do comércio mundial é uma realidade a ser considerada em qualquer esforço destinado a elaborar um projeto de país, caso se queira definir programas viáveis e sustentáveis. Porém, nos opomos a permitir que o mercado mundial defina, com a anuência de nossos governos, o futuro de nossos países e povos.



Nenhum país pode e nem deve permanecer isolado da dinâmica da economia mundial. Isto, porém, não significa que compartilhemos da orientação teórica que vê no livre comércio a única, muito menos a melhor, forma de inserção na globalização.

O "livre comércio" não significa simplesmente abertura para o comércio mundial, significa renunciar a sermos sujeitos ativos de nosso futuro e deixar que o mercado decida em nosso lugar. A teoria do mercado livre considera que o livre comércio, por si só, designa e desenvolve as melhores oportunidades para cada país. De acordo com este postulado, não é necessário pensarmos em que país queremos e podemos nos tornar, simplesmente trata-se de eliminar qualquer barreira ao mercado mundial e o próprio mercado se encarrega de oferecer o melhor dos países. Com

Devemos construir democraticamente, em nossos países, um projeto nacional de desenvolvimento sustentável e, a partir desta definição, inserirmo-nos na dinâmica econômica mundial.

As diferenças radicais entre nossa colocação e a posição oficial – esta última plasmada no TLCAN, na agenda das grandes corporações multinacionais para a negociação da ALCA e no projeto de Acordo Multilateral de Investimentos, cuja implementação está temporariamente detida – são duas: 1) ter um projeto nacional e lutar ativamente por sua implementação e; 2) regular em âmbito supranacional o capital, especialmente o capital especulativo. A tendência recente tem sido a de conceder liberdade absoluta aos capitais, inclusive os especulativos, para que o mundo se mova no ritmo de seus interesses, enquanto que propomos uma economia mundial regulada

nacional e supranacionalmente, de tal maneira que se assegure a paz, a democracia, o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica com bem-estar social, tanto nacional como internacional.

Nossa posição a este respeito é muito clara: devemos atuar dentro da globalização e não à sua margem; devemos nos negar a aceitar que a globalização neoliberal em curso seja um processo irreversível; é necessário não apenas diminuir suas conseqüências negativas, mas também colocar uma alternativa. Devemos buscar aproveitar a globalização com criatividade e não nos submetermos a ela passivamente.

Não é mal pactuar regras para o comércio e o investimento em regiões e no mundo, porém não quaisquer regras. Até hoje, as regras acordadas não ajudaram a superar, ou ao menos minorar, os problemas de nossas economias; a exclusão continua crescendo. Propomos regras alternativas que regulem a economia mundial e, em nosso hemisfério, lutaremos para impedir que se continuem acordando regras que nos excluem, mas que devemos cumprir.

A crítica à globalização dominante e imposta não significa que pretendemos retornar ao passado, fechar e proteger nossas economias, defender um isolamento comercial. A crítica não se faz a partir de uma postura protecionista tradicional, nem nossa proposta é voltar ao passado. Nossa proposta implica numa lógica econômica distinta: o comércio e o investimento não devem ser um fim em si mesmos e sim instrumentos para o desenvolvimento justo e sustentável. Nossa proposta privilegia uma lógica social, através da qual incluímos tópicos como os direitos trabalhistas, os direitos humanos, o meio ambiente, as minorias, em suma, os temas e os indivíduos excluídos[1].

Nossa crítica e proposta estão sustentadas tecnicamente, mas também surgem de um imperativo ético. Negamo-nos a aceitar o mercado como o deus que regula nossas vidas; como inevitável um modelo globalizador que exclui a mais da metade da população mundial dos benefícios do desenvolvimento; que a degradação da natureza seja uma fatalidade e um mal necessário para o crescimento. Resistimos a aceitar que as medidas econômicas aplicadas nos últimos anos nos países de nossas Américas sejam a única maneira possível de orientar a economia. Por trás destas medidas existe não apenas uma estratégia política e econômica, mas uma concepção inaceitável da pessoa humana e uma cultura que é preciso erradicar.

Alguns Elementos e Exemplos das Formas de Luta

A estratégia da RMALC está orientada a longo prazo, se aproveita das diversas conjunturas para ir construindo uma proposta integral de país e, por sua vez, o sujeito plural e multissetorial capaz de impulsioná-la.

1 - Educação e conscientização, busca de consensos em torno de uma alternativa

Um dos grandes desafios foi o de ir pouco a pouco introjetando na consciência das organizações sociais a idéia de que temas tão globais e aparentemente tão alheios à vida cotidiana, como o TCALN, têm repercussões definitivas nas condições de vida e trabalho das maiorias; ir provocando uma consciência de que os problemas cotidianos não têm soluções de fundo e de longo prazo se não lograrmos a democracia e a modificação da estratégia neoliberal e do contexto internacional. Para tanto, o tema que mais buscamos colocar em evidência é o do

[1] A versão mais acabada de nossa postura e proposta alternativas, ainda que sempre em processo de enriquecimento, encontra-se no documento de trabalho apresentado por consenso entre a equipe organizadora do Fórum sobre as alternativas econômicas da Cúpula dos Povos da América, de Santiago, e que se pode consultar em sua página eletrônica. Em breve, será publicada uma Segunda versão, enriquecida pelas discussões ocorridas na Cúpula, deste documento nos quatro idiomas do continente.

trabalho e salário. Apresentamos, em oficinas de reflexão sobre pesquisa e análise, que a política salarial converteu-se numa política de Estado e em peça chave do modelo econômico; que não é suficiente uma correlação de forças favorável entre empresa e sindicato, mas que há que se derrotar o Estado, que impõe um teto aos aumentos salariais. Quanto ao tema do emprego, ressaltamos como o modelo neoliberal "à mexicana" está se mostrando incapaz de gerar um número suficiente de emprego, mesmo nos anos em que a economia cresce. "Alcançar a geração de empregos significa não apenas crescer, mas crescer com uma estratégia distinta"[2].

Inicialmente (durante as negociações sobre o TCLAN), muitos setores estavam convencidos, graças à propaganda oficial, de que a forma neoliberal da globalização era um fato inevitável e que os acordos de livre comércio eram o grande instrumento e solução de longo prazo para se obter o desenvolvimento e o bem-estar da população. Sem embargo, a crise de 1994 desmoronou o mito do suposto milagre econômico do TLCAN e mostrou, na prática, que o modelo neoliberal produz não apenas efeitos sociais negativos, mas também crescimento econômico instável[3].

Também caiu o mito de um suposto bem-estar futuro. A maior parte das pessoas se desencantou e continua se desencantando, na medida em que, após uma nova etapa de crescimento em 1996 e 1997, já há sinais de uma nova crise em 1998, com desvalorização da moeda, queda da Bolsa de Valores e da produção.

Diante da crise, torna-se urgente demonstrar que há uma alternativa. As maiorias nunca viram cumprir-se as promessas de bem-estar futuro que fazia o governo diante de cada medida "dolorosa, porém necessária". Doze anos de promessas não cumpridas tiram a esperança de qualquer um. Contudo, continua forte o discurso que leva ao conformismo: "não há outro caminho".

A RMALC apresentou, em março de 1995, um Plano Econômico Alternativo e o submeteu à discussão e busca de consenso. Tratava-se de um plano integral e viável não apenas frente à crise de dezembro de 1994, mas que também lançava as bases para um desenvolvimento fora dos esquemas neoliberais. Mais importante que o conteúdo da proposta era o processo que se pretendia desencadear com ela. A RMALC convocou, em de janeiro de 1995, uma equipe técnica para dar forma e sistematizar um plano econômico coerente, integral e viável, recolhendo muito do que havia sido elaborado nos últimos anos. Em março, já estava pronta uma primeira versão. Juntamente com a Aliança Cívica, deu-se início a um grande processo de construção de consensos sobre uma proposta econômica

[2] Ver, entre outros, o documento da Frente Autêntica do Trabalho, "El Neoliberalismo Económico y la Tragedia Salarial del Trabajador", na revista *Derechos Laborales*, fevereiro de 1998, pp. 9-16. Sobre o tema do emprego, ver, entre outros documentos, os balanços anuais do TCLAN, o último dos quais citaremos mais adiante.

[3] Ver Alberto Arroyo, "La Crisis Mexicana y el modelo de desarollo", em *Tenemos Propuesta*, editado pela Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio, México, setembro de 1995, pp. 3-15.

alternativa que fosse aprovada por um Referendo Cidadão. Oito redes ou organizações nacionais, que abarcavam todos os setores, decidiram continuar na busca de consensos e, como resultado final, apresentar uma proposta unitária de Referendo Cidadão. Tais organizações eram: a Aliança Cívica, a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio, a Associação de Industriais da Transformação (ANIT), o Fórum de Mudança Empresarial de Puebla, "El Barzón", Frente de Resistência diante da Crise, Coordenação Nacional de Organizações Cafeeiras e a UNORCA.

A CHAVE É NÃO FORÇAR CONSENSOS, NEM EVITAR DISCUSSÕES, PORÉM REALIZAR AS AÇÕES SOBRE O QUE HÁ ACORDO ... A HISTÓRIA VAI DEPURANDO E APROXIMANDO AS POSTURAS

A proposta[4] ficou pronta em agosto de 1995, enriquecida com maior discussão, e a versão final seria apresentada para assinaturas e adesão no Referendo da Liberdade. Tratava-se de um documento entitulado "Estratégia Econômica Alternativa para o Desenvolvimento do México". Era um programa de 12 pontos e 12 conjuntos de medidas.

Buscavam-se várias coisas com o Referendo da Liberdade: mostrar que, sim, havia outro caminho viável; deslanchar um processo de pensamento crítico que buscasse alternativas e melhorasse nossa proposta e; realizar um amplo trabalho educativo. Tudo como parte de um processo que fosse criando um consenso e o sujeito social com força suficiente para provocar uma mudança de rumo econômico. Desenvolveu-se uma campanha educativa para divulgar a proposta econômica alternativa. Pretendia-se que, no Referendo, as pessoas aderissem conscientemente, já que não tratava de manifestar-se contra a estratégia econômica do regime, mas de apoiar uma proposta alternativa. Realizaram-se um sem número de oficinas explicativas e de debates. Houve participação em programas de rádio e televisão e publicaram-se vários materiais pedagógicos e de difusão massiva. Foi feito um trabalho junto aos partidos políticos e organizações sociais, bem como junto a personalidades com peso na opinião pública para que se somassem ao esforço do Referendo.

O Referendo foi uma experiência interessante por seu método. Seus resultados foram importantes, porém limitados, inscrevendo-se como um elemento a mais na grande luta contra o neoliberalismo no México[5].

O processo de consenso em torno da necessidade de uma mudança de estratégia econômica e o consenso em torno da proposta da RMALC continuou avançando. Foram incorporadas partes substanciais dos documentos oficiais do novo agrupamento sindical unitário (UNT); houve influências do zapatismo; setores importantes do PRD e do empresariado médio foram convencidos. A idéia da necessidade de uma mudança na estratégia está presente agora em todos os setores da oposição. Contudo, ainda estamos longe da constituição de sujeito massivo que consiga impulsioná-la.

2 – A Construção de uma Imagem

Construímos uma imagem da Rede como uma organização séria, propositiva e diferente da esquerda tradicional. Neste sentido, utilizamo-nos de

---

[4] Alberto Arroyo, Eduardo Manzo, Alejandro Nadal, Andrés Peñaloza e Carlos Salas, "Plan de recuperación económica y desarollo sustentatle", em *Tenemos Propuesta*, editado pela Red Mexicana de Acción Frente al Libre Comercio (RMALC), México, setembro de 1995.

[5] Pode-se ter uma idéia, ao menos parcial, da história da luta contra o neoliberalismo no México em Alberto Arroyo, "Movimiento ciudadano contra el neoliberalismo", *Memoria Segundo Coloquio sobre Estado y Movimientos Sociales*, UAM-I División de Ciencias Sociales y Humanidades, Departamento de Sociologia, Area Estado y Movimientos Sociales, México, 1996, pp. 115-132.

vários elementos que consideramos chaves: 1) apresentar uma postura propositiva, uma alternativa viável (tanto de estratégia econômica, como de princípios fundamentais para um acordo na área da América do Norte) e não aparecer como simples oposição ou radicais defendendo utopias irrealizáveis; 2) A análise crítica e propositiva da negociação no TLCAN, que, ademais, rompeu com o pretendido segredo com que o governo conduziu as negociações[6]; 3) a realização de um balanço anual sobre os efeitos do TLCAN, o que permitiu contrastar as alternativas com a realidade e não apenas com princípios.

A RMALC ganhou um lugar e uma imagem na opinião pública nacional e internacional. Esta imagem de poucos gritos e adjetivos e muitos argumentos, análises e propostas desconcertou o governo, que não sabe como enfrentar-nos. Ele não quer entrar num debate sério e, frente à sociedade, prefere fingir ignorar-nos e continuar com os *slogans* propagandistas e meias verdades. Cremos ser um ponto de referência sobre estes temas para uma camada da população; porém, o governo com seu acesso aos meios de comunicação de massa, continua impondo a visão de que não há outro caminho. Ele não entra no debate, mas deslegitima e banaliza nossas propostas. Ainda estamos longe de que nossas idéias tenham atingido as bases das organizações sociais. Ainda falta gerar um impulso de um movimento de massas mais vigoroso.

3 – Incidir na opinião pública através dos meios de comunicação de massas

Este objetivo foi particularmente importante na primeira etapa da RMALC, durante a negociação do TLCAN. O governo pretendia manter o conteúdo real da negociação em segredo absoluto. A RMALC se esforçou, desde o princípio, para quebrar esta estratégia e defender uma negociação aberta à sociedade.

Nestes anos (1992-1993), a opinião pública estava hipnotizada pelo discurso neoliberal avalizado pelo suposto crescimento econômico dos anos do salinismo. Os atingidos pelo neoliberalismo (a maioria) não estavam convencidos, porém estavam adormecidos e alienados com o discurso de que não haveria alternativa e que, em breve, haveria bem-estar para a maioria. Diante desta situação e do fato de que o governo negociava em segredo, a RMALC se colocou como estratégia atuar sobre a opinião pública, rompendo com o monopólio informativo nos meios de comunicação de massas. É evidente que, no México, isto não foi nada fácil e que os êxitos da RMALC foram, portanto, limitados. Com isto não se pretendia apenas forçar o governo a abrir espaço para a participação da sociedade civil no processo de negociação, mas gerar interesse e consciência sobre o tema para ir construindo um sujeito que impulsionasse a proposta alternativa.

Para incidir sobre a opinião pública pela via dos meios de comunicação de massas, vários elementos foram chaves:

- Era difícil que a imprensa e os meios eletrônicos de comunicação, tanto nacionais como internacionais,

[6] A análise completa pode ser vista em Alberto Arroyo e Jorge Calderón (Coordenadores), *El Tratado de Libre Comercio de América del Norte – Análisis Crítica y Propuesta*, RMALC, México, 1993. Este foi a única análise global antes da aprovação do tratado. Foi a base do arrazoado do voto contrário à ratificação do tratado do Partido da Revolução Democrática no Senado e também serviu de base para o trabalho de *lobby* no Congresso americano antes de sua ratificação.

viessem a nós; era necessário que fôssemos aonde eles estavam, isto é, aonde se davam as negociações oficiais. Assim, convertemo-nos em sombras dos negociadores. Toda reunião de negociação ministerial ou mesmo as dos chamados acordos paralelos foram acompanhadas por algum evento ou ato trinacional das redes cidadãs no país, cidade, e às vezes, até mesmo no hotel, em que se reuniam os ministros dos três países. Isto assegurava a presença dos meios de comunicação internacionais e nacionais. Além disso, como a estratégia oficial dos negociadores era manter segredo sobre o conteúdo das negociações, quase nunca produziam informações relevantes. Limitavam-se a generalidades do tipo "está se avançando", "tudo está caminhando bem", "as divergências estão sendo superadas".

- Outro elemento importante para atingir os meios de comunicação foi a qualidade da informação que oferecíamos e a relevância do evento e das personalidades que compareciam ao fórum paralelo.

- O bom tratamento dos jornalistas também ajudou. Enquanto que as conferências de imprensa dos negociadores governamentais eram quase que exclusivamente em inglês, nós quase sempre oferecíamos tradução simultânea e documentação em três línguas (espanhol, francês e inglês).

- Finalmente, a conformação internacional da organização traduziu-se também em um fator de força. Tivemos acesso, limitado, mas acesso, à imprensa e à televisão norte-americanas e canadenses através de nossos aliados, o que, mais cedo ou mais tarde, fez com que repercutisse na imprensa mexicana.

Lobby e Mobilização Frente ao Governo Federal e o Poder Legislativo

Durante o processo de negociações do TLCAN, a correlação de forças no Congresso mexicano nos era totalmente adversa. Legalmente quem ratifica os tratados internacionais é somente o Senado da República, no qual só havia dois senadores que se opunham ao TLCAN, os do PRD. Havia, inclusive, um do PAN que era pró TLCAN, o resto era do partido do governo, o PRI. Na Câmara de Deputados havia um grupo forte do PRD, mas que, de qualquer maneira, era minoria. O *lobby* junto aos deputados deu-se através do PRD e de alguns deputados do PAN, mas, sobretudo, foi realizado a partir da pressão da opinião pública, via a imprensa, fóruns, seminários nos quais se conseguiu a presença de algumas personalidades públicas.

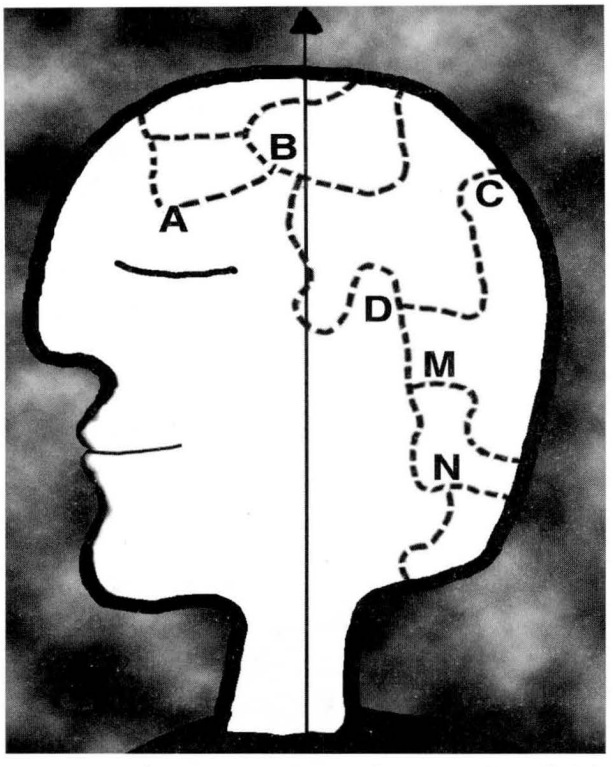
Foi feito um intenso trabalho para modificar a Constituição e restabelecer as prerrogativas dos deputados na discussão e ratificação deste tipo de tratado. Conseguiu-se que se discutisse amplamente o tema, mas não as prerrogativas legais para a sua aprovação. A discussão na Câmara de Deputados deu-se sobre a base de materiais da Rede. Um momento importante foi quando a RMALC se apresentou, em março de 1992, acompanhada pelos meios de comunicação, no salão de sessões da Câmara de Deputados para entregar-lhes o texto secreto das negociações governamentais sobre o TLCAN (a chamada Minuta de Dallas, que conseguimos graças aos nossos aliados canadenses). O tema foi retomado na tribuna, conseguimos que, durante alguns dias, este fosse o tema das manchetes dos jornais. A RMALC difundiu o texto traduzido em tempo recorde. Com isto, rompeu-se o segredo absoluto sob o qual se estava negociando.

No momento formal em que o tratado entrou no Senado para ser ratificado, organizaram-se três ações importantes:

1) Preparou-se para os senadores do PRD um extenso documento embasando o seu voto em contrário.

2) Um fórum com a presença de um bom número de doutores em direito e de grande prestígio público foi formado. Neste fórum, a RMALC apresentou um documento sobre a inconstitucionalidade do TLCAN, que finalmente foi avalisado pelos magistrados.

3) Convocaram-se personalidades representativas de boa parte dos outros estados da República para constituírem um Senado Cidadão



que se reuniu, enquanto ocorria a votação oficial, em um ato massivo fora do Senado e votou contra a ratificação do tratado.

Na realidade, entre os espaços institucionais onde se poderia impedir a ratificação do TLCAN, só havia o Congresso dos Estados Unidos. No México, a oposição legislativa era mínima. No Canadá, a correlação de forças também era desfavorável e a esperança estava nas próximas eleições e na vitória do Partido Nova Democracia, que era o que tinha uma postura contrária séria. Havia análises de nossos aliados canadenses que pensavam que se podia conquistar o número suficiente de representantes para poder reverter o processo posteriormente (o que não aconteceu).

Durante 1994, realizou-se um intenso trabalho de *lobby* junto com nossos aliados norte-americanos e canadenses, no Poder Legislativo dos Estados Unidos. Fomos convidados inclusive a audiências formais na Câmara dos Deputados. De fato, estivemos próximos de conseguir os votos suficientes para bloquear a aprovação. Clinton e as grandes corporações de seu país tiveram, no último momento, que comprar votos através de favores e investimentos. Inclusive modificando o texto do TLCAN contra o México para favorecer eleitoralmente alguns representantes legislativos norte-americanos nas próximas eleições. A lição foi amarga, mas confirmou o argumento da RMALC que, diante dos nossos aliados norte-americanos, insistia na não independência do Poder Legislativo norte-americano e na enorme capacidade e poder das grandes transnacionais que financiam suas campanhas eleitorais.

Frente ao Poder Executivo mexicano, o trabalho *lobby* foi reforçado por nossa mobilização e presença na opinião pública. Obteve-se um espaço de informações e discussão com os negociadores. Eles haviam dado informações ambíguas e até falsas. Isto veio à luz quando conseguimos o texto secreto das negociações. Diante deste fato, o governo interrompeu as reuniões. Mais tarde, sempre forçados pela imprensa internacional, conseguimos ser recebidos novamente para que lhes entregássemos novas propostas.

Balanço Autocrítico

1. Entre os sucessos mais expresivos obtidos pela Rede, podemos destacar:

a) A construção e a manutenção de uma coalização de organizações sociais intersetorial em torno de um tema global e aparentemente tão distante da realidade imediata.

b) A experimentação de novas formas de ação política a partir de uma estrutura organizativa flexível e democrática, representando um aprendizado para todos os envolvidos.

c) A realização de uma análise abrangente da situação e das negociações, bem como de uma proposta alternativa.

d) A obtenção de um mínimo de reconhecimento como interlocutor civil independente por parte das autoridades e dos poderes legislativos dos três países.

e) A presença nos meios acadêmicos, sociais e de comunicação de massas para um debate plural em torno do TLCAN.

f) A introdução no Tratado de temas trabalhistas e ambientais. Mesmo que os acordos

complementares a este respeito não sejam positivos, houve a denúncia formal junto à opinião pública dos problemas ambientais e trabalhistas mexicanos.

g) O resultado de mais longo prazo em termos da maior consciência de determinados setores da população, fruto de nossa estratégia de enfrentamento aberto da questão junto à opinião pública.

h) A obtenção de um alto nível de coordenação de ações com as coalizões canadenses e norte-americanas que enfrentaram o TLCAN, estabelecendo-se as bases para alianças civis trinacionais de longo prazo e que têm começado a dar fruto em outras lutas, como em relação aos Direitos Humanos, Chiapas, etc.

i) Maior influência junto a alguns deputados do PRD e do PAN.

j) Consideramos que, junto com outras lutas e avanços que resultaram na formação de uma bancada oficial minoritária nas eleições de 1994, estamos em melhores condições para enfrentar a questão da ALCA e do Acordo Multilateral de Investimentos. Há uma outra correlação de forças legislativa e social, a partir dos acúmulos obtidos.

2. Entre as falhas mais importantes, cabe destacar:

a) A dificuldade de mobilização mais geral frente ao TLCAN.

b) A dificuldade para se construir uma estratégia mais agressiva de alianças com os setores nacionais afetados pelo TLCAN, principalmente em relação aos pequenos empresários.

c) A incapacidade de transformar o nível de interlocução obtido em relação às autoridades em maior influência real e palpável no conteúdo do Tratado.

d) Não ter conseguido um trabalho de educação e difusão suficientemente fortes e que gerasse um maior consenso em torno da Rede, enriquecendo-a e tornando-a mais massiva.

e) Dificuldade de multiplicação do trabalho da Rede em todos os estados mexicanos para envolver as organizações locais e realmente gerar uma resposta nacional ao TLCAN.

Entre as causas destas falhas, encontram-se a ausência de uma cultura e de espaços realmente democráticos de participação da sociedade civil nos assuntos de interesse nacional; a falta de recursos financeiros e humanos para se contrapor à onerosa campanha governamental. Cabe ainda destacar que a RMALC praticamente não conta com ativistas profissionalizados.

Eixos de Luta e Atividades Atuais

1. Implementação de uma estratégia de continuar enriquecendo e ampliando o consenso em torno das propostas da Rede e ampliação e consolidação das alianças nacionais e internacionais. Um trabalho permanente, que consideramos importante, é o monitoramento dos efeitos do TLCAN. Não tanto com uma atitude do tipo "bem que avisamos", mas para conseguir uma base sólida para continuar propondo alternativas, através de material educativo, para as organizações-membro da RMALC e para a sociedade civil em geral.

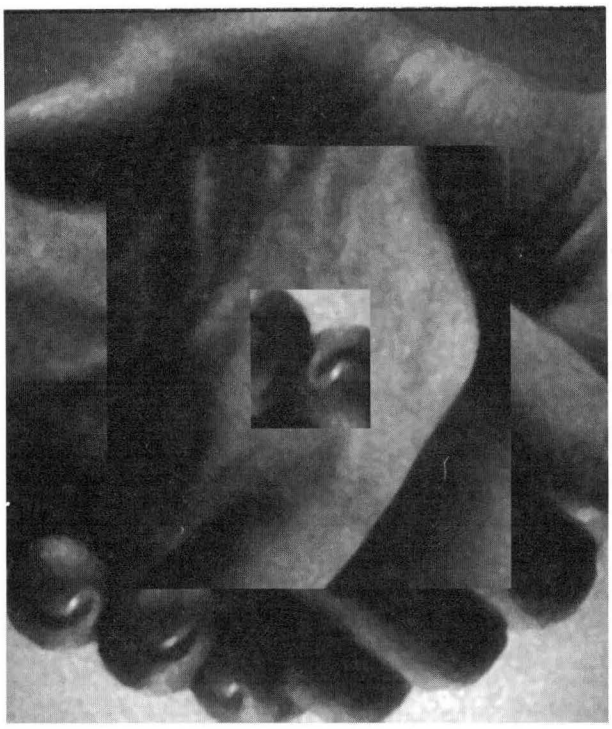
2. Renegociação do TLCAN. Apesar das irregularidades com que foi ratificado, o Tratado é uma realidade, ainda mais diante de uma economia mexicana mais vulnerável às pressões internacionais. Não podemos simplesmente desconhecê-lo e não há correlação de forças favorável para derrubá-lo. Por isso, a RMALC defende a sua renegociação em termos de uma recolocação global e radical do acordo comercial. Este é um acordo da Rede Trinacional.

3. Luta por uma estratégia econômica alternativa ao neoliberalismo. A RMALC elaborou um Plano Econômico alternativo em 1995, que vem obtendo maior apoio na sociedade.

4. Fortalecimento das relações e alianças com o Canadá e os Estados Unidos entre redes e organizações setoriais.

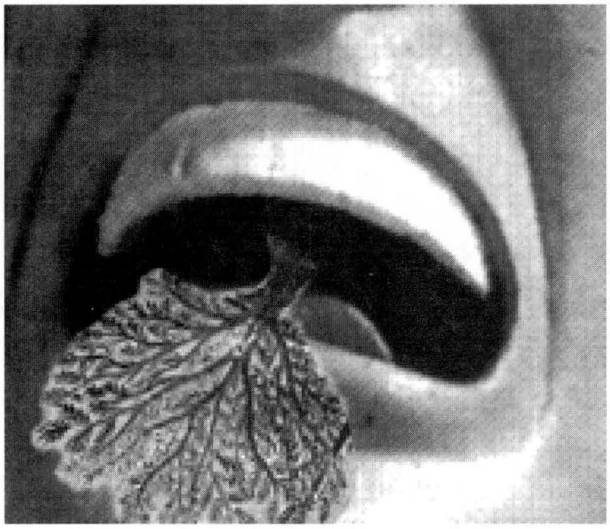
5. Construção de uma aliança hemisférica diante dos processos de integração subordinada e sob hegemonia norte-americana. Desta estratégia resultou a realização da Cúpula dos Povos das Américas, realizada paralelamente à Cúpula dos Presidentes em Santigo em abril deste ano.

6. Luta contra o Acordo Multilateral de Investimentos. Após uma campanha internacional exitosa, o acordo ainda não foi aprovado. A ameaça, no entanto, permanece.



Brasil Sustentável e Democrático: uma proposta de investigação e mobilização social

*Sergio Schlesinger e José Augusto Pádua**



* Economista e cientista político. Consultores da equipe de coordenação do projeto *"Brasil Sustentável e Democrático"*.

O Brasil de Hoje e o Brasil Sustentável e Democrático

A crise decorrente da globalização dos mercados financeiros ocupa diariamente as manchetes dos jornais de nosso país e de todo o mundo. O desemprego, a recessão e a destruição ambiental freqüentam com assiduidade outras páginas destes mesmos noticiários. Sabemos que estas notícias estão intimamente relacionadas, mas o prato – indigesto – nos é servido de maneira fragmentada: a crise financeira é assunto exclusivo das editorias econômicas. O meio ambiente é tratado em outra seção, e as relações entre estes temas permanecem ocultas.

A crise financeira, no entanto, embora se desenrole através de fluxos imateriais de ordens de compra e venda de títulos de toda espécie, pode ser responsabilizada por boa parte das agressões ao meio ambiente que estão ocorrendo e, sobretudo, das que estão por ocorrer. Concentrando cada vez mais a riqueza e a renda, permitem, mais que nunca, que uma parcela cada vez menor da humanidade - menos de 20% - consuma de forma insaciável cerca de 80% dos fluxos de matéria e energia produzidos a cada ano em escala planetária. Boa parte deste consumo, aliás, é desperdiçada em artigos supérfluos, que pouco têm a ver com a felicidade individual ou coletiva.

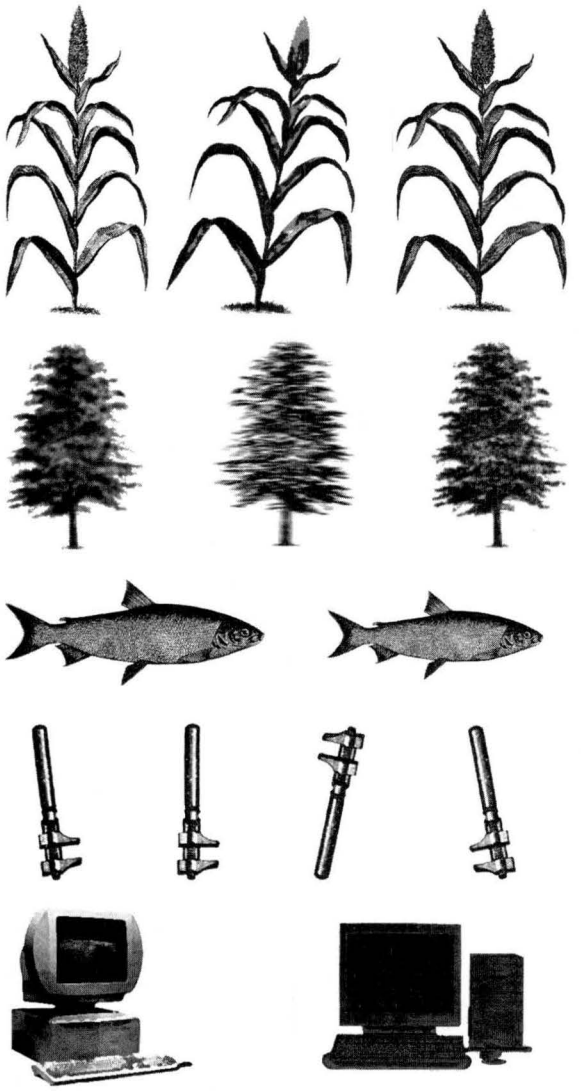
No México, na Rússia ou no Brasil, o desequilíbrio das contas externas representa uma pressão crescente sobre os recursos naturais, elaborados ou não: produtos agrícolas, petróleo, minério, aço, alumínio, celulose e muitos outros. É com a venda destes produtos, cada vez mais baratos no mercado internacional, que se tenta pagar a conta interminável das crises financeiras e das dívidas que se multiplicam. O agravamento da crise financeira, por outro lado, direciona um volume cada vez maior dos recursos do setor público para o setor financeiro privado, em grande parte para o capital especulativo, reduzindo a capacidade de ação e regulação do Estado frente à deterioração do espaço ambiental comum e da qualidade de vida da sociedade.

É certo que faz parte da estrutura do poder executivo brasileiro o Ministério do Meio Ambiente. Mas é pouco provável que seu titular tenha sido ouvido a respeito de nossa suposta política industrial, que praticamente se resume ao incentivo à expansão da indústria automobilística. Por melhor que fosse a política especificamente ambiental brasileira, isto representaria muito pouco: são as políticas econômicas em vigor que prevalecem sobre todas as demais, e nos conduzem por caminhos insustentáveis.

Por isso, a questão ambiental requer, sem dúvida, uma visão integrada dos acontecimentos. Ao longo dos últimos anos, sobretudo através do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, caminhamos bastante no sentido de estudar, debater e entender questões relativas ao problema da insustentabilidade em diversos segmentos da economia e da sociedade no Brasil - agricultura, florestas, pesca, transportes, mineração, indústria, comércio internacional, assentamentos humanos e tantos outros. A última grande publicação do Fórum, *O Brasil no Século XXI*, contribuiu bastante nesta direção.

Acreditamos que nosso próximo desafio é o de buscar compreender as relações que se dão entre estes setores de atividade. Todos eles estão em permanente interação, disputando os mesmos e escassos recursos naturais: água, ar, solo, energia, madeira e muitos outros. Além disso, é necessária uma leitura do conjunto destes setores que os situem transversalmente em relação aos temas centrais do desenvolvimento sustentável e democrático: apropriação eqüitativa dos recursos naturais, qualidade de vida, democratização das políticas públicas, fortalecimento da sociedade civil, eqüidade de gênero e etnia, geração de trabalho e renda, aprimoramento das oportunidades culturais e educativas etc.

É neste âmbito e neste enfoque que o *Projeto Brasil Sustentável e Democrático* se propõe a atuar, estimulando os mais variados segmentos da sociedade civil brasileira a refletir e agir coletiva-



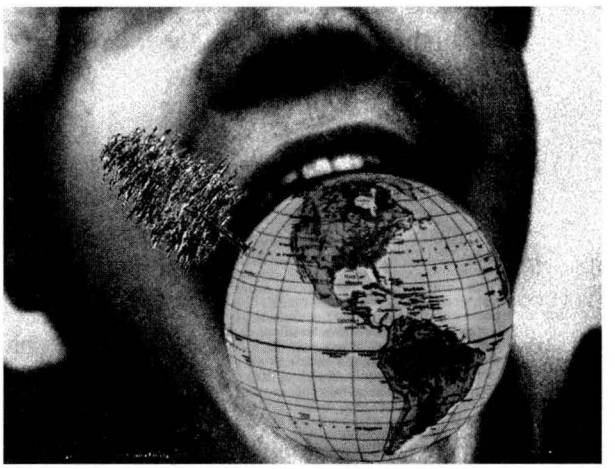
mente, rumo à construção de melhores horizontes, que contemplem ao mesmo tempo os objetivos de preservação do meio ambiente e justiça social. É necessário escapar da armadilha dos problemas financeiros de curto prazo, que empurram as forças democráticas para uma posição reativa e superficial, para começar a construir a visão do país que queremos e merecemos ter. É necessário escapar, por outro lado, da tendência irrealista para construir modelos alternativos fundados em premissas ultrapassadas, que não levam em conta as novas temáticas que a realidade global apresenta, a começar pelo imperativo da sustentabilidade ecológica. Sem equacionar este último ponto, na verdade, nenhuma proposta de transformação social poderá ser implementada de forma profunda e permanente.

Buscando Padrões de Vida Sustentáveis

A noção de que o consumo planetário dos recursos naturais já se encontra em níveis muito superiores àqueles apropriados, de modo a não comprometer o bem-estar das gerações futuras, é certamente um consenso nos dias de hoje. A necessidade de implementar um novo conceito de desenvolvimento também adquiriu uma certa unanimidade internacional, após a "Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento", no Rio de Janeiro, em 1992.

A verdade, porém, é que a definição do termo "desenvolvimento sustentável" permaneceu vaga e imprecisa, favorecendo o tipo de consenso superficial que se estabeleceu. O desafio que hoje se coloca é o de definir quais são os elementos, em termos conceituais e práticos, que permitam considerar um modelo de desenvolvimento como sendo realmente sustentável. Nesta discussão, certamente, o grau de disputa política e teórica se tornará muito maior.

Mas é necessário ampliar este conceito, além de explicitá-lo. Pois sabemos que a questão não diz respeito somente às gerações futuras: grande parcela das gerações atuais encontra-se, em todo o planeta, em situação de pobreza e mesmo de extrema miséria. Esta mesma pobreza pode ser vista, em termos econômicos reais, como a impossibilidade do acesso ao consumo daqueles recursos naturais que seriam necessários a uma vida digna e plena.



... UMA PARCELA CADA VEZ MENOR DA HUMANIDADE - MENOS DE 20% - CONSOME DE FORMA INSACIÁVEL CERCA DE 80% DOS FLUXOS DE MATÉRIA E ENERGIA PRODUZIDOS A CADA ANO EM ESCALA PLANETÁRIA

E já neste ponto, acaba-se o consenso. Pois se a humanidade como um todo já consome os recursos naturais do planeta em quantidades insustentáveis, fica evidente que aquela pequena parcela da população mundial que consome a maior parte destes recursos teria que mudar radicalmente os seus padrões de vida. Mesmo insustentáveis, estes mesmos padrões só se tornam possíveis às custas do consumo insuficiente daquelas camadas mais pobres. O verdadeiro desenvolvimento sustentável, portanto, requer não só padrões de produção e consumo muito distantes daqueles adotados nos dias de hoje, mas valores éticos e morais estão também em jogo.

Pensar o desenvolvimento sustentável, construir coletivamente visões dos caminhos que coloquem nosso país neste rumo, significa portanto pensar não só em novos padrões de produção de consumo, adoção de tecnologias ecologicamente mais eficientes e outros tantos conceitos. Exige também uma nova dinâmica social e econômica que, contrariamente àquela em vigor, fortaleça a participação cidadã e desconcentre a riqueza e a renda, permitindo que nossos recursos naturais sejam utilizados de maneira ecologicamente adequada, mas também justa e eqüitativa. Daí o nome de nosso projeto: *Brasil Sustentável e Democrático.*

Objetivos

O *Projeto Brasil Sustentável e Democrático*, que possui o patrocínio institucional do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, representa o esforço compartilhado de um grupo de cinco organizações não-governamentais e dois centros universitários que formam a sua coordenação institucional: AS-PTA (Assessoria e Projetos em Tecnologia Alternativa), FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas), IEE-USP (Instituto de Energia da Universidade de São Paulo), IPPUR/UFRJ (Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul) e REDEH (Rede de Defesa da Espécie Humana). Sua duração inicial será de três anos, tendo como principais objetivos :

• Valorizar e estimular as experiências e propostas dos movimentos sociais, organizações populares e ONGs em direção a um modelo de desenvolvimento alternativo no Brasil, que contemple sustentabilidade ambiental, justiça sócio-econômica, eqüidade de gênero e etnia e democracia participativa.

O AGRAVAMENTO DA CRISE FINANCEIRA DIRECIONA UM VOLUME CADA VEZ MAIOR DOS RECURSOS DO SETOR PÚBLICO PARA O SETOR FINANCEIRO PRIVADO, EM GRANDE PARTE PARA O CAPITAL ESPECULATIVO, REDUZINDO A CAPACIDADE DE AÇÃO E REGULAÇÃO DO ESTADO FRENTE À DETERIORAÇÃO DO ESPAÇO AMBIENTAL COMUM E DA QUALIDADE DE VIDA DA SOCIEDADE

• Promover a elaboração de argumentos sólidos e cientificamente bem fundamentados em favor deste modelo alternativo de desenvolvimento, inclusive com a produção de novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas idéias para a mudança social. Este material deve ser colocado a serviço dos movimentos acima mencionados.

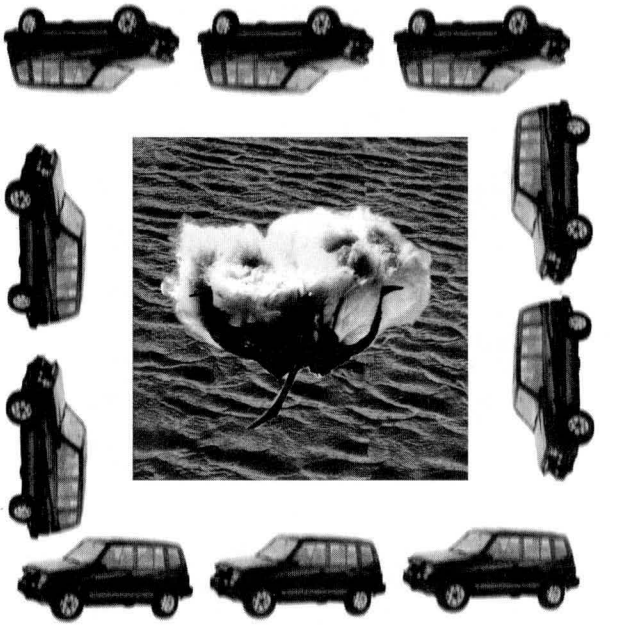
• Promover a incorporação do tema da sustentabilidade na agenda sócio-política e na opinião pública brasileira, através da organização de debates, encontros e campanhas de conscientização de caráter geral ou voltadas para setores específicos da sociedade.

• Estimular a presença das questões internacionais no debate público sobre a sustentabilidade no Brasil, considerando a inserção do país na América Latina, nas relações Norte-Sul e nas relações Sul-Sul.

Origens

Em 1992, a organização "Amigos da Terra" da Holanda publicou um documento denominado "Plano de Ação Holanda Sustentável". O documento, que buscava projetar um cenário futuro para um país altamente industrializado, baseado na partilha mais eqüitativa dos recursos naturais com o resto do mundo, produziu um forte impacto junto aos especialistas e à opinião pública daquele país. Buscava demonstrar que é possível manter um padrão de vida relativamente elevado e, ao mesmo tempo, promover uma redução drástica na utilização de recursos, sobretudo através de uma revolução na eficiência.

No documento dos "Amigos da Terra" mencionado acima, ficava claro que o superconsumo de cerca de um quinto da humanidade, especialmente concentrada nos países desenvolvidos, mas também presente na elite dos países mais pobres, representava o principal elemento constitutivo da atual crise ecológica. A sustentabilidade real, portanto, teria que passar por uma grande redução no uso do espaço ambiental por parte desta minoria. O documento procurava apontar caminhos através dos quais a sociedade



holandesa poderia manter um nível apropriado de qualidade de vida, sem exercer um impacto desproporcional sobre a biosfera, abrindo espaço para que os outros povos pudessem se desenvolver e consumir uma porção apropriada dos recursos globais.

O desafio proposto para a Holanda foi também colocado em outros países europeus, onde setores da sociedade civil começaram a elaborar planos semelhantes. O Instituto Wuppertal, sediado na Alemanha, foi encarregado de elaborar uma projeto para a "Alemanha Sustentável" e para o conjunto da "Europa Sustentável". Estes documentos provocaram um impacto considerável no debate político de diferentes países europeus.

A continuidade deste processo, que estendeu-se por diversos países europeus, logo deixou claro que o debate não poderia restringir-se aos países do Norte. Em primeiro lugar porque a interdependência crescente do mundo atual não permite pensar isoladamente o problema do desenvolvimento sustentável. Os países mais pobres, que constituem a esmagadora maioria da população do planeta, enfrentam enormes dilemas ambientais e necessitam desesperadamente encontrar caminhos sustentáveis de desenvolvimento.

As propostas em elaboração nos países ricos, por outro lado, poderiam ter sérias implicações

para os mais pobres. A redução no consumo de energia e matérias-primas, por exemplo, exerceria um forte impacto sobre países cujas economias dependem da exportação de recursos naturais, apesar de a longo prazo criar condições ecológicas melhores para que estes países pudessem se desenvolver e consumir uma parcela maior dos recursos naturais do planeta. Toda esta transição, portanto, precisaria ser pensada e discutida em termos globais e inclusivos.

A NOÇÃO DE QUE O CONSUMO PLANETÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS JÁ SE ENCONTRA EM NÍVEIS MUITO SUPERIORES ÀQUELES APROPRIADOS, DE MODO A NÃO COMPROMETER O BEM-ESTAR DAS GERAÇÕES FUTURAS, É CERTAMENTE UM CONSENSO NOS DIAS DE HOJE

Com o objetivo de expandir o debate, nos termos do que acabou de ser dito, foi estabelecido em 1995 o projeto "Perspectivas Norte-Sul de Sustentabilidade", coordenado pelos "Amigos da Terra" da Holanda e algumas organizações dos países do Sul. No Brasil este esforço foi coordenado pela FASE, que promoveu alguns estudos sobre os impactos no país dos planos europeus de sustentabilidade.

O avanço da discussão revelou a necessidade de um trabalho mais profundo e menos reativo, que não apenas pensasse as conseqüências das iniciativas européias para o Brasil, mas, sim, elaborasse um projeto próprio de sustentabilidade para o país, levando em conta suas peculiaridades sócio-econômicas e ambientais.

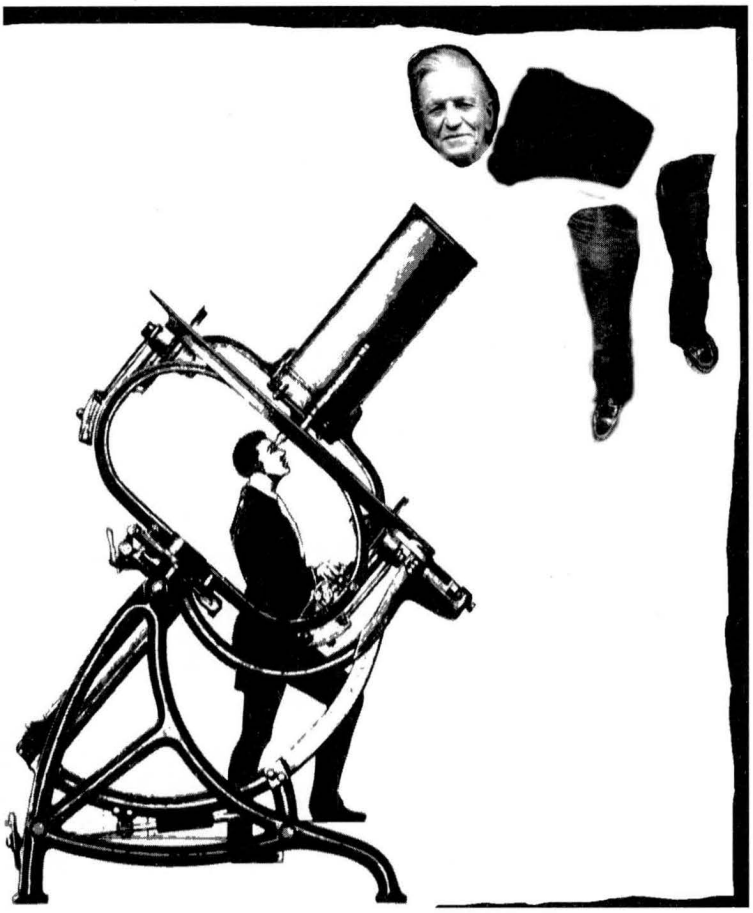
A FASE considerou que este desafio deveria ser enfrentado de forma coletiva, propondo sua realização através de um esforço compartilhado entre diferentes grupos e universidades, com o apoio do "Fórum Brasileiro". Logo ficou evidente, além disso, que no caso de uma sociedade como a brasileira, e na verdade no conjunto da situação mundial, seria inviável pensar a sustentabilidade sem considerar os problemas da concentração de riqueza, desigualdade de gênero, injustiça social e insuficiência de participação política.

O estabelecimento de um Brasil realmente sustentável apenas poderia ocorrer no contexto de uma sociedade mais justa, equilibrada e participativa. Daí a necessidade de unir, desde o início, o ideal da sustentabilidade ao ideal democrático.

Atividades

O projeto pretende discutir e estimular a busca da sustentabilidade no Brasil através de uma estratégia múltipla e integrada que inclui pesquisa científica, debate social e difusão pública. A sua dinâmica precisa envolver ao mesmo tempo um trabalho de diagnóstico prospectivo, que produza uma análise coerente da realidade atual do país - no que ela tem de favorável ou desfavorável para uma transição rumo à sustentabilidade - e um esforço propositivo, que indique e difunda caminhos possíveis e efetivos para esta transição. Este processo envolverá a realização de cinco atividades principais:

• Realizar um conjunto de investigações científicas que sejam úteis para o esforço de construção de um modelo alternativo de desenvolvimento no Brasil. As pesquisas serão encomendadas e acompanhadas pela coordenação do projeto, sendo realizadas por instituições e especialistas que tenham um compromisso político e filosófico com a visão de uma sociedade sustentável e democrática. Estas pesquisas devem incluir a produção de indicadores, diagnósticos e propostas. A apresentação dos resultados será feita em linguagem clara, sendo seus resultados, na medida em que se consolidem, divulgados através de textos de fácil compreensão, que sirvam como instrumentos para o debate social.



• Organizar uma série de reuniões e oficinas com representantes de movimentos sociais, ONGs, organizações populares, sindicatos e demais entidades representativas da sociedade civil, no sentido de discutir a visão de um Brasil sustentável e democrático, assim como as metas e estratégias necessárias para se chegar a este objetivo. Alguns dos interlocutores básicos serão a Central Única dos Trabalhadores, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as redes de organizações das mulheres, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a União Nacional dos Estudantes e outras. Este diálogo se dará através de visitas de caráter específico, participação em congressos e assembléias gerais destes movimentos e promoção de oficinas especialmente organizadas com esta finalidade. O objetivo destes encontros será o de recolher e sintetizar as experiências, visões, estratégias e propostas para o desenvolvimento sustentável que estão emergindo na sociedade civil brasileira. Pensa-se na realização de um "Seminário Nacional por um Brasil Sustentável e Democrático", que possa reunir representantes da sociedade civil e intelectuais na busca por uma proposta mais conclusiva e política de transição para a sustentabilidade. Este encontro será uma fonte essencial para a redação do livro básico do projeto.

• Publicar um livro básico, intitulado "Brasil Sustentável e Democrático", que será elaborado a partir das investigações científicas e debates sociais acima mencionados. A responsabilidade da redação e edição estará a cargo da coordenação executiva. O livro sintetizará, de forma integrada, consistente e clara, os principais dados, indicadores, análises e propostas produzidas ao longo do processo.

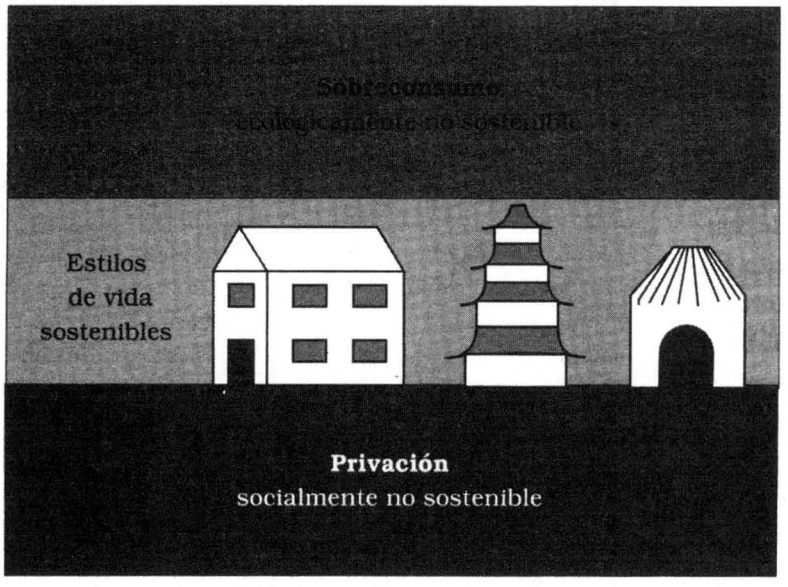
• Produzir materiais didáticos e peças de divulgação nos meios de comunicação que sirvam para disseminar os resultados do trabalho para um público mais amplo, estimulando a difusão do debate sobre sustentabilidade e democracia na sociedade brasileira.

• Realizar campanhas de conscientização sobre a importância deste debate junto a formadores de opinião, movimentos sociais, igrejas, empresários, entidades representativas da sociedade civil, parlamentares e governos a nível municipal, estadual e federal. Os materiais mencionados acima servirão como instrumentos para este trabalho.

O Conceito de Espaço Ambiental

O chamado *espaço ambiental* é um conceito amplamente utilizado nos estudos europeus. O conceito aqui descrito foi usado pela primeira vez no esboço de uma estratégia de sustentabilidade nacional por Amigos da Terra – Holanda, em seu Plano de Ação *Holanda Sustentável*, e posteriormente modificado pelo Instituto Wuppertal, da Alemanha.

ESPACIO AMBIENTAL ENTRE EL SOBRECONSUMO Y LA NECESIDAD



espacio ambiental disponible/ cápita

capa = uso máximo permitido del EA/cápita

suelo = uso mínimo socialmente necesario del EA/cápita

Fuente: Spangenberg, U. Tischner; Wuppertal Institute, 1994

O objetivo deste instrumento é o de possibilitar a mensuração, para uma determinada área geográfica de referência, da quantidade de recursos não-renováveis (inclusive a água), energia (fóssil e renovável) e terras (inclusive madeira, biomassa, etc.) que podemos obter da ecosfera de maneira sustentável.

Como pressuposto para atender ao requisito de eqüidade social, no sentido da distribuição igualitária da quantidade física de recursos da área de referência, o indicador utilizado é o consumo por habitante. A quantidade total disponível destes recursos dividida pelo número de habitantes indicaria, assim, o limite superior do espaço ambiental, ou seja, do consumo médio por habitante.

O limite inferior ou piso é definido como a quantidade mínima de uso dos recursos por habitante necessária para uma vida digna. O princípio de eqüidade definiria, assim, uma espécie de direito humano ao uso dos recursos globais, e é parte integrante da definição de espaço ambiental.

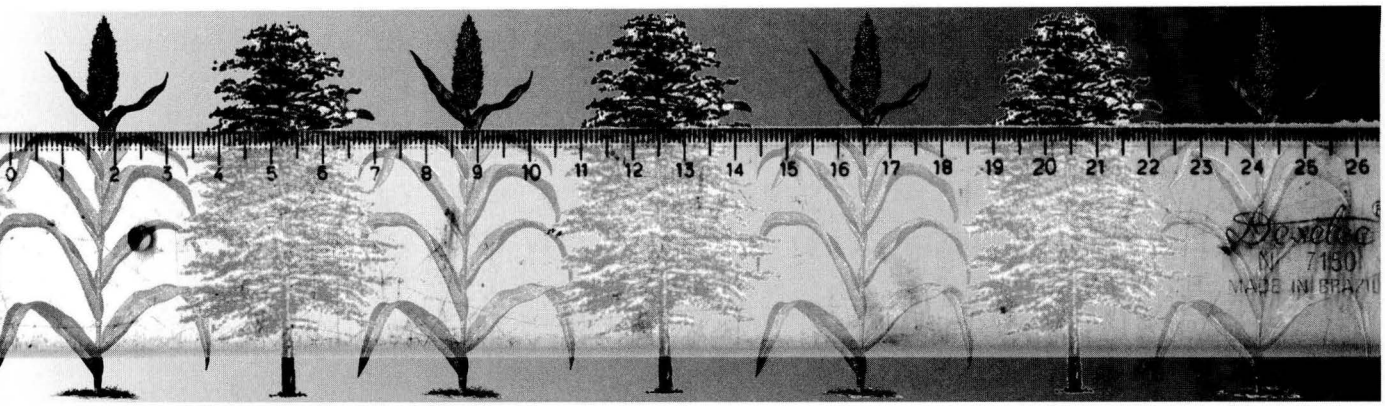
O espaço ambiental disponível fixa um teto permissível do uso e gasto dos recursos naturais. Comparando o uso atual deste espaço com seu uso permissível, obtemos a cota de redução de consumo para que uma economia nacional atinja uma situação sustentável.

Para evitar que esta redução implique em queda da qualidade de vida, são propostas diversas medidas alternativas: desmaterialização de produtos, sua substituição por serviços que requerem um uso menos intensivo de recursos, reutilização e reciclagem são alguns exemplos.

O limite inferior, o "piso" do espaço ambiental, compreende dois elementos: o mínimo fisiológico (alimentação, vestuário, moradia...) e o mínimo de participação social (serviços de saúde, mobilidade, educação, segurança...).

Os estudos europeus concentraram seus esforços, no que diz respeito a este conceito de espaço ambiental, na definição do *teto* deste espaço, para uma série de recursos, renováveis ou não, que são considerados essenciais para assegurar a qualidade de vida em nosso planeta para as atuais e futuras gerações.

Tratando-se de países onde a utilização de tais recursos é nitidamente superior àquela que pode ser considerada sustentável, é natural que a



ênfase tenha sido dada à quantificação do consumo permissível destes mesmos recursos, e à formulação de uma série de propostas e programas que permitam estabelecer metas e estratégias de redução em bases mais concretas, visando atingir níveis sustentáveis de consumo e de emissão de resíduos.

Parece evidente que, em nosso país, a pequena parcela da população que se apropria da maior parte da riqueza e da renda – e, por conseqüência, da maior parcela de nossos recursos naturais – já atingiu, há muito, padrões de consumo insustentáveis. E que o modelo de sociedade de consumo em que vivemos leva as classes menos favorecidas a aspirarem atingir estes mesmos padrões insustentáveis de consumo. Sabemos também que a exportação massiva de recursos naturais é responsável, em grande parte, pela crescente degradação de nosso meio ambiente.

Atualmente, estamos estudando uma maneira apropriada de utilização deste conceito para o caso brasileiro. A possibilidade de quantificar os limites máximos de utilização de alguns recursos pode tornar evidente, para além do discurso, as ameaças reais conseqüentes dos atuais padrões de produção e consumo.

Devemos considerar também as interligações entre o trabalho que nos propomos a desenvolver com aqueles efetuados na Europa, bem como o fato de que atuaremos em conjunto com outros países de nossa região. Assim, a utilização de ferramentas igualmente comuns nos parece um princípio a ser atingido, de modo a obtermos uma linguagem similar, bem como possibilitar a obtenção de resultados passíveis de comparações e consolidações.

A deficiência mais evidente do conceito de espaço ambiental reside na utilização de indicadores *per capita*, nos níveis nacional, regional e global. A pressuposição de que, por exemplo, no nível nacional, a apropriação dos recursos se daria de forma eqüitativa, ou mesmo em função das necessidades, invalidaria logo de saída nosso trabalho, cujo foco central é a democratização do acesso a estes mesmos recursos.

Outra fragilidade relevante é a omissão quase total à questão da destinação dos recursos consumidos. Sentimos falta do "para quê" são utilizados tais recursos, em termos da essencialidade do consumo. Afinal, um quilo de ferro utilizado na construção de moradias não é equivalente a um quilo de ferro utilizado na construção de aviões particulares.

Em nossas primeiras atividades, já vinhamos dando especial atenção à questão que nos parece mais relevante para nossa sociedade: o desenvolvimento do conceito do *piso* do espaço ambiental. É abaixo deste piso que vive a maior parte de nossa população. Qual seria a composição de uma "cesta básica" de bens e serviços que asseguraria, ao mesmo tempo, a qualidade de vida de nossa população e a preservação do meio ambiente?

Indicadores de Sustentabilidade

A identificação e construção de indicadores de sustentabilidade é outro desafio importante para o conjunto de nossos projetos. Se conceitos como o de espaço ambiental são úteis para demonstrar os limites que precisam ser respeitados, relativamente ao consumo dos recursos naturais,

indicadores adequados A identificação e construção de indicadores de sustentabilidade é outro desafio importante para o conjunto de nossos projetos.

O DESAFIO QUE HOJE SE COLOCA É O DE DEFINIR QUAIS SÃO OS ELEMENTOS, EM TERMOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS, QUE PERMITAM CONSIDERAR UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO COMO SENDO REALMENTE SUSTENTÁVE

Além disso, consideramos a utilização dos indicadores de sustentabilidade como instrumento e estratégia de comunicação de nossos projetos com a sociedade: é fundamental selecionar e construir indicadores que tenham relevância para os atores sociais com os quais o projeto pretende se relacionar.

Para isto, iniciamos, em âmbito regional, a discussão e reflexão sobre o conjunto de indicadores que devemos adotar, de modo que estes nos respondam, ao longo do tempo, se estamos nos aproximando ou nos distanciando de nossos objetivos centrais: a preservação do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida do conjunto da população, a apropriação justa da riqueza, da renda e dos recursos naturais.

Será necessário, a partir destes critérios, definir indicadores apropriados para cada um dos temas escolhidos para o desenvolvimento do projeto. Neste momento, buscamos a definição inicial de indicadores para dois dos temas, cuja primeira fase de pesquisas se encontra em andamento: agricultura e energia.

Próximos Passos

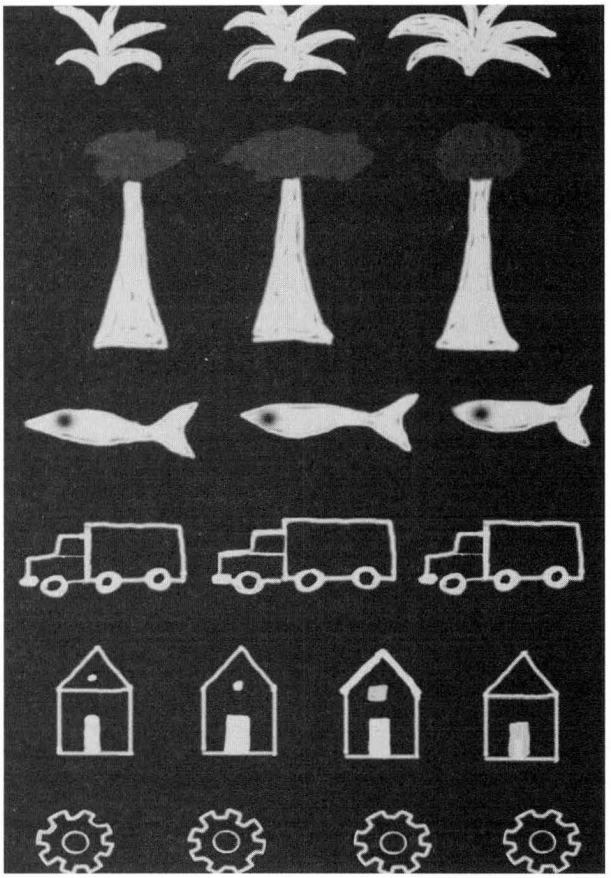
O projeto iniciou-se em janeiro de 1998. O primeiro semestre deste ano foi dedicado ao seu refinamento conceitual e ao estabelecimento de uma rede de especialistas e atores sociais que com ele desejam colaborar. Também teve início o trabalho de divulgação pública dos seus objetivos e da sua dinâmica. As pesquisas científicas tiveram início neste mesmo período e se estenderão até meados de 1999. Seus resultados serão divulgados na medida em que se consolidem.

As oficinas e assembléias com setores e movimentos sociais estão previstas para ocorrer no ano de 1999, sendo que o seminário nacional "Brasil: Sustentável e Democrático" está previsto para o final daquele ano. Neste seminário serão definidas as metas e políticas a serem utilizadas na campanha.

A divulgação do livro básico do projeto, resultado das pesquisas científicas e dos encontros sociais, deverá ocorrer no início do ano 2000. Também neste ano serão produzidos os materiais didáticos para divulgação em maior escala da proposta de sustentabilidade, inclusive programas de rádio. O ano 2000, que marcará 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil, será especialmente dedicado à realização de uma campanha mais intensa de conscientização e debate público junto aos meios de comunicação, à sociedade civil, aos parlamentos (municipais, estaduais e federal) e aos governos (municipais, estaduais e federal).

O trabalho do projeto é essencialmente político, estando o aspecto científico subordinado ao objetivo maior de impulsionar a conversão do Brasil para um modelo sustentável de desenvolvimento. Neste sentido, trata-se de um trabalho de longa duração e não de um projeto que acabe no prazo de três anos.

O VERDADEIRO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REQUER NÃO SÓ PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO MUITO DISTANTES DAQUELES ADOTADOS NOS DIAS DE HOJE, MAS VALORES ÉTICOS E MORAIS ESTÃO TAMBÉM EM JOGO



A própria dinâmica do projeto, na medida em que envolve um amplo trabalho de mobilização e discussão entre especialistas e representantes da sociedade civil, já representa um passo importante neste sentido. A proposta é que esta dinâmica se desdobre em muitas outras iniciativas políticas e sociais. O projeto deverá ser um ponto de partida e não de chegada. As campanhas realizadas no terceiro ano, especialmente, terão o objetivo de ampliar as condições e incentivos necessários para esta continuidade.

Perspectiva Regional: por um cone sul sustentável

O debate internacional sobre sustentabilidade deu origem na América Latina, até o momento, a pelo menos dois outros projetos além do brasileiro. São eles: o "Chile Sustentable", coordenado pela Renace (Red Nacional de Acción Ecologica) e o "Uruguay Sustentable", coordenado pela Redes (Red de Ecologia Social). O apoio inicial para estes projetos, e para a articulação latino-americana, tem sido dado, dentre outras instituições européias, pela Fundação Heinrich Böll, com sede na Alemanha.

Os três projetos resolveram investir em um esforço integrado no âmbito da América do Sul, atuando de forma conjunta e cooperativa. A idéia é a de construir, ao longo da elaboração de cada um dos projetos nacionais, através do intercâmbio das experiências e das informações produzidas, uma visão regional de sustentabilidade. Neste sentido, já realizamos, desde o início do projeto brasileiro – que se deu no mês de janeiro deste ano – dois encontros regionais, reunindo as equipes dos três projetos. Representantes de outros países de nossa região vêm também participando destes encontros, o que tem se constituído num estímulo à implementação de programas similares nestes mesmos países.

Nos mês de abril, foi realizada no Chile a "Iª Oficina Metodológica Regional" dos projetos de sustentabilidade na América do Sul. O encontro teve como objetivos gerais compartilhar os progressos alcançados até aquela data, revisar e aprofundar questões conceituais e metodológicas, permitindo também que os estudos em cada país gerem resultados comparáveis que potencializem o desenvolvimento de uma agenda regional comum.

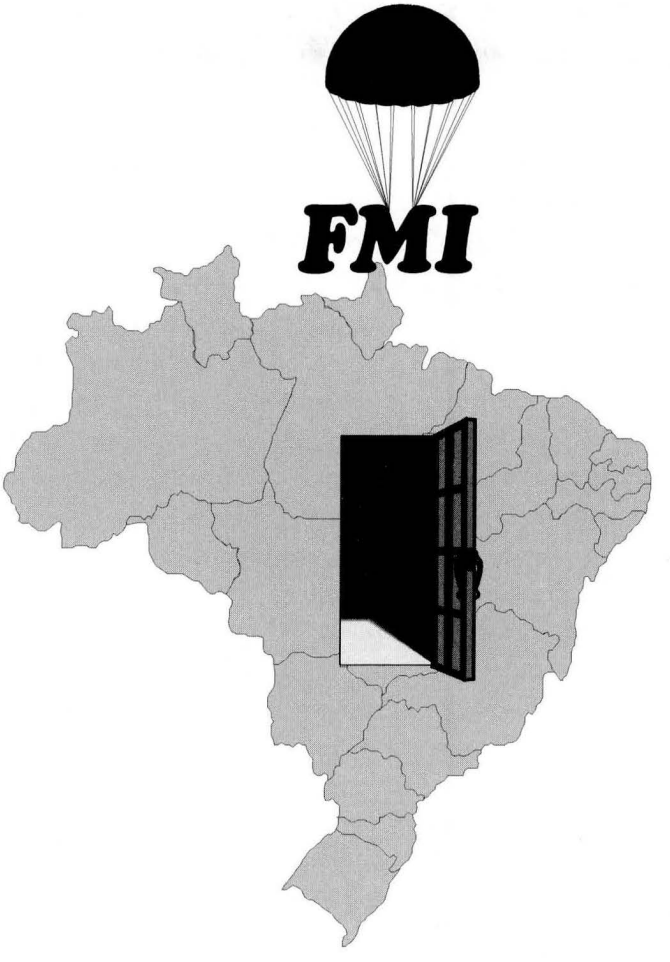
No mês de agosto realizamos em Itatiaia, Rio de Janeiro, um segundo encontro, cujo tema central foi "Indicadores para um Cone Sul Sustentável". A identificação e construção destes indicadores é um desafio importante para o conjunto de nossos projetos. Além de conceitos inovadores, que demonstrem os limites ambientais que precisam ser respeitados pelo desenvolvimento humano, é importante elaborar instrumentos quantitativos que permitam monitorar a trajetória que estamos seguindo.

Contatos

Para maiores informações ou contatos com o projeto, escrever para BRASIL SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO, Rua das Palmeiras 90, Botafogo, 22270-070, Rio de Janeiro. Ou então enviar uma mensagem para o seguinte endereço eletrônico: brsust@fase.org.br.

entrevista

José Luís Fiori*



* Cientista Político, Professor Titular do Instituto de Economia Industrial da UFRJ e do Instituto de Medicina Social da UERJ.

Proposta - Até que ponto a atual política econômica do governo colocou, voluntariamente mesmo, o país numa posição de extrema vulnerabilidade? Ou há uma certa dose de inevitabilidade de tudo isso diante da financeirização? Trata-se de um novo padrão de acumulação?

Fiori - A pergunta é se essa política que o governo está adotando, se esse pacote, esse ajuste, tem viabilidade, se tem factibilidade, se tem capacidade de salvar o Real.

A estratégia do governo frente à crise atual, passando por esse ajuste como condição de um pacote de ajuda internacional, do meu ponto de vista, é apenas uma espécie de radicalização e aprofundamento da mesma estratégia econômica que foi a responsável pela crise.

Nesse sentido, a minha hipótese é de que a resposta do nosso governo à crise atual se anuncia de forma mais aguda a partir da crise asiática no final do ano passado e, depois, de forma já "ladeira abaixo", a partir de setembro deste ano, mas que de alguma maneira já estava posta desde a resposta à crise mexicana anteriormente. A minha idéia é de que a resposta do governo à crise é apenas uma prolongação, um aprofundamento, uma espécie de radicalização na mesma direção da estratégia que levou à crise, e que deverá aprofundar a crise. Isso é como se você aplicasse doses cada vez maiores e ineficientes do mesmo remédio. Um mesmo remédio cuja quantidade a ser aplicada vai sendo cada vez maior, seja do ponto de vista dos juros, seja do ponto de vista do tamanho dos chamados ajustes fiscais. E tanto aqui como em toda experiência internacional, o que você percebe é que o tempo de validade da resposta ou de eficácia, a obtenção de seus resultados, é cada vez mais curto. E, nesse sentido, não param, interrompem apenas, mas não revertem o processo que já está em curso.

Proposta - Agora temos mais dados porque já saiu o pacote. Em que pé estamos? Afinal, o quê está acontecendo com a economia brasileira ou o quê caracteriza essencialmente que ela está numa situação de crise? Como ela chegou a essa crise? O quê é essencial nessa crise?

Fiori - O quadro internacional evidentemente é de crise, de interrupção ou talvez de fim, a partir de setembro do ano passado, do ciclo de crédito internacional barato e fácil; o que fica claro é que foi mais um ciclo que provavelmente se esgotou ali. E a partir dali, não há dúvida nenhuma, eu acho que até o presidente Clinton naquele discurso que fez em setembro disse isso, trata-se sem dúvida nenhuma da maior crise financeira dos últimos 50 anos, a principal crise do pós-Segunda Guerra Mundial. Quanto a isso não se há dúvida.

Mas, o importante, me parece, não é exatamente o fato do mundo e as finanças mundiais estarem em crise, mas é ter claro que o Brasil foi atingido por essa crise de uma forma particularmente aguda. Do meu ponto de vista, isso ocorre devido à estratégia econômica que se adotou a partir de 1994. Esta estratégia, em primeiro lugar, só para relembrar o que a gente já sabe, é uma estratégia simultânea. Ao mesmo tempo em que é uma operação complicada de liberalização radical da economia, tanto do ponto de vista das barreiras tarifárias e comerciais quanto do ponto de vista, e sobretudo, da conta de capitais, se dá junto com, ou quase junto e sobre essa liberalização radical, essa coisa divulgada como tão genial, que foi o nosso plano de estabilização monetária e criação do Real.

A forma pela qual se adotou o receituário na América Latina em geral, mas no Brasil de forma muito particular porque muito atrasada e, além disso, constrangida por circunstâncias políticas, fez com que o *timming* da desregulação, da abertura e da liberalização fosse extremamente acelerado para permitir exatamente a ancoragem do plano de estabili-

zação no ciclo de crédito internacional abundante, barato e disponível. Essa foi, digamos, a "genialidade" do plano, e aqui o seu encaixe na política. Esse plano, como nós sabemos também, para poder passar por essa porta aberta pela desregulação e pela abertura comercial, se montou sobre duas coisas que são fundamentais: a sobrevalorização cambial, provavelmente desnecessária naquele momento, porém impingida pela necessidade da vitória eleitoral imediata, e a disponibilidade abundante de capitais baratos no mundo. Essa foi a combinação dos anos 90, do programa que ficou consagrado pelo nome de Consenso de Washington, que ainda era o mesmo programa de reformas e políticas de austeridade fiscal e monetária, de estabilização, combinado com esse ciclo de expansão do crédito barato e abundante internacional, que vai, mais ou menos, de 86, 87 até 97, e, aparentemente, esgotou-se. No meio desse caminho, nós fizemos um plano de estabilização que se ancorava na disponibilidade internacional, porém para aí se ancorar, desregulou e abriu integralmente a sua economia e montou essa magiquinha que está aí. Evidentemente, tudo isso tendo em conta que os capitais não são apenas abundantes e baratos, mas são extremamente atraídos e seduzidos - e por isso a sustentam - pela possibilidade de uma economia que se abre e, mediante a sua abertura, sustenta a inflação baixa. Eles sustentam os desequilíbrios externos que decorrem disso, devido às altas remunerações internas de curto prazo e ao patrimônio disponível a preços de banana, que foram oferecidos na América Latina.

Todo mundo sabe o arcabouço, mas é bom relembrar porque nas discussões recentes, com exceção do Itamar Franco, ninguém, nem mesmo as figuras mais radicais do cenário, chegou e disse assim: "Bom, vamos começar pelo início. Primeiro o Presidente reconheça que quebrou o país com a sua política econômica". Começa por isso. Mas não pode começar por isso porque você já está com uma terapia que é uma maximização, um exponenciamento da mesma que você já estava fazendo antes. Então, como é que você vai dizer que a outra não deu certo e agora você está fazendo o mesmo? No fundo, o que você está fazendo é um supremo esforço de transferir para o povo o custo da quebra que você gerou para criar condições de seguir se endividando da mesma maneira que estava, e em condições internacionais extremamente mais difíceis.

Na versão oficial, a idéia da crise é a de uma crise muito induzida pelo episódio asiático de agosto do ano passado. Durante esses quatro anos, desde 1994, essa estabilidade, conquistada dessa forma e com esse conjunto de condições internacionais, se manteve. Mas, na verdade, eu acho que o problema essencial dessa questão, a contradição, estava no coração da estratégia, porque essa estabilidade não era coetânea de várias outras estabilizações macroeconômicas. E não estou falando de questões sociais, mas sim macroeconômicas, como o déficit, a dívida. Ao contrário, ela é a contraface da desestabilização geral. As mesmas causas que permitem a estabilidade da moeda são as causas que desestabilizam o resto do quadro macroeconômico. De tal maneira que, a despeito da linguagem oficial no sentido de que a Ásia nos atropelou no meio do vôo, quando estávamos subindo, isto não é verdade. Basta verificar os dados. A curva do déficit público, a curva da dívida pública, a curva da dívida externa, a curva do déficit em conta corrente, a curva das necessidades de financiamento externo, tudo isso só vem se agravando durante esses quatro anos. Quanto à taxa de crescimento, acho que foi de 5.4% em 94, depois caiu para 2.8% e, dizem agora, que em 97 subiu para 3.1, depois caiu novamente e agora, em 98, vai ser próxima de zero. Quer dizer, desde o Real você tem uma tendência de longo prazo, com pequenas flutuações, à queda da taxa de crescimento.

Proposta - Os capitais disponíveis eram basicamente especulativos ou não? Havia disponibilidade de capitais para investimento produtivo? Queria ligar de novo com a nossa pergunta inicial. Até que ponto a única disponibilidade existente de capitais externos são capitais que vêm para obter ganhos financeiros?

Fiori - Predominantemente. Vamos dizer, bem esquematicamente: 1/3 veio para títulos públicos de bolsa, que é o chamado *hot money* propriamente; 1/3 para privatizações enquanto existir o que privatizar; e 1/3 para o chamado investimento direto, que, na verdade, na sua grande maioria não é investimento novo, é compra de empresas, desnacionalização, concentração, fusões de todo o tipo. É mais ou menos essa a composição interna. E corresponde também um pouco ao quadro da economia internacional, onde você não está num ciclo de expansão. Ao contrário, você está num momento de superprodução. As empresas vêm aqui, por exemplo, para fazer uma automobilística no Rio Grande do Sul. Para que uma indústria automobilística? Está sobrando carro, saindo carro pelo ladrão no mundo inteiro, ninguém mais quer carro. Então, é de uma imbecilidade brutal.

Proposta - O objetivo deles era chegar no ano 2000 a uma produção de dois milhões de automóveis, isso é grande... O Senador Lauro Campos levantou essa exata questão antes do debate.

Fiori - Essa questão, graças a Deus, parece que terminou a favor do Rio Grande do Sul. Finalmente, as pessoas começaram a achar que aquela fanfarra era meio absurda.

De qualquer maneira, isso quer dizer que a entrada de capitais se expandiu em 96, 97, 98. Digamos que, em 94, a entrada fosse equivalente a 2. Em 95, foi para 7 talvez, em 96/97 deve ter ido, sei lá, para 15 ou 20, e eu não sei se estava em torno disso em 98. A perspectiva era de que crescesse por causa da privatização da Vale e de várias privatizações importantes. Não sei bem em quanto está o balanço de entrada de capitais em 98. O que é certo é que os capitais que estavam em títulos e em bolsas são os que saem mais rapidamente que os outros. Além disso, você teve aumento de saídas pelo critério de remessa de lucros, porque você privatiza ou compra e começa a remeter para fora. Parece que, no ano passado, a remessa de lucros foi mais ou menos no mesmo valor da entrada de investimentos diretos, não contando, é claro, as privatizações.

Então, a questão fundamental é que essa estratégia de pôr em funcionamento a economia pela mão de um mercado desregulado e competitivo, olhando pelo lado do governo, aposta que você teria um longo período de transição a partir do qual a própria competitividade endógena, criada pelas transformações, finalmente permitiria que nós recuperássemos um equilíbrio externo, uma situação mais confortável, por conta da expansão das nossas exportações de bens e de serviços. Nesta transição, que não se sabe a duração e nem se de fato é uma transição, você ficaria dependendo da entrada desses capitais capazes de sustentarem uma situação de desequilíbrio crescente do ponto de vista externo. A questão é se chegaremos ou não a esse porto longínquo, que nas melhores das previsões do governo, do ano passado ou retrasado, supondo que tudo se dê num "céu de brigadeiro", o IPEA previa um crescimento sustentável, isto é, com menos grau de desequilíbrios, ou desequilíbrios cadentes, no plano macroeconômico para 2006 em diante. Quer dizer, isso era 96/97, supondo uma década toda de "céu de brigadeiro". Bom, de lá para cá só deu "céu com tormenta", então isso tudo já foi para o "beleléu".

O problema que hoje o Brasil enfrenta é um problema de desequilíbrio externo crescente, de déficit das contas correntes internas crescente, de uma necessidade crescente de capitais externos. Note-se que as afirmativas são de que, daqui a dezembro, nós precisamos de

algo no valor de US$ 20 bilhões para as necessidades de financiamento para dar conta de todas as nossas dívidas, papagaios, etc. E, para o próximo ano, a previsão é de que seja algo em torno de US$ 80 bilhões. Desde setembro, você está enfrentando uma situação não apenas de saída diária, em torno de US$ 500 milhões ou US$ 1 bilhão (nem sei quanto é que saiu hoje, você teve algumas entradas que compensaram um pouco ou retardaram um pouco a velocidade da saída por causa das privatizações que haviam sido feitas e eles criaram facilidades para a antecipação dos pagamentos). A verdade é que a tendência geral que nós estamos enfrentando é não apenas de saída continuada, mas de inexistência de qualquer novo investimento, seja em títulos, seja na Bolsa, seja em novas linhas de crédito bancário. Não tem nada entrando. Pelo contrário. Acho que a *Gazeta*, antes de ontem, anunciava que foram cortados aproximadamente 50% das nossas linhas de crédito para exportação. Portanto, as próprias exportações estão sem financiamento. As empresas privadas não têm nenhum financiamento. Enfim, nós estamos completamente parados. Neste sentido, se você for rigoroso, nesse momento, o Brasil está, e esse é que é o problema, num estado de iliquidez, tendendo à insolvência. Esse é o estado que nós estamos nesse momento. Transitando da iliquidez para a insolvência, com 400 mil papagaios vencendo todo dia e uma incerteza diária se você terá ou não os financiamentos indispensáveis para manter o seu crédito já adquirido, a sua dívida passada, não novos crédito, isso não tem no momento.

Proposta – É uma moratória involuntária?

Fiori - Não, ainda não. Mas podia ter feito. Podia ter feito quando estava em US$ 50 bilhões e não fez. Aí está o "calcanhar de Aquiles" da crise. É externo. Você tem um desequilíbrio externo monumental e uma projeção para o próximo ano da necessidade de US$ 80 bilhões para dar conta desse desequilíbrio. Aí entra a necessidade da ajuda externa. Quer dizer, você está pré-insolvente e para evitar que se chegue à insolvência, como a Rússia, você, antes disso, recorre. Essa é a grande originalidade que o Ministro Pedro Malan encontra na situação brasileira, que antes de ser totalmente insolvente você passou o chapéu para pedir ajuda.

Qual é a diferença entre o caso coreano, o caso russo e o nosso, na visão do Malan? É que eles só recorreram no momento da quebra. O dinheiro entra rigorosamente para pagar. No nosso caso, como você recorre antes da quebra, numa situação de declínio acentuado da liquidez, o que você está tentando, com esta ajuda, é ver se pára a sangria, interrompe a sangria, mantendo suas reservas. Mas, para interromper essa sangria, você tem que ter, na linguagem da imprensa internacional, "uma volta de confiança dos mercados" no Brasil. Isso significa volta de capitais disponíveis dispostos a encarar o risco e, portanto, segurar esta estratégia do jeito que ela está. Porque é disso que se trata, de recompor a confiança para manter a mesma estratégia, que já nos levou ao ponto que estamos. O cálculo que semana passada ou retrasada o *Financial Times* fazia para que houvesse essa volta de confiança era de que nós deveríamos ter uma ajuda de US$ 50 bilhões, e que o nosso superávit do próximo ano deveria ser em torno de US$ 3,5 ou 4 bilhões. Com esse ajuste descomunal que eles estão propondo, acho que, no próximo ano, o superávit vai dar em torno de US$ 2 bilhões. Isto se todo o resto se comportar direitinho. Isto é, o juro baixar, a economia não cair mais de 1%, etc. No fundo, o que o *Financial Times* está dizendo é que "precisamos de US$ 50 bilhões para confiar nesses caras". O City Bank outro dia disse com mais precisão que precisaria de US$ 80 bilhões, que é o que a gente precisa no próximo ano. Então, pelo menos está seguro o próximo ano. Se os mercados privados não derem nada, pelo menos está garantido. A idéia deles é um pouco que com US$ 30 bilhões de

reservas e mais 50 do empréstimo, você bate os 80 do ano que vem. Os mais previdentes dizem que é melhor um empréstimo de US$ 80 para dar uma margem de sobra.

Bom, qual é a perspectiva nesse momento? A perspectiva nesse momento é de algo em torno de US$ 40 bilhões. E, hoje, está aqui neste jornal essa notícia assim meio na lateral, mas a notícia é que os bancos privados não têm condição de dar nada. Eles voltarão se o Brasil fizer a lição. Aí entra o problema do tal do ajuste fiscal, que é a lição do ponto de vista do caderninho do Fundo Monetário. Muitos economistas do mundo, e cada vez mais, sobretudo depois do desastre asiático, não estão de acordo com isso. Mas nós estamos sendo, talvez quem sabe, os últimos a se submeter gozosamente à terapia clássica do Fundo: ajuste fiscal pesado, corte de gastos, aumento de receitas, nenhum imposto sobre o capital, mercados abertos. Enfim, nós estamos fazendo a terapia em estado puro. Talvez seja o último país que eles façam. Porque já fizeram tamanha bagunça na Ásia, tamanha bagunça na Rússia, que talvez a gente se ofereça para ser o último.

Agora, se vocês se perguntarem o que tem a ver o ajuste fiscal interno com a crise, que é uma crise de crédito externo? O que adianta ficar juntando Real se a crise é de crédito externo? E se o déficit fiscal é gerado por uma taxa de inflação requerida pelo crédito externo? É o seu desequilíbrio externo que está lhe obrigando a ter essa taxa lá em cima para atraí-los para diminuir o seu desequilíbrio externo. Isso rebate descomunalmente em cima da economia e em cima do setor público. Aí, evidentemente, corta-se na carne o gasto na suposição de que os juros baixem. Por quê? Porque você precisa de recursos fiscais para comprar divisas que entrem. E para comprar essas divisas, você se endivida internamente. Por isso é que a dívida interna se expande. E essa taxa de juros é a requerida pelos credores internos para emprestar para você comprar as divisas atraídas dos credores externos pelas taxas de juros. Essa é a implicação.

Qual é a suposição? A suposição, no fundo, é de que você, reduzindo o seu déficit fiscal interno, aumente a sua credibilidade. Não é uma relação econômica direta, é uma relação psicoeconômica. Quer dizer, diminuindo o seu déficit, você aumentaria supostamente a sua credibilidade frente aos seus emprestadores, que diriam: "Bom, dado que ele está mostrando coragem em arrochar os funcionários, cortar tudo, é porque ele vai seguir tendo coragem para nos pagar o que estamos dando de dinheiro. E, como ele é um cara que está mostrando esta coragem, a gente pode pedir um pouco menos porque o risco é um pouco menos alto".

Proposta – Um mundo absolutamente racional.

Fiori – Não há nenhuma certeza disso. E como o Ministro Malan tem insistido, os mercados estão com um comportamento extremamente irracional, do ponto de vista dele. Porque é sempre irracional quando não é o seu. É racional quando o seu não está em jogo. Quando é o seu que está em jogo, é irracional.

Agora, neste sentido, supondo que tudo desse certo, que entrasse aí uns US$ 50 bilhões, etc., qual é a questão? É que a soma dessa ajuda e mais essa demonstração titânica de disposição para o "harakiri" para poder pagar dessem uma espécie de choque de credibilidade. Qual é o pequeno problema dessa história? É que choque, por definição, é uma coisa instantânea: ou mata ou passa e reafirma o negócio. Então a pequena dificuldade em transformar essa metáfora energética para o problema da economia é como é que você prolonga o efeito do choque. Você dá um choque de credibilidade e todo mundo fica chocado com o tamanho da porrada que eles vão dar no Estado. Bom, e daí cara-pálida? E daí?

Proposta – Ontem não foi bem essa definição...

Fiori – Não. Por enquanto não foi. E aí, é que a coisa é extremamente preocupante porque, por exemplo, o *Financial Times*, que nos vê com bons olhos e supõe, no melhor dos cenários, que a volta de confiança, se recebermos os US$ 50 bilhões e tivermos um superávit de 3 ou 4 bilhões, que é bem mais alto do que o governo está se propondo, se daria num prazo de 2 anos. Esse é o cálculo do *Financial Times*, otimista e a nosso favor, torcendo pelo Brasil e falando em nome dos chamados mercados financeiros internacionais. Isto é, "se vocês fizerem a lição rigorosa e, além disso, os americanos derem para vocês US$ 50 bilhões, podem ficar em paz. Daqui há dois anos os capitais voltam". Dois anos!!!

Qual é o pequeno problema? É que, a previsão do governo é de que o nosso crescimento será de menos um no primeiro ano. Era 1, passou para 0, está em menos um Já faz um mês, o Morgan previu menos dois. Hoje, algumas estimativas internacionais estão prevendo menos 3 de crescimento. Por quê? Porque você está fazendo um choque fiscal, portanto na demanda, e você não tem condições, por mais que o governo diga que sim, de baixar as taxas de juros em velocidade suficiente para reativar a economia. Quer dizer, na melhor das hipóteses, que é a do Malan, as taxas de juros devem chegar a 17% no ano 2000, que é uma taxa inabsorvível para o setor produtivo. O que acontece? Com essa taxa de juros e com esse choque fiscal que está programado para os próximos 4 anos, não há como crescer. O mais provável é que você tenha uma queda da carga fiscal que vai ser mais ou menos equivalente ao pacote que você fez, que terá sido para nada.

(Comentando notícias de jornal). "O ganho fiscal de 28 bilhões que o governo espera obter com o pacote de ajuste, anunciado ontem, pode ser comprometido se a taxa de juros não cair rapidamente. Levando-se em consideração o estoque de dívida média de US$ 395 bilhões estável e uma taxa de juros 22% no próximo ano, prevista pelo governo, o gasto com o serviço da dívida é de 72 bilhões no próximo ano. Mas, se os juros se mantiverem num patamar de 30%, por exemplo, o estoque passa para 400 bilhões e o gasto para 104 bilhões". Ou seja, seria necessário um esforço fiscal dobrado para obter um resultado parecido. Dobrado, leia-se, em maio, um outro pacote fiscal.

Agora, olhem pelo outro lado: "O economista Carlos Tadeu de Freitas do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais, ex-diretor do Banco Central, diz, além disso, que a arrecadação de tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto de Renda, poderá cair mais de 20 bilhões caso o PIB registre quedas em torno de 3%".

Quer dizer, se os juros não baixarem, você está obrigado a fazer um pacote a mais. É exatamente o que eu dizia antes: que essa terapia dos juros e ajuste é cada vez mais violenta e dolorosa e o efeito, cada vez mais curto, dura cada vez menos. Se você não reduzir a taxa de juros suficientemente para alterar o crescimento, a previsão é de crescimento de menos 2 ou menos 3. Se chegar a menos 3, o que você perde pela recessão é equivalente ao que você está tirando por cima Isto é, o resultado é nada, zero.

Proposta – Efeito nulo?

Fiori – Não. Evidentemente que não é nulo porque você destruirá no caminho os hospitais, as universidades, os institutos de pesquisa, além da classe média, as prefeituras, etc., esperando que a comunidade financeira internacional finalmente volte a confiar na gente. Tem uma pequena contradição que é uma espécie de círculo vicioso. Porque, se você entra em recessão, com crescimento negativo, inevitavelmente haverá um aumento brutal do desemprego. O desemprego no próximo ano, pelo IBGE deve chegar a 12, 13%. Pelo índice do DIEESE, que já está em 18%, 19% nas grandes metrópoles, deve ir para 22%, 23%, 24%. Portanto, evidentemente, hoje não é difícil imaginar a alegria com que se dará a

convivência social nas grandes cidades nesses dois anos e a felicidade dos prefeitos para governar com só 40% das suas receitas asseguradas. Fecharão as prefeituras, as polícias, os hospitais, enfim. Mas, do ponto de vista dos financistas, todas essas questões menores, isto é, queda do crescimento, aumento do desemprego, aumento do risco social, contam na mesma escala de risco que nos botou entre os quatro países de maior risco no mundo, que é onde nós estamos neste momento, por causa do nosso desequilíbrio externo, do nosso déficit fiscal. Para mexer no déficit fiscal, não haverá melhora externa, segundo o *Financial Times*, porque vai levar 2 anos para entrar algum dinheiro novo. Nesse ínterim, o crescimento é negativo, aumenta desemprego, e tudo isso pesa no seu risco. Então você volta a ter risco.

Proposta – Eu queria voltar à questão dos dois anos. Diante dessa perspectiva de que essa volta da confiança requereria no mínimo dois anos, qual o verdadeiro escopo, então, desse "socorro" do FMI? Será que esse "socorro" está mesmo destinado a ajudar a viabilizar essa travessia ou o interesse do FMI é outro com relação à concessão desses US$ 15 bilhões?

Fiori – No México, eles deram US$ 40 bilhões e, com uma boa parte, eles pagaram as viúvas americanas (grandes companhias multinacionais) que tinham aplicações lá, evidente. Queriam tirar o deles. É verdade que, hoje, o Brasil é, provavelmente, o segundo país onde as grandes empresas e bancos americanos estão mais desenvolvidos. Talvez seja a grande esperança do presidente Cardoso saber o grau de envolvimento que eles têm aqui.

Proposta – Essa é explicitamente sua esperança, foi dito.

Fiori – Mas aqui você já viu o Citicorp hoje avisando que está diminuindo as posições dele no Brasil.

Proposta – É tal a interdependência perversa, que eles não podem sair de tão amarrados que estão no Brasil.

Fiori – Mas estão saindo. Agora, nesse sentido, o mais provável é que pela altura de maio, na melhor das hipóteses, nós estejamos precisando de uma nova ajuda internacional e/ou de um novo ajuste fiscal para conseguir mais uma ajuda. Exatamente essa é que é a coisa tétrica da estratégia do governo, porque eles estão adotando uma radioterapia e uma quimioterapia violentíssimas para poder sustentar a mesma estratégia econômica que nos levou onde nós estamos, sem aparente percepção ou pelo menos assimilação, percebem mas não assimilam nas suas decisões, do fato de que este não é um episódio esporádico, não é um episódio passageiro, e que, para sorte ou para azar do Brasil, essa crise nos pegou no momento em que o ciclo do crédito internacional está descendente. Mais ou menos, como nos pegou no início dos anos 80. De novo o Brasil está sofrendo pesadas conseqüências.

Proposta - Mas como eles poderiam assimilar se o presidente acaba de ser reeleito em cima do dogma da estabilidade do Real?

Fiori – Poderiam assimilar ouvindo o que vários membros da equipe econômica têm dito, isto é, aparentemente pelo que sei, que esse ciclo acabou. Essa estratégia de restaurar a confiança dos mercados financeiros só poderia funcionar como o México fez em 94, mesmo que à custa de mandar metade do país para a montanha e criar um território à parte, seja lá a que custo for, se você restaura a sua credibilidade num mercado afluente. Mas agora, não só o custo é altíssimo, como, além disso, os mercados internacionais estão objetivamente, para o Brasil e para todo mundo, reticentes.

Proposta – O México foi menos aventureiro... Ou seja, o México levar até o fim, até o paroxismo, essa saída, lhe era ainda vantajoso...

Fiori – Porque foi o primeiro emergente que entrou em crise, porque era sócio dos Estados Unidos na NAFTA, e porque os Estados Unidos precisavam segurar, como se fosse um estado deles, e, além disso, porque havia capitais sobrando. Depois de 97, não tem, é declinante. A expectativa do *Economist* é que, no ano que vem, com otimismo, haja uma disponibilidade mundial para mercados emergentes de US$ 180 bilhões. Nós, Brasil, que é um dos 30 emergentes, precisamos de US$ 80 bilhões. Por que belos olhos nossos nós vamos pegar essa bolada? E os outros vão pegar o quê? Então, já não é um problema de que tudo segue igual como dantes: eu caí na caçapa, saio, me refaço e engato de novo na turma e vamos lá. Não, não. Nesse momento, em que eu caí na caçapa, também o quadro mundial mudou, a tal ponto que o Presidente Clinton afirma que é a maior crise dos últimos 50 anos. É sobre esse cenário de uma situação mundial, onde a Ásia, com exceção da China, está em crise, em vias de gerar uma perda real de produto brutal nesses dois próximos anos, onde a Rússia desapareceu praticamente, e onde todos os prognósticos indicam a desaceleração da economia americana e européia. Segundo algumas previsões, há uns 25% de probabilidade de que a gente tenha a primeira recessão mundial desde 1930, no próximo ano. Neste quadro, por mais que dê certo nosso ajuste competitivo, haverá perda de mercados internacionais, porque quando você sai você não volta simplesmente porque a sua moeda mudou. É sempre uma coisa trabalhosa, é um mundo de competição feroz. E perdeu porque a economia mundial e o comércio internacional estão caindo objetivamente; perdeu porque os preços das *commodities*, que são o eixo da nossa pauta de exportação, estão caindo. Os preços das *commodities* estão próximos à 19930 nesse momento. E nós vivemos, como você sabe, basicamente de exportação de *commodities*. Então, não há mercado internacional, não há preço das nossas *commodities*, por mais ginástica que você faça, você pode fazer o povo brasileiro não comer nada para exportar, mas ninguém compra nos próximos anos. Este é o quadro. Isso, evidentemente com uma autoridade que vê esta situação e talvez avalie antes o tamanho do castigo que imporá ao seu povo para nada. Essa é a crítica fundamental. Como é que vai tirar mais do funcionalismo? Claro que vai. Mas o fundamental é que isso é uma gigantesca paulada na sociedade, na economia e no povo brasileiro, para nada. Infelizmente, vocês verão isso logo.

O que o governo fará, a seguir, nessa trajetória enlouquecida em direção à morte anunciada? Provavelmente, se as reservas seguirem caindo, deverá fazer uma desvalorização. Como todo mundo. Mas aí, vai fazer uma desvalorização como todo mundo, quando você já está com as calças lá embaixo ou mais embaixo do que se sabe. E aí, não tem efeito nenhum, porque gera um efeito em cadeia cada vez mais perverso, como foi que se passou na Coréia, na Malásia, na Indonésia, na Tailândia, na Rússia...

A outra solução enlouquecida, que alguns economistas estão falando, acho que alguns até do governo, é, nessa hora, optar pela solução argentina, que é a dolarização, total, radical. Você não emite uma moeda nacional se não entrar uma unidade da moeda forte, o dólar. Isto é a liquidação do seu Banco Central, você acaba sua autonomia de política, você não tem política nenhuma mais. Esses acontecimentos estariam, na melhor das hipóteses, acelerando a criação da ALCA e a dolarização e a integração de todas as economias latino-americanas. Só que não sei se os americanos vão querer, se estão dispostos a pagar o preço disso. Isso terá um preço catastrófico sobre a indústria, a capacidade produtiva brasileira, para não falar da soberania de mercado. É a idéia de você virar um imenso Porto Rico.

Proposta - Neste contexto, como é possível que essa estratégia, que fere os interesses da FIESP, dos sindicatos, dos governadores, dos prefeitos, continue sendo hegemônica ao ponto do governo conseguir fazer passar um pacote dessa natureza para nada?

Fiori – Não sei se passará assim como você está dizendo, não sei se o governo é tão hegemônico assim como você está falando, não. Você tem que incluir aí outras dimensões. Primeiro, o resultado dessa eleição. O que aconteceu no quadro político interno. As eleições desconjuntaram uma correlação de forças que sustentou os últimos quatro anos desta estratégia hegemônica extremamente arrogante porque, enfim, tinham todos os governadores, tinham a maioria no congresso, etc. Tinha dinheiro sobrando e entrando pelo ladrão.

Por outro lado, a gravidade da crise internacional e nacional está sinalizando um baque muito pesado ou o fim, ou o início do fim da crença liberal conservadora das virtudes dos mercados internacionais integrados, enfim, o receituário neoclássico liberal. Há sinais no mundo inteiro de que esse modelo se esgotou. Isto significa que deve se abrir um quadro de amplas mudanças. Nos Estados e nações, nas sociedades, enfim, em geral, abrem-se brechas imensas para recomposições e coalizões de forças, renegociações de estratégias coletivas. Que é uma coisa que o Brasil sempre se impediu fazer, fugindo para frente, alavancado por elites que realmente têm um grau de compromisso com a sociedade muito baixo. Neste contexto, ainda que obscurecido, nessa hora, pela discussão desse ajuste que não vai muito longe no meu entender, eu acho que nós vamos enfrentar uma situação realmente gravíssima de obstaculilazação da estratégia em curso.

Simultaneamente a esta situação, ocorre uma desmontagem, em grande medida, da coalizão de forças que sustentaram o presidente Cardoso nos primeiro quatro anos. Eu acho que esse é o resultado da eleição. Certamente a derrota do Paulo Maluf em São Paulo completa este quadro. O Maluf como governador de São Paulo se jogaria contra esse pacote e passaria a aglutinar, no meu entender, em poucos meses, uma espécie de direita numa perspectiva produtivista, para não falar desenvolvimentista. Mas não apenas ele foi derrotado. Ocorreu também a derrota dos adesistas do PMDB. É como se tivesse feita em cacos uma eventual reversão frente à crise pela direita. Os que sobraram estão pendurados na Presidência da República porque têm muito pouco vôo próprio. O Antônio Carlos Magalhães, sozinho na Bahia, é muito fraco, não tem projeção nacional, não é uma liderança capaz de segurar isso. O PMDB adesista, Barbalho, Íris, etc., todos foram derrotados. Na verdade, sobraram Sarney, Itamar e Simon.

Então o próprio governador Covas tem um segundo mandato onde ele tem tudo na mão para ser ele o grande construtor da alternativa 2002. Afinal, ele é o governador do principal estado e derrotou o principal candidato de direita de 2002. É provável que seu comportamento no segundo mandato não seja igual ao primeiro. Por outro lado, a derrota de Cristóvam Buarque em Brasília e a vitória de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul criaram, dentro da esquerda, uma outra correlação diferente, uma coisa cor-de-rosa. Por sua vez, o Garotinho pode perceber rapidamente que, com a derrota do Cristóvam, ficou vazia a Casa Cor-de-Rosa do Brasil, e ele vai querer avançar nesta direção.

Proposta - Para finalizar, em poucas palavras, quais as perspectivas para superar esta situação de crise?

Fiori - Temos que estabelecer quais são as prioridades e, em torno delas, fazer um gigantesco esforço nacional. Não há mais nada que se possa fazer aqui que não seja gigantesco. Temos que fazer um gigantesco esforço nacional numa direção que tenha alguma coisa a ver com o país e não apenas com a remuneração do capital financeiro.

entrevista

Luiz Eduardo Soares*

* Professor do IUPERJ e da UERJ

Proposta - Como você concebe a Globalização?

Luiz Eduardo - Em primeiro lugar, eu diria que a própria palavra é já objeto de disputa ideológica e política, é já estigma, conceito que é aplicado no conflito, que é forma de acusação, projeto político e projetos políticos, de modo que é preciso muito cuidado com a utilização da palavra. Essa palavra está tão gasta, ela já está tão marcada por significados que são projetados sobre ela, que é quase impossível você se mover com alguma liberdade, com alguma independência nesse contexto, dizer alguma coisa com originalidade e driblar os preconceitos. Então, em primeiro lugar é preciso pontuar a necessidade de um afastamento em relação às suposições todas para requalificar o problema evitando o contágio com as implicações dessa palavra.

O segundo ponto, e que é associado a esse primeiro, é pensar a globalização primeiro como um fenômeno histórico muito mais amplo do que a conjuntura que nós vivemos nesse momento. É claro que conjunturalmente a globalização, esse processo de internacionalização, para usar uma outra palavra, tem se tornado muito mais agudo, muito mais veloz, muito mais intenso, muito mais complexo e ativo em dimensões distintas. Mas o processo histórico é um processo muito mais amplo, que envolve as navegações, o processo de colonização. Envolve a emergência do capitalismo e sua disseminação, mas é anterior inclusive, lançando as bases para a sua possibilidade. É dinamizado pelo desenvolvimento do capitalismo e não é obstado pela emergência do socialismo, ao contrário, o socialismo é um projeto de universalização e se dá portanto em sintonia com esse processo histórico. Portanto, esse é um processo que ultrapassa o capitalismo, ainda que tenha sido dinamizado por ele, e que acabou marcando e ainda marca os principais projetos em conflito no mundo.

Os grandes projetos políticos são projetos que trazem essa marca: a possibilidade de uma experiência que se universalize. E essa possibilidade repousa nas condições materiais que foram propiciadas pela economia mercantil, a economia capitalista, a economia de mercado, a economia industrial e inclusive a economia socialista nas suas várias formas de organização. Então, nós estamos falando de um processo bem mais amplo, bem mais vasto que aparece de uma forma intensificada, sobretudo, após a Guerra Fria. Mas a própria Guerra Fria é uma modalidade de organização do processo de globalização. De modo que é importante ter essa sensibilidade para a amplitude do processo para evitar posições simplificadoras e grosseiras do tipo "vamos evitar", "vamos lutar contra a globalização". É claro que é possível que ela assuma muitas formas diferentes e é claro que os processos não são irreversíveis. Dizer isso, de alguma forma, é imobilizar os agentes que resistem a certos processos. É possível que o processo de globalização se reverta em alguns dos seus aspectos e assuma feições totalmente diferentes, mas enquanto processo macrohistórico me parece irreversível e, portanto, faz parte do contexto que nós devemos analisar. Só para completar, eu diria que não se trata de um processo exclusivamente econômico, ainda que a dimensão econômica seja evidentemente crucial.

Proposta – Podemos esperar uma homogenização crescente da vida no planeta?

Luiz Eduardo - Um ponto interessante do processo de globalização é que não tem implicado historicamente homogeneização como normalmente se pensa. Ao contrário, a emergência dos Estados-Nação no século XIX e as experiências nacionais ou dos nacionalismos no século XX são indissociáveis do processo de globalização. A própria idéia-força do nacionalismo é internacional, ela se internacionaliza. A possibilidade de defesas nacionais se dá por emulação, e isso já foi observado por vários autores e de toda maneira é interessante, mas o nacionalismo não se opõe

à globalização, é um momento de expressão e de realização da globalização. De modo que a globalização não implica homogeneização, não se dá exclusivamente no plano econômico, envolve dimensões culturais e tem possibilidade (e tem mostrado isso na prática) de propiciar diferenciações e até agudização de diferenciações. Então, quando nós falamos de globalização não estamos necessariamente falando num processo econômico de uniformização sob hegemonia do capitalismo norte-americano. Estamos falando de um processo histórico muito mais vasto que aparece num certo momento dessa maneira, isto é, como sobretudo econômico sob hegemonia do capital especulativo financeiro e sediado na matriz norte-americana, mas não necessariamente se reduz a isso, é bem mais vasto do que isso e, portanto, pode ser concebido a partir de uma ótica muito mais favorável e positiva.

Uma questão importante é o legado do marxismo. Acho que devemos reter do marxismo, entre outras coisas, a sensibilidade para perceber potencialidades inscritas na realidade. Em segundo lugar, podemos reter do marxismo a lição fundamental: não se faz política sem o reconhecimento das condições que limitam a nossa ação. Estou falando simultaneamente de duas dimensões: a dimensão de limitação e a dimensão de potencialidade. As duas são cruciais para que uma ação política seja eficiente e essas são lições do marxismo que permanecem para mim válidas e insuperáveis. No processo de globalização entendido como processo histórico, escondem-se muitas potencialidades, inclusive muitas potencialidades liberadoras, emancipadoras, transformadoras e democratizantes. Por outro lado, evidentemente, há uma série de limitações que circunscrevem o campo da ação possível. Uma análise política, mesmo nacional, mesmo regional ou local, deveria levar em conta a vastidão desse processo, a dimensão internacionalizada desse processo, seus impulsos macroscópicos ou macroestruturais, identificando as potências libertadoras e os limites que se impõem sobre nós nessa conjuntura presente. Não há apenas limites, esse é o ponto de novidade em relação aos bordões redundantes que chamam atenção para os constrangimentos e as opressões e a inibição da ação. Há enormes potencialidades.

Outra lição do marxismo, nós não aprendemos que o processo histórico é de alguma maneira movido, ainda que por muitas mediações, mas de alguma maneira movido pelo desenvolvimento tecnológico, que Marx chamava das forças produtivas? Esse século XX é a demonstração extraordinária do potencial criador da tecnologia ou da ação humana na tecnologia, através da tecnologia ou como tecnologia. O mundo se transformou como nunca em função desse desenvolvimento, o que é a demonstração do acerto dessa percepção de Marx, que era mais do que uma profecia porque já era uma análise histórica. Ele já tinha elementos naquele momento para perceber isso. Como a tecnologia, o desenvolvimento do conhecimento e a sua aplicação econômica transformam as relações de produção, as relações sociais, e alteram a vida social no seu sentido mais amplo, há muitas surpresas do século XX que surpreenderiam a concepção ortodoxa do marxismo. Mas certamente essa percepção fundamental do Marx continua, me parece, muito importante: a tecnologia é capaz de alterar as relações sociais e de produzir transformações radicais nas relações sociais. E isso significa que nós deveríamos observar o mundo tal como se organiza e mais os processos tecnológicos e as dinâmicas econômicas associadas aos processos tecnológicos dotados de alguma margem de enigma, de mistério, de imprevisibilidade. Porque a dinâmica econômica se nutre do desenvolvimento tecnológico mas não é capaz de prevê-lo inteiramente ou de controlar inteiramente os seus efeitos, até porque parte desses efeitos são necessariamente, por definição, não-previsíveis, chamados "efeitos perversos", "efeitos de agregação". Não há cientista do mundo, cientista natural ou cientista social, que possa prever os resultados agregados da

multiplicidade de intervenções criativas na ordem tecnológica, na ordem das forças produtivas. Então, os desarranjos que nós temos e teremos nas relações produtivas e nas relações sociais são imensos. E imaginar que todos eles possam ser controlados ou possam estar a serviço da hegemonia de certas forças é atribuir a elas uma onipotência que elas não têm e atribuir a nós próprios ou às forças populares e democráticas também uma impotência que não necessariamente é nossa.

Quando falo de termos otimismo, basicamente, estou dizendo duas coisas: por um lado, que não há como prever o desenvolvimento histórico, se nós compreendemos o desenvolvimento histórico como um desenvolvimento marcado pela criatividade humana ou pelo desenvolvimento que decorre dessa criatividade e de sua aplicação técnica. Por outro lado, eu estou dizendo que essa falta de previsão embute em si mesma as duas possibilidades, uma negativa e uma positiva.

Dadas as características desse processo e de sua marca fortemente econômica, o nosso grande desafio do século XXI vai ser inventar, constituir e consolidar instituições políticas internacionais que correspondam ao grau de internacionalização da economia para regulá-la democraticamente e transferir para o plano global a democracia que precariamente estamos constituindo em âmbito local ou âmbito nacional. Até agora não formulamos as condições que tornariam isso possível. Falo de instituições políticas com poder de implementação, quer dizer instituições efetivamente políticas, não instituições político-simbólicas, instituições efetivamente reguladoras.

Proposta - Você disse que a universalidade é uma característica da globalização, de certa forma uma característica inevitável. Só que essa universalidade convive criativamente com a enorme diferenciação e processos diferenciadores que vão se dando no campo local. Existem aqueles que negam essa universalidade, que representaria, na verdade, imposições imperiais ou hegemônicas ocidentais. Todo o debate dos direitos humanos é atravessado pelo relativismo cultural. Em que medida é possível essa universalidade e como fazer para que ela, possa gerar novas solidariedades autênticas?

Luiz Eduardo – Realmente é preciso qualificar isso porque, caso contrário, fica muito simplista. Eu dizia que todos os grandes projetos políticos, os projetos liberais, os projetos fundamentalistas, democráticos, populares, socialistas trazem a marca da universalidade. Mesmo o fundamentalismo. O fundamentalismo gostaria de criar a cidade sagrada, de converter os índios e de expurgar os resistentes e pela via da tirania, se imporia definitivamente de forma planetária. O socialismo é universalista, pela libertação crescente e em expansão sem limites da forma mais inclusiva e generosa. E o liberalismo, por sua antropologia de açougue, supõe que nós sejamos esses seres que calculam e que essa é a expressão última da natureza humana, onde o mercado representa a instituição sintética do humano possível, portanto, do universal. Real e racional se colam e realizam o universal através do mercado. Essa é a religião básica do liberalismo mais simplista, mas nas suas versões correntes.

Então, os projetos que se confrontam no século XX, são projetos marcados pelo processo histórico da globalização, por suas condições materiais e econômicas de possibilidades e por suas condições culturais matriciais inspiradoras, todas elas apontando para o universal. Mas de que universal se trata em cada caso? Que universais possíveis são esses? Porque evidentemente há expressões locais que são, de uma maneira geral, prefigurações do universal, são realizações momentâneas, experimentais que antecipam a extensão universal. É preciso agora qualificar o universal, já que ele se vulgariza e se generaliza. É claro que quando ele aparece com uma condição quase que natural, inevitável,

simples, da mera realização do progresso econômico e do desenvolvimento da ciência, das forças produtivas e da racionalidade, ele aparece como a expressão do despotismo do mercado e do capitalista imperialista destrutivo, destruidor, etc. Quando ele aparece como uma expressão do fundamentalismo, ele é o pior dos riscos, porque é a expressão dogmática da legitimação das ditaduras mais excludentes e mais violentas. É no campo do socialismo que ele procura se reencontrar com as suas origens libertárias e democráticas, para usar expressões bem vagas para evitar problemas que nós vamos ter que enfrentar em seguida. E para pensar esse campo, que seria o nosso, o universalismo tem que se qualificar de forma crítica pois temos que evitar as novas formas do imperialismo cultural e do etnocentrismo. Aprendemos com a antropologia, e se somos capazes de reter ensinamentos em Marx, aprendemos também com a antropologia quão perversa a aplicação do marxismo na sua ortodoxia pode vir a ser, no que diz respeito a essa questão.

Proposta: - Como deve ser, então, este universalismo que seria positivo, virtuoso?

Luiz Eduardo - O universalismo que eu acho que é o nosso é aquele que se constrói pela negociação, que se constrói, portanto, com as diferenças. É imprevisível, não é um formato definido como um axioma, ele é necessariamente um processo de negociação. É um processo aberto que determina que esse projeto seja sempre um projeto em marcha, aberto, indefinido, precário, que se reconhece tenso, às vezes contraditório, que não busca o apaziguamento das sínteses dialéticas porque não repousa numa visão essencialista do que seja o ser humano ou a História. Abre-se para a política como prática criativa, mas também necessariamente precária e imprevisível. Então, a vontade ganha uma dimensão superior. A vontade é a última *ratio* da redenção possível para usar uma frase sintética. A vontade é o espaço da criatividade e portanto dos erros, dos limites.

Procurando associar essa questão com a anterior, a idéia do desenvolvimento de forças produtivas e dos processos econômicos de globalização, eu diria o seguinte: nós nos esquecemos muito facilmente da discussão dos marxistas com os populistas russos, no final do século XIX, e elas são muito atuais e muito interessantes para nós. Qual foi o grande debate? Será que o capitalismo deve ser estimulado, nós devemos realmente, como Marx queria, valorizar o capitalismo por suas virtudes libertadoras, não em si mesmo, mas enquanto criador de condições para saltos superiores pela generalização da produção, que ele vai viabilizar, e pela explosão das formas tradicionais de dominação, que a sua realização implica? Ou, ao contrário, o capitalismo está demolindo experimentos nativos de solidariedades, experiências comunitárias preciosas, socialismos em esboço, etc., como defendiam os populistas?

Sem reducionismo, porque é claro que sabemos quão arriscado é fazer uma aposta numa das partes dessa dicotomia, eu tenderia a apostar na posição marxista clássica no que diz respeito a esse debate e, a partir dessa aposta, qualificar e evitar uma simplificação grosseira. Eu aposto na posição de Marx, que foi também a posição de Lênin e de outros nesse debate. O capitalismo é libertador, cria condições para sua superação porque ele se põe no processo histórico como dinamizador de processos que são imprevisíveis, mas extremamente criativos, e ele derrota as formas tradicionais de dominação. É claro que também, na sua incrível capacidade de destruição, ele vai demolindo experimentos muito importantes e destruindo relações sociais preciosas e algumas construções que são, humanamente, culturalmente, muito importantes e, socialmente, muito relevantes. E por isso nós temos que ser muito cautelosos para evitar aquele discurso de que os fins justificam os meios ou de que é preciso quebrar alguns ovos para fazermos o omelete da História, como

pensam os nossos neoliberais e os alunos de Chicago, que aplicam essas fórmulas no mundo todo. Nós precisamos evitar fazer o mesmo jogo, mas tendo uma certa clareza de que o processo histórico pode estar reencenando a estrutura daquele drama do final do século XIX. Para nós, não é acumulação primitiva, não são as fábricas inglesas, para nós é o processo de globalização com os seus desastres, com os processos destrutivos que o envolvem. Mas nós podemos estar assistindo a uma dinâmica capitalista que guarda, da mesma forma, potenciais de superação, agora em outra escala, e que comporta elementos de destruição muito importantes. Não se trata apenas de saudar o caráter evolutivo civilizatório da destruição em massa e de considerar que esses sacrifícios humanos, sociais e culturais são justificáveis pelo processo histórico. Não se trata disso. Mas se trata de, em evitando essa destruição, reduzindo, tanto quanto possível, os efeitos negativos da destruição, reconhecer que nós podemos estar diante de um processo de mesmo tipo. Quer dizer, de um processo que guarda virtualidades libertadoras muito importantes e que esse capitalismo que está sendo destruído e que formas tradicionais que estão agora sendo destruídas em benefício dessa planetarização podem estar prefigurando novas possibilidades e a imaginação política pode ser inspirada por esse processo e se basear nesse processo para ir adiante. Nesse sentido, eu me coloco numa posição contrária aos que se definem como resistentes ao processo de globalização. Eu acho que não é possível resistir ao processo histórico, mas situar-se de uma maneira construtiva e crítica diante dele de modo a conduzi-lo para a direção mais apropriada, dados os fins que defendemos.

Proposta - Como as mediações e os tensionamentos que ocorrem dentro do âmbito nacional podem estar conformando, num certo sentido, essa nova institucionalidade democrática no plano internacional?

Luiz Eduardo - São várias questões que se entrecruzam. Primeiro sobre o universalismo e o relativismo, que eu deixei em suspenso atrás e gostaria de retomar. É claro que há toda uma discussão filosófica muito importante e muito interessante que poderia se travar aí. Mas resumindo, eu diria que o próprio universalismo é um valor que tem significações muito diferentes de acordo com as interpretações às quais é submetido em locais distintos. Ele poderia ser visto de novo como muito relativo e como uma expressão do ocidente, de certos grupos sociais com certa formação cultural, etc. Eu acho às vezes que a própria dicotomia universalismo/relativismo poderia ser substituída porque ela freqüentemente é mais um obstáculo ao avanço das discussões políticas e até filosóficas do que um estímulo. Quando isso acontece, esse par poderia ser substituído com vantagens por uma dicotomia do tipo: projetos abertos à autocorreção, à incorporação e à integração de diferenças ou projetos mais restritos, mais dogmáticos, mais restritivos da participação, mais compatíveis com exclusões autoritárias, etc. De acordo com o contexto político do debate, redescrições do próprio embaraço, da própria dificuldade, do próprio mal-entendido podem ajudar a desfazer o mal-entendido ou a avançar. Avançar em que direção? Na direção de impedir que falsos dilemas oponham aliados potenciais. A nossa disposição deve ser sempre de ampliar ao máximo as alianças sempre que possível, .encontrando eixos mais inclusivos, e temas e objetivos mais fortes, no sentido de mais capazes de contemplar desejos e interesses mais vastos. Nesse sentido, eu estou buscando requalificações da idéia, pois isso é fundamental. Há divisões e divergências no interior de espaços que nós muitas vezes preconceituosamente estigmatizamos como tirânicos e fundamentalistas, etc. Fundamentalista é o outro. Então, quando nós agimos dessa maneira, deixamos de ver as lutas que se dão no interior de espaços culturais. Disputas pela interpretação do Corão, assim como disputas pela interpretação da Bíblia, disputas pela interpretação do marxismo. É

preciso levar em conta essas disputas todas. Elas existem e a idéia de que um sistema é mais racional ou mais universal já é etnocêntrica e preconceituosa. Vamos aproveitar a dinâmica política, a disposição política para a composição de alianças em nome de projetos libertadores, independentemente da sua retidão, compatibilizando com nossas expectativas racionais. Então esse é um ponto de total concordância nossa.

Proposta: - Como se coloca a questão da democracia nesse quadro?

Luiz Eduardo - Eu gostaria de chamar atenção para dois aspectos que são complementares. Um é a questão democrática e o outro diz respeito aos processos tecnológicos, suas implicações eventualmente libertadoras e as suas conseqüências na composição dessas redes sociais, dessas alianças transnacionais, da nova sociedade civil. Primeiro a democracia: nós incorporamos a questão democrática. Nós aprendemos ao longo do século XX, aliás desde o relatório de Dimitrov, desde o início dos anos 30, que faz diferença a forma pela qual o capitalismo se organiza, ou as classes impõem seu domínio sobre as outras. Isso faz diferença, inclusive, no modo de produção socialista. Ao não discutir essas diferenças, nós acabamos opondo simplesmente capitalismo a socialismo, supondo que a socialização dos meios de produção e a ditadura do proletariado resolvessem todo o problema da participação e da emancipação humana, de uma forma economicista e sem qualquer sensibilidade para a especificidade do domínio político. Isso é mais do que conhecido e nós, no Brasil, sob ditadura, aprendemos a valorizar a democracia, e a democracia que se chamava burguesa, parlamentar, etc. A democracia passou a ser uma precondição dos nossos projetos, porque nós sabemos que as ditaduras acabam sendo ainda mais desastrosas do que as democracias, por mais que as democracias sejam problemáticas. Alguns de nós foram longe demais na esquerda no Brasil, e acabamos nos esquecendo de um aspecto importante que esteve sempre presente na tradição marxista e que acabou sendo jogado fora como uma criança junto com a água do banho.

Uma reflexão de Marx já presente em a *Questão Judaica*, nos recorda desse fato simples, que está presente inclusive na sociologia de Weber: a democracia é uma forma de domínio. É uma forma de organização do domínio de grupos sociais sobre outros. Ela não é o encontro da intersubjetividade livre em torno de uma mesa de debates; ela é uma forma de organização de domínio social e domínio econômico. Isso não significa de modo algum jogar fora tudo que nós conquistamos, todo caminho andado. A democracia para nós é fundamental, a institucionalidade política passou a ser um valor importante, passou a ser um objeto de nossa consideração. Mas é preciso avançar na discussão dessas instituições para transformá-las, minimizando os seus efeitos perversos, seus efeitos negativos. Nós estamos vendo como é possível a democracia funcionar, como no Brasil hoje, oferecendo condições para participação, para manifestação pluralista de idéias num contexto em que, entretanto, apenas uma idéia se faz ouvir através do monopólio dos formadores de opinião que são os meios de comunicação. Isso é possível acontecer e acontece com freqüência na democracia. Entretanto, não deve ser uma razão para que nós voltemos à estaca zero, desprezemos a importância das instituições democráticas. Mas deve ser um elemento importante para nossa crítica dessas instituições, desde que nós qualifiquemos essa crítica como crítica, reconhecendo que vamos ter que conviver com instituições democráticas, reconhecendo seus limites, a necessidade de sua transformação, e seu caráter instrumental para a dominação também. Isto não é incompatível, ainda que seja contraditório (mas nós temos que assumir

essa contradição), com a sua defesa. Essa é uma complexidade que nós temos que enfrentar.

Bem, mas como que isso se associa ao outro ponto? Eu então suspendo esse raciocínio e me devoto um pouco ao outro para depois associar ambos. O outro é o desenvolvimento tecnológico e suas potencialidades. Weber dizia que o desenvolvimento da tecnologia, da racionalização, da diferenciação entre as esferas da vida social, criaria mais e mais nichos de saber e de poder, cada vez mais dissociados uns dos outros, mais afastados, mais insulados, isolados e, portanto, mais auto-referidos. Isso acabaria criando uma máquina em relação à qual a cidadania poderia muito pouco. O cidadão comum ou articulado com os outros, poderia muito pouco. A profecia de Weber era muito negativa: a democracia vai acabar se impondo, vencendo, mas ela significa a derrota da participação e, em certo sentido, a derrota da cidadania, ainda que em benefício de alguns dos seus direitos.

Eu acho que o desenvolvimento tecnológico mostrou e o desenvolvimento da sociedade no século XX, das sociedades industriais mostraram que Weber tinha razão, mas não toda a razão. Ou seja, as tendências que ele percebeu, as dinâmicas que ele identificou de fato existiam, mas ele não foi capaz de prever as conseqüências perversas da agregação desses efeitos. Nem podia fazê-lo, porque, por definição, eles não são previsíveis. E esses efeitos acabaram abrindo espaço de novo para a participação numa escala superior.

Proposta: - Como isso ocorre – e em que medida – no mundo de hoje?

Luiz Eduardo - Um exemplo, a tecnologia associada à organização da sociedade. Tomemos os pacientes HIV positivos usando tecnologia de comunicação, a Internet. O grau de articulação internacional desse grupo é impressionante. Existem grupos que, em função mesmo do desenvolvimento da tecnologia e da construção de nichos de saber e de poder, em função das conseqüências da realização desse processo, acabam implodindo esses nichos; explodindo essas limitações; criando redes que desfazem esses isolamentos; provocando a participação que não estava prevista, que busca novas formas de institucionalidades; alterando relações de poder que eram muito específicas em hospitais e em relações médico/paciente, mas que são importantes na nossa sociedade ou que são expressivas de possibilidades. Esse é um exemplo de possibilidades de comunicação, articulação, criação de alianças, redefinição de relações de poder, que nós podemos encontrar em outras áreas da sociedade.

Isso significa também que os atores estão se redefinindo, e isso é uma questão fundamental. Que sujeitos estavam presentes no século XIX? Eram aqueles que as estruturas econômicas punham em cena. O operário, o burguês, o capitalista, o financista, etc. Hoje os sujeitos são constituídos, em parte, por suas reações específicas e criativas ao processo que os exclui de estruturas tradicionais ou que os coopta para novas estruturas, mas deixando resíduos, restos e ambivalências. Ou seja, os atores, em função dos recursos que eles têm de articulação, de combinação, de interação com os próprios processos, têm conseguido redefinir o próprio espectro da agenda política, o espectro que definia tradicionalmente os sujeitos políticos. Passa a ser político aquele ator que se define como um sujeito político, expandindo o sentido de política e se redefinindo num contexto público, ampliando, portanto, o próprio espaço público e a noção que nós temos de espaço público. Ou seja, nós estamos sendo capazes em função dos processos de cooptação do capitalismo, de abertura de micromercados, de valorização das diferenças e das idiossincrasias em benefício do mercado e da acumulação capitalista, nós estamos sendo capazes de também aproveitar esses processos, cooptando essas vantagens que o capitalismo dá em

benefício da cidadania, abrindo novos espaços para a autodescrição.

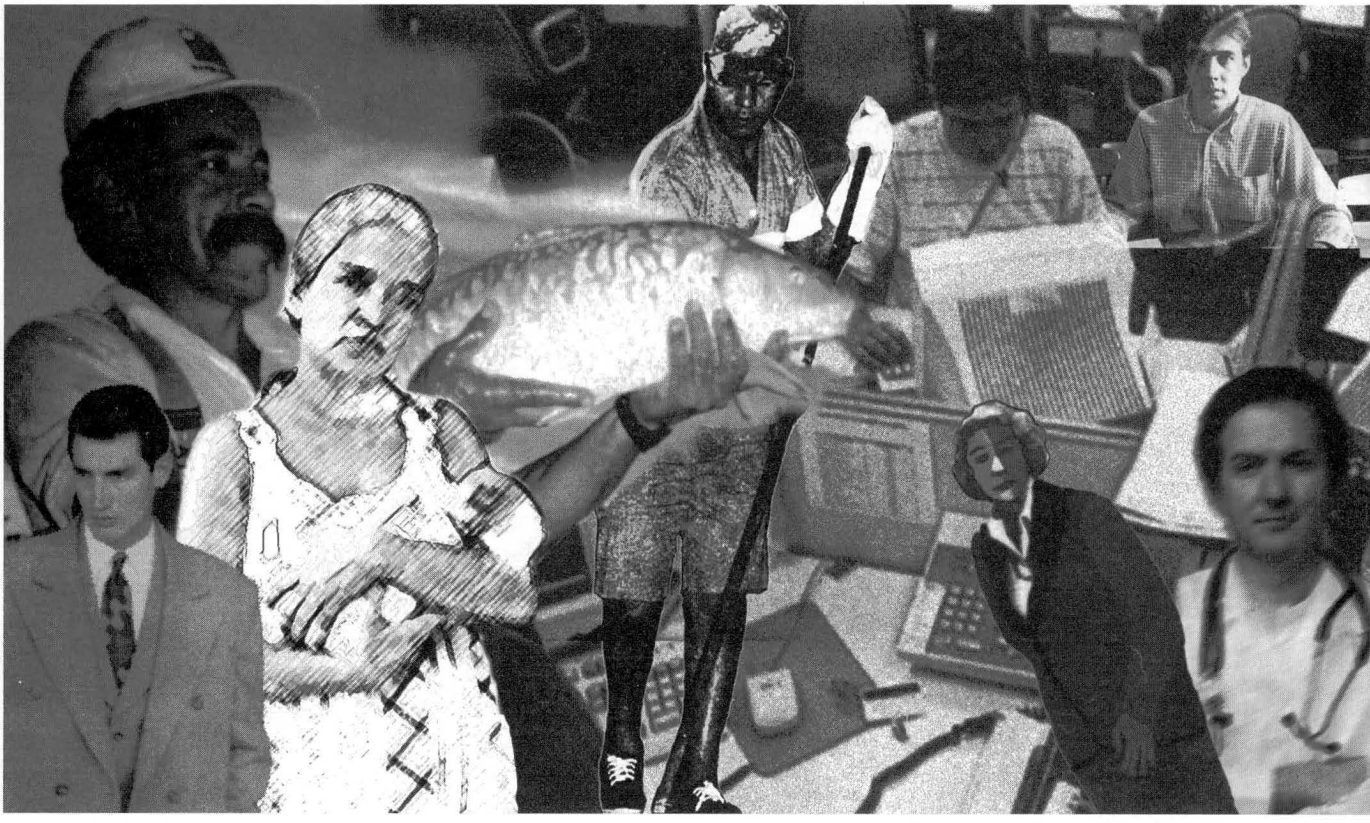
Então você tem um espaço em que pode ter relações diferentes com seu gênero, com sua opção sexual, com as imagens de si que os outros têm, de tal maneira que a atitude que começa a se impor, num convívio democrático, passa a ser, mais e mais, o respeito pela autodescrição alheia, em níveis nunca antes imaginados. Ou seja, sempre imaginávamos que a pessoa pudesse definir a sua opção política ou religiosa num contexto de tolerância democrática, mas nós não imaginávamos, há 50 anos, que faria parte desse nível desnaturalizado, autocriado de autodefinição, que deveria ser respeitado como parte do espaço individual, a opção sexual, ou a opção no sentido da própria autoconstrução subjetiva tal como nós fazemos hoje. A própria relação com a etnia, com a raça, com a cor, mediada pela decisão individual, pela autoconstrução, que envolve performances, vestuário, formas de se relacionar com os outros, formas de utilizar nomes como referência à tradições, tudo isso está dado como novo repertório democrático de autoconstituição que exige dos outros respeito e que impõe novas faixas de desnaturalização.

Mas isso não é só a expansão da liberdade. Aí está o contraponto sem o qual isso tudo vira um discurso romântico e ingênuo. Isso também significa a ampliação da coação. Também significa a ampliação da capacidade de cooptação do mercado e do capital. Também significa novas codificações institucionalizantes, que impõem a cada um opções, onde, talvez, a opção fosse a não-opção e isso fosse mais libertador em outro contexto. Ou seja, esse é um contexto de expansão da liberdade e de expansão das formas de coação. Não há recuo e a questão está sempre posta nessa tensão e é o exercício mesmo da liberdade, como resistência das formas de opressão e redefinição em benefício da liberdade das formas de coerção, que vai determinar em cada caso um resultado. Esse é um processo simultaneamente de exploração, de expansão, de hegemonia imperial e de rupturas que se dão atômica e capilarmente. Contudo, tampouco acho que o discurso se encerra aí, porque então ficaríamos com os franceses ou com Foucault, nos anos 70, início dos anos 80. Acho que existirá de novo no final do século a possibilidade de casarmos essa sensibilidade pró-capilar, pró-fragmentário, com o reconhecimento da centralidade dos Estados Nacionais como a condição material e política que se impõe hoje para nós. E, portanto, exigindo de nós também a articulação das formas mínimas de luta com as formas tradicionais de luta.

Acho que o movimento mais interessante é aquele de destradicionalização criativa e retradicionalização, com o reconhecimento do que permanece e do que continua sendo para nós limitador conjuntural, ou seja, uma abertura flexível com uma forte dose de realismo. Em outras palavras, a participação em eleições, a disputa pela hegemonia no interior dos partidos democráticos, o reconhecimento da importância de alianças políticas no mercado eleitoral marcado por muitas limitações e, ao mesmo tempo, a crítica à democracia como forma de exclusão e de domínio, a abertura para novas sensibilidades, novas formas de intervenção para a emergência de novos atores e novas formações subjetivas ao mesmo tempo. Sem, entretanto, imaginar que seja possível uma síntese apaziguadora, onde tudo isso se encontre na festa, no triunfo do entendimento e da conciliação. O que se multiplica é a tensão, o conflito, é a contradição. Os atores que se situam nesse campo necessitariam ter uma certa metaconsciência de que eles vão estar atuando sempre para além da possibilidade de apaziguamento e de síntese. Por isso é que eu acho que essas redes transnacionais são, por um lado, uma nova fonte construtiva de novos atores fundamentais, mas por outro lado, não podem substituir, de maneira alguma, as lutas que se dão no interior dos Estados Nacionais, porque no século XXI, nossa tarefa será a criação de instituições políticas internacionais, mas esse é ainda um horizonte utópico.

Direito ao Desenvolvimento: notas sobre os direitos econômicos, sociais e culturais

*Pedro Cláudio Cunca Bocayuva**



* Diretor da Área de Trabalho e renda da FASE

"Los derechos económicos, sociales y culturales establecen el límite ético, la "frontera ética", entre vivir como personas y el de no vivir como personas".

Juan Bengoa[1]

No ano da comemoração do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, a meta principal de ONGs e movimentos sociais é a da construção de uma ação coletiva voltada para a indivisibilidade e a exigibilidade dos direitos humanos no plano internacional. Mais particularmente no subcontinente latino-americano, os processos de transição democrática inconclusos colocaram na ordem do dia a necessidade de uma ampliação da luta pelos direitos, onde se destaca a ligação entre direitos civis e políticos com os direitos econômicos, sociais e culturais. A necessidade da democratização substantiva das sociedades e dos Estados latino-americanos se acentua por força do cenário de desconstrução de direitos e garantias relacionados aos processos econômicos e ao trabalho.

A crise ético-política, derivada da desregulamentação das legislações trabalhistas em nome da flexibilidade, acentua a vulnerabilidade do tecido social das diferentes formações nacionais, diante dos processos de concentração da renda e da propriedade que, por sua vez, apresentam dinamismos interligados aos fluxos financeiros engendrados pela abertura dos mercados à "economia cassino". A crise do modelo desenvolvimentista se entrelaça com as reformas liberalizantes, condicionando o movimento jurídico-político que substitui as antigas legislações de "ethos" corporativista por um quadro de ênfase dos padrões possessivo-individualistas orientados pelo mercado global. Antigas e novas formas de precarização do trabalho afetam, de maneira brutal, as sociedades, modificando as clivagens que separam as diferentes categorias de cidadãos, integrados, vulneráveis e excluídos, expondo-os a um movimento de dualização que escamoteia o caráter unificado das redes de comando dos fluxos de valorização do capital, cada vez mais dominado pela forma volátil da moeda e dos mercados instáveis.

As sociedades latino-americanas urbanizadas e metropolitanizadas representam a imagem mais expressiva da dialética da nova dependência, que busca a legitimidade das práticas de desconstrução dos direitos no economicismo imediatista e no medo dos processos hiperinflacionários. Colocar na ordem do dia os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC)[2] significa colocar um eixo ético-político para as forças contra-hegemônicas que recusam a natureza darwinista das práticas em curso. O direito a se contrapor ao caráter impositivo da chamada "via única", propugnada pelo neoliberalismo, reforça uma perspectiva de caráter diretamente político para os atores sociais que pretendem definir uma estratégia de bem-estar social coletivo e de igualitarismo, como componente decisiva para a reformulação do padrão de desenvolvimento desigual da periferia latino-americana.

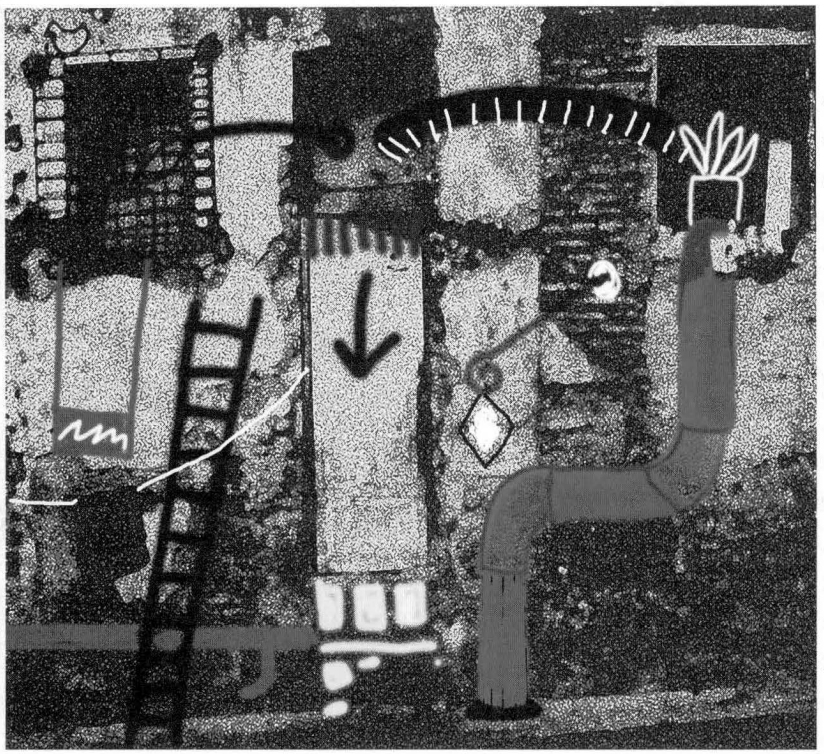
O Direito ao Desenvolvimento, como foi expresso pelas organizações de direitos humanos da Colômbia, aparece como uma das dimensões dos Direitos Humanos Integrais[3]. É a expressão mais elevada da liberdade de construir outras vias e saídas para superarmos os contextos de desigualdade. Os DESC e sua exigibilidade aparecem

---

[1] Prólogo de *El Derecho a la Equidad: ética y mundialización social.* 0rg.Terre des Hommes France. Barcelona: Icaria Editorial, 1997).

[2] O Brasil ratificou o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU-1966) em 24 de fevereiro de 1992 e o Protocolo Interamericano sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais _ Protocolo de San Salvador (988) em 19 de abril de 1995.

[3] A Declaração da Conferência de Cúpula Internacional sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) afirma o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos de primeira, segunda e terceira geração. Para uma síntese das diferentes dimensões e "gerações" de Direitos Humanos ver Dornelles, João Ricardo. *O que são direitos humanos.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.



como condição para os experimentos alternativos de desenvolvimento e para vias políticas de democracia ampliada, sem o que tornaríamos as liberdades civis e políticas vazias e descarnadas.

Reunião de Quito A Plataforma Sul-Americana dos Direitos Humanos, a Associação Latino-Americana das Organizações de Promoção (ALOP), o Grupo de Cuernava (parceiros de Terres des Hommes da França) reuniram-se em Quito, de 22 a 24 de julho, com fins de estabelecer um marco de ação comum para as ONGs e movimentos de Direitos Humanos da América Latina com o objetivo de fortalecer os DESC. A declaração e o plano de ação estabelecidos na reunião visam fortalecer os movimentos nacionais pelo engajamento das diferentes sociedades nos pactos internacionias, assim como a elaboração dos relatórios nacionais sobre as violações dos direitos econômicos, sociais e culturais no continente americano.

A pressão para que outros países assinem o Pacto liga-se à promoção do debate e apoio ao novo Protocolo Facultativo dos DESC. Por meio deste processo de afirmação formal de direitos, cria-se a

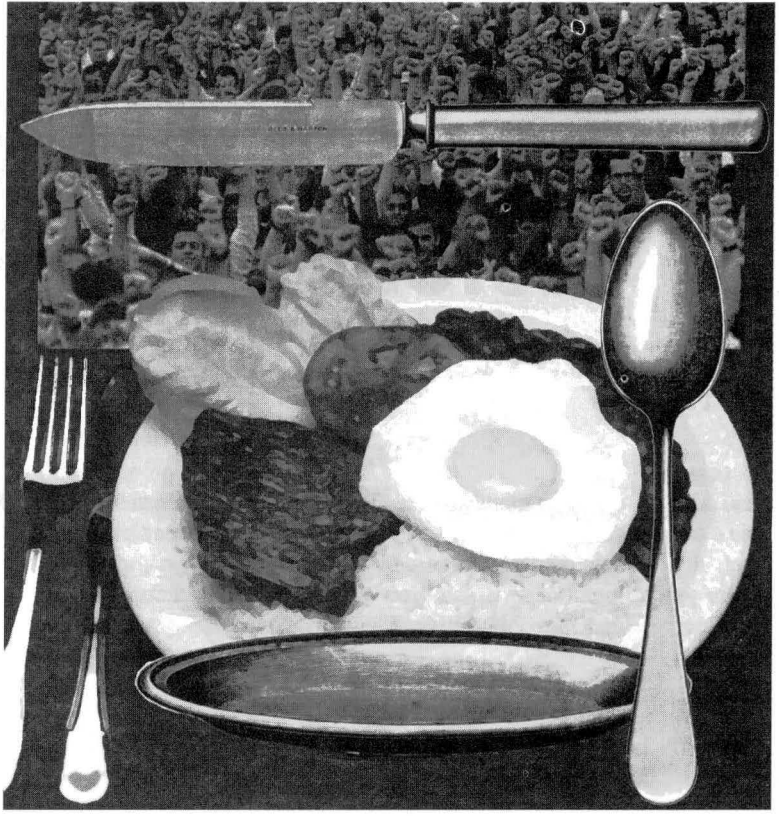
Direitos Humanos das Mulheres

Gita Sen - Feminista indiana, coordenadora de pesquisa de Dawn – Development Alternatives with Women for a New Era - sobre economia política da globalização. Professora de Ciências Econômicas e Sociais do Instituto Indiano de Administração, Bangalore, Índia.

Proposta - Em diversas conferências recentes da ONU, gênero e cultura tornaram-se temas centrais nas negociações entre governos. Na sua disputa de poder com os países ocidentais, representantes oficiais islâmicos argumentaram que várias formas de opressão das mulheres fazem parte do direito de possuírem sua própria cultura. Como você avalia estes argumentos? É verdade que gênero tornou-se uma parte relevante das negociações internacionais, ou a natureza e a agenda das relações internacionais estão mudando?

Gita – Em primeiro lugar, é importante reconhecer que o argumento do relativismo cultural não é novo e nem é uma prerrogativa do Islã. Na Índia hoje, temos uma mistura de fundamentalismo hindu, nacionalismo e pragmatismo econômico. Creio que em muitas sociedades que se livraram do jugo colonial depois da Segunda Guerra Mundial, freqüentemente o nacionalismo é identificado com soberania cultural. (Isto pode ser diferente da América Latina, onde a independência ocorreu mais cedo e também por causa das fortes raízes européias presentes na Região.) O ressurgimento desta argumentação cultural hoje se liga evidentemente à veloz globalização da economia nestas duas últimas décadas e à perceptível deterioração das soberanias nacionais. Ao mesmo tempo, a crítica da mídia, TV, etc. globalizadas nunca é tão forte quanto a tentativa de controlar as mulheres. Nas conferências da ONU dos anos 90, os embates culturais foram largamente travados sobre a

possibilidade de desenvolvermos as atividades nacionias e internacionais pelas garantias de organização social, direitos trabalhistas e bem-estar geral como requisitos mínimos para o fortalecimento da cidadania e parte inseparável do processo de desenvolvimento.



A Nova Agenda do Desenvolvimento

Os temas dos direitos ao bem-estar, ao trabalho e à renda fazem parte do projeto comum dos povos latino-americanos de afirmarem um desenvolvimento sustentado pela perspectiva de uma democracia substantiva, tanto no plano real quanto no plano formal/legal. A centralidade do trabalho para os sujeitos coletivos - os movimentos sociais e sindicais, os movimentos de mulheres e os povos indígenas -, liga-se a processos de superação da desigualdade e da miséria. Os direitos do trabalho, da cidadania e a questão da soberania nacional devem se traduzir numa agenda e numa plataforma de lutas, que orientem a emergência de uma esfera pública não-estatal capaz de modificar

questão do corpo feminino, porque em grande parte do mundo, Norte e Sul, as mulheres ainda são vistas como uma espécie de propriedade individual, familiar e social. Prevenir a "corrupção" de "nossas" mulheres pela decadência ocidental tornou-se o tema que unificou os patriarcas tradicionais.

Mas eu acredito que as conferências da ONU também representaram uma profunda derrota moral e real dessas forças e o reconhecimento da verdadeira universalização dos direitos humanos das mulheres.

Proposta – Apesar dos diversos avanços que se obteve nos acordos internacionais e nas convenções que dizem respeito aos direitos das mulheres, em algumas partes do mundo a situação das mulheres permanece terrível ou está até mesmo se agravando. Quais são os principais desafios para se conseguir obter a implementação das normas já existentes?

Gita – As formas tradicionais de controle patriarcal são certamente o maior desafio que as mulheres têm que enfrentar cotidianamente. Mas a pressão econômica sobre a sustentabilidade da vida cotidiana, a marginalização e o empobrecimento crescentes e a erosão das responsabilidades dos Estados são desafios centrais para a criação de "espaços de sobrevivência", dentro dos quais as mulheres possam lutar contra relações opressivas de gênero. Todavia, a globalização também está abrindo diversos novos espaços e oportunidades para as organizações de mulheres trazerem a transformação das relações de gênero para o centro do palco. Por exemplo, como se sabe, há vários grupos muito ativos de mulheres do Afeganistão que estão utilizando a Internet e o correio eletrônico com muita eficiência para disseminar informação e conseguir apoio. Aliás, hoje, no Parlamento europeu, a questão das mulheres afegãs tornou-se um grande tema.

o contexto do desenvolvimento bloqueado pelas estratégias de ajustes estrutural de cunho neoliberal.

Do Direito a Ter Direitos

Todos os direitos para todos e todas parece ser a palavra de ordem adequada para o espírito de Viena que impregna a prática dos diferentes atores nacionias latino-americanos. A tradução estratégica dessa perspectiva axiológica em prática dos movimentos sociais e das ONGs e sua incidência sobre as sociedades nacionais vão na contramão dos cenários de desconstrução de direitos e das políticas públicas. Mas, quais seriam as forças sociais capazes de *tocar o barco* do projeto de construção de uma sociedade nacional baseada em direitos humanos integrais? Como mobilizar a opinião pública e os movimentos sociais para uma atuação mais incisiva no campo dos direitos humanos que fortaleça os DESC?

Essas e outras questões exigem uma avaliação de cenários comuns aos povos do continente latino-americano que, grosso modo, dizem respeito ao cotidiano: questões ligadas às políticas públicas de bem-estar social, direito ao trabalho, renda e seguridade; a questão da defesa da vida; a questão agrária e o quadro alimentar; o acesso à moradia, educação, saúde e cultura. Estas questões estão deste modo interligados pelos sub-sistemas e questões da vida cotidiana atravessados pela perda de substância do Estado como garantidor de direitos. A construção de uma agenda sócio-econômica comum no contexto da integração continental talvez devesse ser orientada pela busca de uma nova centralidade do trabalho como um problema chave. A desvinculação dos direitos da cidadania em relação ao mundo do trabalho é a operação mais insidiosa da chamada "via única" a que estamos submetidos[4].

Direito a um Outro Desenvolvimento

Para além da estabilização macro-econômica e da sua forma estruturada pelo "consenso de Washington" se coloca o objetivo de abertura do debate sobre o desenvolvimento sustentável e o princípio da solidariedade como referência ético-política. Outras vias de desenvolvimento alternativo para nossas sociedades estão postas como problemática de direito e podem ser motivo para a realização de plataformas de lutas nacionais e continentais novas. Os exemplos clássicos da dívida externa e do controle dos fluxos de capitais fazem da afirmação dos DESC, no plano nacional, um fator de reconstrução de condições de uma inserção internacional menos perversa. Estabelecer os elos entre cadeias de problemas aparentemente desconexos tais como o jogo entre credores e devedores no plano internacional e os efeitos das taxas de juros sobre os investimentos geradores de emprego e renda no plano nacional, faz parte de um esforço de esclarecimento e trabalho educativo sem o qual se naturaliza as conseqüências darwinistas das políticas de ajuste condicionadas pelos poderes multilaterais que nos colocam à mercê das empresas e bancos que dominam o fluxo financeiro global.

A ênfase nos DESC fala tanto do plano imediato de questões, como a do trabalho infantil, quanto da luta por uma renda mínima garantida para todos os cidadãos, portanto, informa e conforma os objetivos de políticas públicas que combatam os processos de exclusão e desigualdade social. A Fase e o Movimento Nacional de Direitos Humanos a partir dos compromissos com um projeto de educação e mobilização para criar uma cultura prática de defesa e ampliação dos direitos econômicos, sociais e culturais devem retomar a perspectiva de uma Plataforma Brasileira de apoio a este esforço continental de luta pela elevação do patamar civilizatório entre nós.

[4] Sobre o entendimento e as formas de ação a partir dos DESC, podemos aproveitar o recorte mais específico apresentado no trablaho da FIAN, os **Direitos Humanos Econômicos: chegou seu tempo.** Secretariado Internacional da FIAN. Edição conjunta do MNDH, FIAN e CPT tradução do opúsculo editado em inglês em 1995. (O texto pode ser obtido através da CPT nacional, cujo e-mail é: cptnac@mail.cultura.com.br).

PROPOSTA RECOMENDA

Políticas de Saneamento Ambiental: inovações na perspectiva do controle social

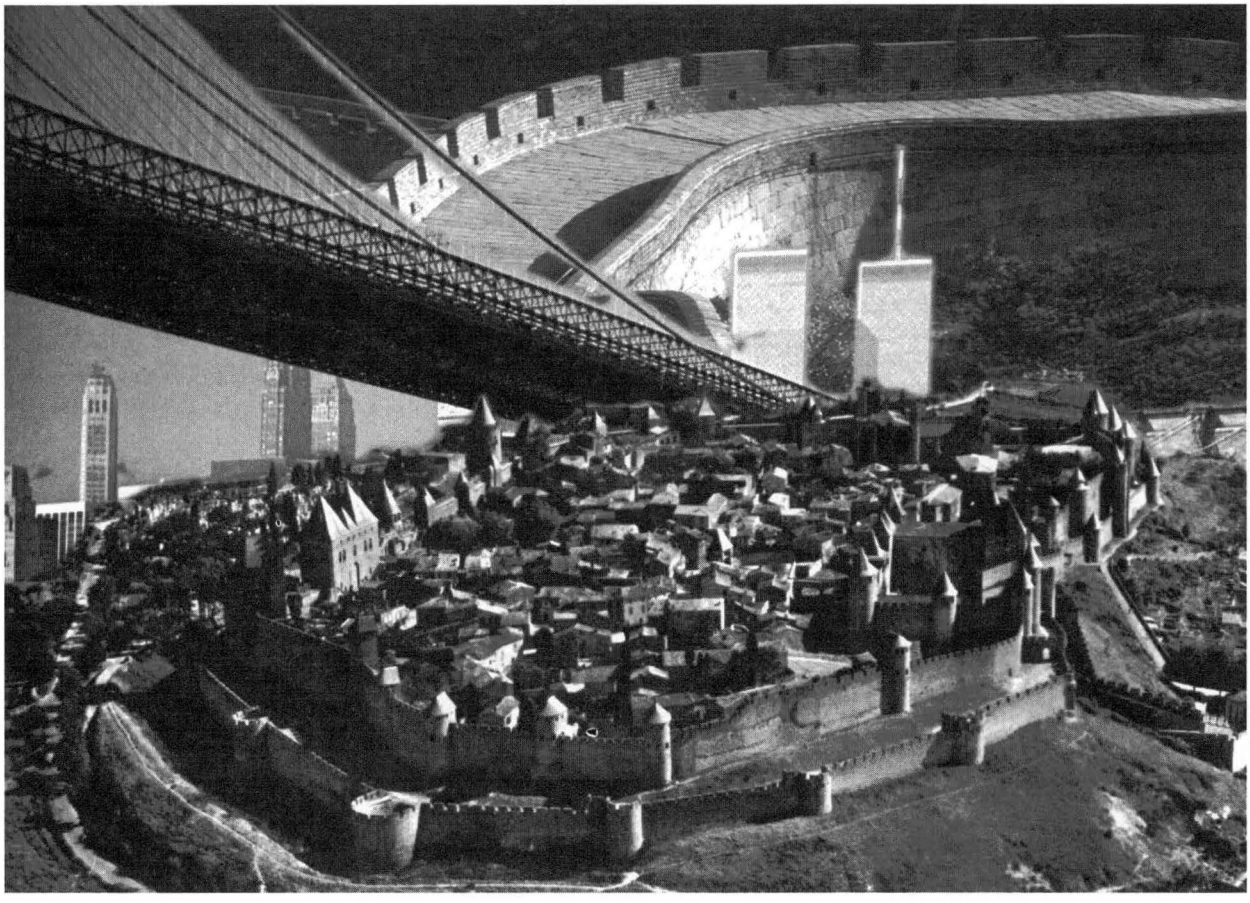
IPPUR/UFRJ, FASE
Orgs. Orlando Alves dos Santos Jr.
Ana Lúcia Britto
Hélio Ricardo Leite Porto

Este livro é um instrumento fundamental na ação dos movimentos populares, sindicais, organizações não governamentais, técnicos de prefeituras, governantes, pesquisadores e estudantes, comprometidos com a construção do direito à cidade e interessados na discussão da gestão do saneamento ambiental no Brasil.

Onde adquirir: FASE, Rua das Palmeiras, 90, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ CEP: 22270-070
Tel: (021) 286-1441

Globalização, Estado e Democracia: mais dúvidas do que certezas*

Maria Regina Soares de Lima **



* Uma versão ampliada deste trabalho foi apresentada no Seminário Internacional "Teoría de las Relaciones Internacionales desde la Caída del Muro de Berlín a Nuestros Días", organizado pela Faculdade de Direito da Universidad de la República, 30/31 de julho de 1998, Montevideu, Uruguai.

** Professora do IUPERJ e do IRI/PUC-RJ

Já se tornou lugar comum no debate acadêmico e intelectual contemporâneo a expressão "ordem mundial pós-Guerra Fria". O que ela denota não é apenas o encerramento da ordem mundial pós-45 e o início de uma nova configuração de forças no sistema internacional, em uma leitura canônica das relações internacionais. Ao contrário, na maioria das vezes, a referência é à emergência de uma ordem pós-Westfalia. Baseada na territorialidade e na soberania – interna e externa – dos Estados, a ordem de Westfalia é um ícone para os especialistas internacionais, representando a organização da ordem internacional com base no sistema de Estados.

Tem sido recorrente pensar o momento atual à luz da experiência histórica da crise da ordem feudal e da emergência do Estado territorial. Tal como naquele passado longínquo, estaríamos presenciando um momento de ruptura da ordem pretérita, uma conjuntura crítica que desarticula o *status quo*. Mesmo que se desconte o fato de que aquela ruptura demorou cerca de trezentos anos para a efetiva consolidação do Estado, a comparação pode ser sugestiva naquilo que ela nos desautoriza a concluir da experiência de processos de mudança desta profundidade e complexidade. Uma lição a ser extraída desta experiência pretérita, é que os fatores que geram a crise de uma determinada instituição, não podem ser tomados como variáveis causais da gênese de suas sucessoras. A forma Estado territorial não foi a única a suceder à crise da ordem feudal, outras formas de organização alternativas também emergiram quando o crescimento econômico e a expansão do comércio desarticularam o modo de vida feudal.

Aplicando-se a mesma argumentação ao momento atual, pode-se concluir que todos os eventuais cenários pós-Westfalia que se desenhem terão não apenas a mesma probabilidade de ocorrência como, diria mais, probabilidade semelhante ao *status quo* representado pela continuidade modificada do mundo de Westfalia. Se estamos diante de uma "conjuntura crítica", em que vários equilíbrios são possíveis, só se pode falar com alguma certeza sobre as modificações na atual ordem do sistema de Estados comparativamente aos momentos anteriores. Mas nada nos autoriza a concluir qual desses equilíbrios se tornará dominante em um momento posterior. As explicações para a crise do Estado e do sistema de Estados são distintas das causas de sua posterior evolução, a não ser que se adote um modelo de desenvolvimento linear. Além do mais, a mudança institucional não é evento corriqueiro, mas fenômeno extraordinário. Uma das pedagogias da análise institucional é enfatizar a resiliência das instituições e o fato de que estas não emergem em um vácuo institucional. Mudanças radicais são episódicas porque implicam alto custo de transação, e as instituições existentes estão embasadas em ideologias e sistemas de crenças vigentes, bem como em rotinas burocráticas. A inércia institucional reflete também uma determinada configuração de poder e, na ausência de choques externos ou mudanças na correlação de forças, o *status quo* tende a prevalecer. Por outro lado, não existe um ponto zero para a emergência das instituições. O contexto de geração/emergência está povoado de instituições.

Assim, uma conjuntura crítica que desestabilizasse o *status quo* poderia gerar várias trajetórias e modelos organizacionais possíveis. Aqueles que, como resultado de um processo envolvendo competição e reconhecimento mútuo, bem como imitação e decisões intencionais de atores estratégicos, fossem "selecionados" tenderiam a se consolidar pela própria inércia acima aludida. A representação da mudança institucional como movida por conjunturas críticas e pelo processo de desenvolvimento *path dependent* significa analisá-la como resultado da dialética entre a interrupção da contingência e a força da permanência. Por outro lado, essa representação sugere a dificuldade de uma teoria da mudança institucional *ex-ante*, pois só *post-facto* é possível "explicar" a mudança.

Se concordamos que se vive um momento de mudanças profundas, por implicação vários equilíbrios são possíveis. Isto significa que vários

eventos macro como o fim da Guerra Fria, a globalização dos mercados mundiais, a configuração de novos espaços políticos, por exemplo, podem ser vistos não apenas como fenômenos multifacetados, mas com efeitos não lineares, nem unívocos. Diferentemente dos modelos evolucionários lineares, em um processo "rota dependente" não há como prever *ex-ante* o momento ou os fatores responsáveis pela gênese e consolidação de novos padrões institucionais, já que sua emergência está ligada a uma mudança exógena ao modelo utilizado pelo analista.

Portanto, um dos problemas que a complexidade da política internacional contemporânea coloca para o analista está relacionado à consistência de suas hipóteses e argumentos em face dessas características não lineares, descontínuas, dos processos internacionais em curso. Um exemplo significativo consiste na relação entre o fim da Guerra Fria, a globalização dos mercados mundiais e o destino da democracia. Como demonstro a seguir, existem argumentos ponderáveis tanto sobre a ameaça, como sobre o fortalecimento da democracia na ordem globalizada pós-Guerra Fria.

Ainda que o fim das fronteiras estratégico-ideológicas não tenha sido o responsável pelo fenômeno da globalização econômica e financeira, não há dúvida que aquela mudança política contribuiu para ampliar o alcance da internacionalização econômica. Pois bem, a globalização das economias nacionais tem sido apontada por analistas de distintas persuasões teóricas e metodológicas como uma ameaça às instituições políticas nacionais. A vinculação histórica entre espaço territorial e autogoverno passa a ser questionada na prática pela interpenetração das economias nacionais e com ela a viabilidade da democracia representativa. De modo mais específico, a consolidação da democracia na periferia capitalista, que corresponderia hoje à quase totalidade dos países integrantes do chamado Terceiro Mundo da época da bipolaridade, estaria ameaçada pela perda da superposição prévia entre o espaço da representação política e o da decisão pública. Não apenas a ordem

internacional está sendo estruturada por decisões de organizações econômicas internacionais sobre as quais os cidadãos não têm controle algum, muito menos possibilidade de oposição. Da mesma forma, representantes políticos nacionais tomam decisões cujos efeitos, muitas vezes, vão além dos limites territoriais de seus respectivos Estados, atingindo um número indeterminado de terceiros países. Estudos comparados de instituições políticas têm demonstrado que a causa principal do *mandate unresponsiveness* na política latino-americana recente, por exemplo, é antes o resultado do conflito entre eleitores e mercado sobre a política econômica, do que conseqüência das características dos sistemas eleitorais e partidários dos países da região.

De perspectiva oposta, porém, o fim da Guerra Fria pode ter implicado para os países latino-americanos, por exemplo, a eliminação de um poderoso indutor para a recorrente insta-

bilidade democrática que caracterizou a região no período do pós-Guerra. É sabido que o contexto de Guerra Fria teve um efeito politicamente perverso na América Latina, qual seja, estabelecer uma clara dependência entre a dinâmica da política doméstica e as injunções do conflito ideológico-estratégico bipolar. Mesmo que, por hipótese, os Estados Unidos não tivessem contribuído em nada para a erosão das ordens constitucionais do Brasil em 1964, da Argentina em 1966, do Chile em 1973 e da Argentina em 1976, por exemplo, aquela vinculação diminuía sensivelmente os custos para os eventuais golpistas de qualquer ruptura constitucional. Assim, a "defesa da democracia", mesmo que à custa da quebra do Estado de Direito, não apenas era uma garantia do reconhecimento do novo regime pelos Estados Unidos, como muitas vezes este reconhecimento foi brindado com generosa ajuda externa por sua contribuição à expansão do "mundo livre". Se a cooperação entre civis e militares foi sempre problemática no contexto latino-americano, pode-se concluir, portanto, que a Guerra Fria contribuiu para acirrá-la, aumentando em muito a taxa de desconto dos militares e, conseqüentemente, os incentivos para que estes, por qualquer razão, renegassem a cooperação com os civis.

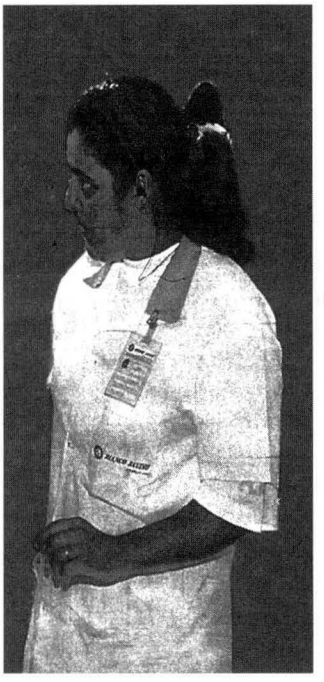
AINDA QUE O FIM DAS FRONTEIRAS ESTRATÉGICO-IDEOLÓGICAS NÃO TENHA SIDO O RESPONSÁVEL PELO FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA, NÃO HÁ DÚVIDA QUE AQUELA MUDANÇA POLÍTICA CONTRIBUIU PARA AMPLIAR O ALCANCE DA INTERNACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA

... A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA NA PERIFERIA CAPITALISTA, QUE CORRESPONDERIA HOJE À QUASE TOTALIDADE DOS PAÍSES INTEGRANTES DO CHAMADO TERCEIRO MUNDO DA ÉPOCA DA BIPOLARIDADE, ESTARIA AMEAÇADA PELA PERDA DA SUPERPOSIÇÃO PRÉVIA ENTRE O ESPAÇO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E O DA DECISÃO PÚBLICA

De uma perspectiva mais concreta, o fim da Guerra Fria estaria permitindo a gradativa superação da neutralidade prévia entre as potências com relação às características internas dos sistemas políticos e a adoção de cláusulas de "garantia da democracia" pelas organizações internacionais. Mesmo que algumas condições sejam necessárias para que esses mecanismos sejam efetivos, em especial a superação dos problemas de *enforcement* e as questões dos limites e da legitimidade das intervenções, essas novas instituições poderiam funcionar como um indutor significativo para aumentar os custos de eventuais aventuras golpistas, com efeito exatamente inverso daquele produzido pelo contexto de Guerra Fria.

Um dos efeitos da globalização é tornar bem menos nítida a diferença entre assuntos internos e externos. Curiosamente, suas implicações internacionais e domésticas não são necessariamente convergentes. Uma das normas do sistema de Westfalia é a inexistência do direito à intervenção em assuntos domésticos, jurisdição exclusiva do Estado-nação. Ora, do ponto de vista substantivo, e não formal, tal negativa perde muito de sua força persuasiva quando se leva em conta que uma das

conseqüências da globalização é, justamente, esmaecer as fronteiras entre assuntos internos e externos. Questões como poluição, epidemias e outras que geram externalidades de redes não podem ser consideradas como de âmbito interno, uma vez que seus impactos não respeitam as fronteiras nacionais. Em uma comunidade internacional de Estados soberanos, que têm obrigações com relação a seus respectivos cidadãos, seria justificável a intervenção em assuntos de terceiros países naquelas situações em que as ações ou inações dos últimos pusesse em risco o bem-estar dos cidadãos dos primeiros. A legitimidade de tal intervenção, porém, coloca em risco a própria lógica normativa da democracia que tem por base os princípios do autogoverno e da autodeterminação, cuja condição de viabilidade é a existência de um espaço territorial exclusivo e delimitado.

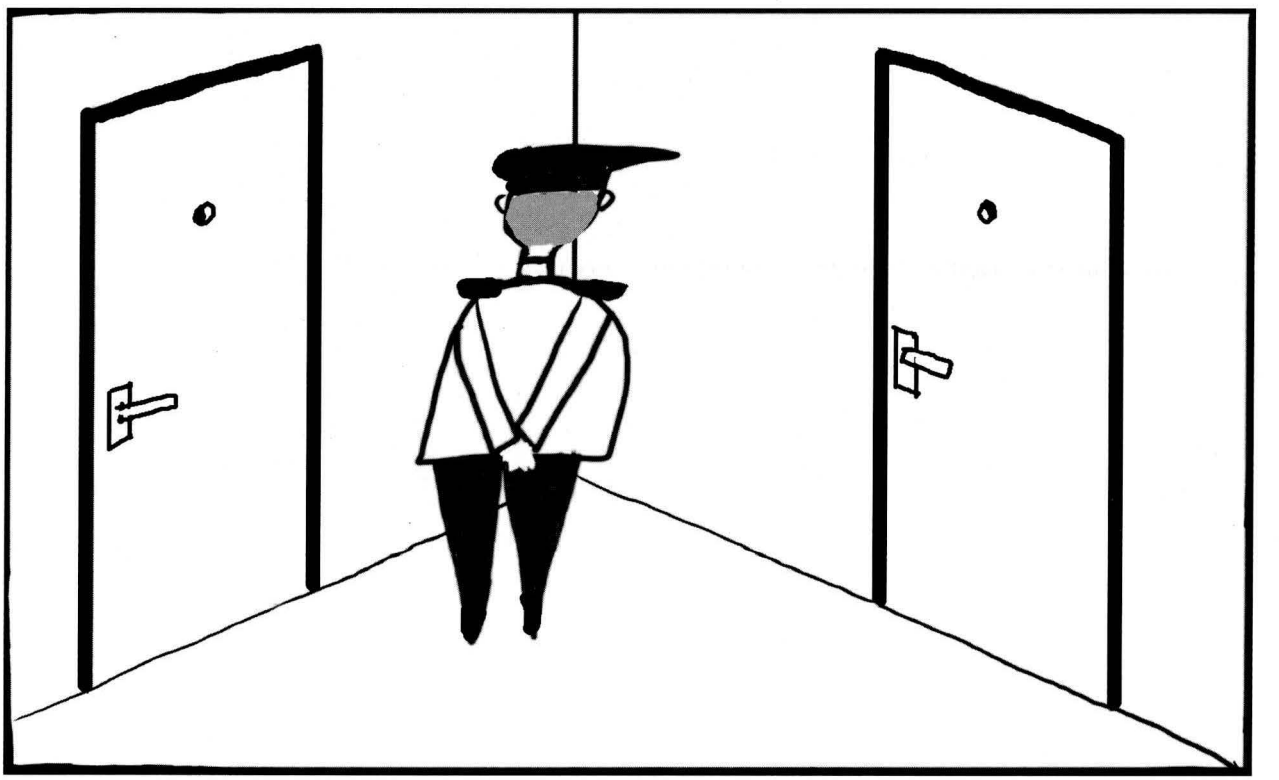


Do ângulo interno, contudo, a diluição da diferença entre assuntos internos e externos poderia ter efeitos democratizantes com relação ao processo decisório da política externa. Nos regimes democráticos, a legitimidade de se considerar a política internacional como instrumento de defesa e implementação do "interesse nacional" está fundamentada no que seria uma característica peculiar dessa política, que a distinguiria das demais políticas públicas. Qual seja, seu domínio específico seriam as questões de guerra e paz que afetam à nação como um todo. Essa característica de um bem público, indivisível e não excludente, inerente à política externa, não apenas demandaria sua produção pelo Estado, como justificaria que por este fosse conduzida, até porque nessas questões a "política pára na fronteira da Nação". Ora uma das conseqüências da indistinção interno-externo e do crescente conteúdo econômico da política externa é a transformação de sua natureza, no sentido de que esta deixa de ter características de um bem público. uma vez que seus efeitos não são mais homogêneos na sociedade, mas passam a afetar diferentemente os diversos segmentos sociais. Dessa forma, as ações do Estado na área externa passam a ter efeitos diferenciados e, portanto, implicações distributivas, transferindo-se da esfera da defesa da nação para o âmbito da política, cuja característica é o conflito de valores e de interesses e sua reconciliação por via da persuasão, compromisso, redefinição e voto. Nas democracias modernas, a regra da maioria tem sido o principal mecanismo para a solução dessas diferenças. Ainda que a política externa seja uma área natural de delegação de autoridade das instituições legislativas às executivas, a transformação de sua natureza torna questionável a exclusividade e o monopólio das burocracias especializadas na sua formulação.

O que esses exemplos de causalidades complexas e efeitos não convergentes na

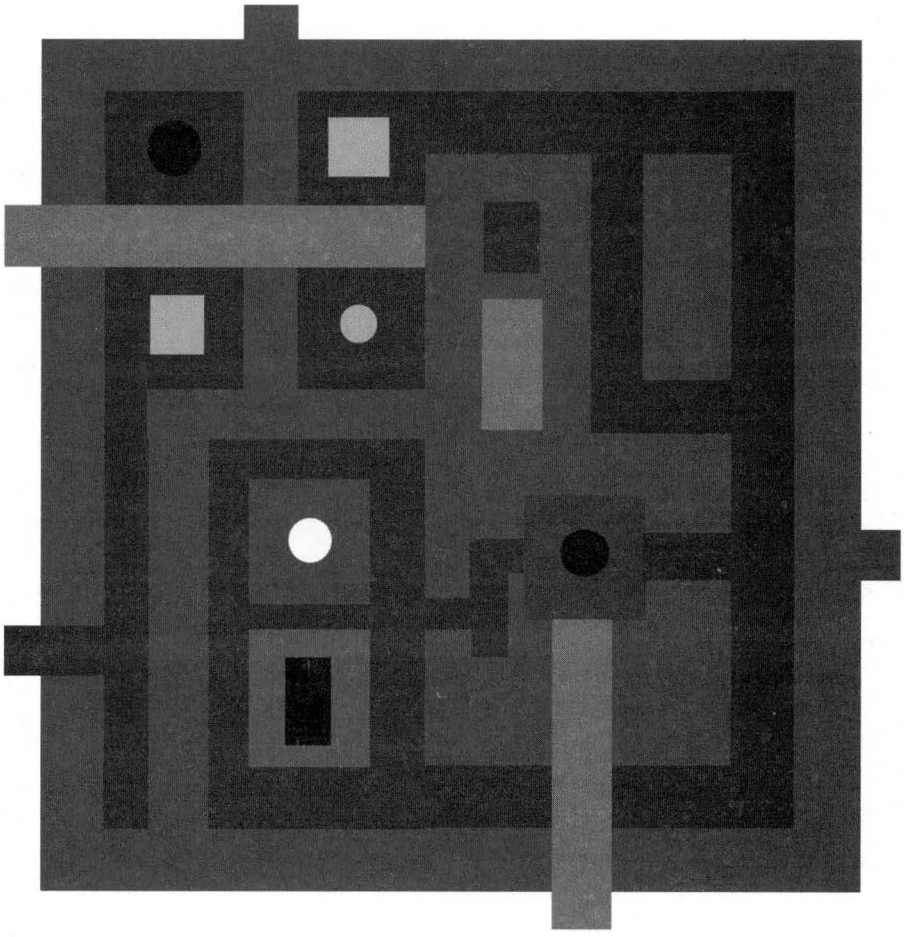
determinação da sorte democrática de qualquer país estão sugerindo é que os efeitos tanto da globalização econômica, quanto das mudanças do contexto político internacional não são lineares nem unívocos. Além do mais, o resultado da interação das mudanças políticas e econômicas globais deverá ser mais indeterminado ainda, configurando-se um momento de mudanças profundas cujos efeitos não são previsíveis *ex-ante*. Dois argumentos podem ser alinhados para sustentar essa posição: as características da evolução institucional em que os momentos de mudança se definem exatamente pela existência de vários equilíbrios possíveis e o papel das instituições nacionais que filtram os impactos das mudanças no plano nacional. As mudanças globais não necessariamente levam à decadência das instituições políticas democráticas, assim como não necessariamente garantem a convergência na direção de economias de mercado e democracia representativa.

Para analistas das mais distintas persuasões ideológicas, estaríamos presenciando hoje ao fim do que pode ter sido uma das mais potentes representações do pensamento de esquerda e social-democrata: a idéia de que a eliminação das diferenças de classe, de riqueza, de grau de desenvolvimento era possível. Hoje, ao contrário, prevaleceriam as teses de que as diferenças de riqueza e de poder dentro dos espaços nacionais e entre países não só não serão eliminadas, como podem, inclusive, ser ampliadas. Os anos 90 parecem se configurar no Brasil e no mundo como a década da exclusão. A hegemonia atual do mercado, comparativamente ao pós-Segunda Guerra, quando o Estado impediu que aquele que já foi denominado "moinho satânico" destruísse a sociedade, não nos deixa muito otimistas. Simultaneamente a processos e eventos macros assombrosos, ocorrem microações, também assombrosas, que nos fazem acreditar que nem tudo está perdido. O pedido de extradição do General Pinochet por dois militantes jurídicos espanhóis enquadra-se nessa categoria. A norma jurídica que embasa esta ação representa uma superação na prática do princípio de que apenas Estados são sujeitos do direito internacional, e existem hoje instituições multilaterais que permitem tornar operacional uma norma dessa natureza. Não é nada, não é nada, já é alguma coisa.



A Soberania Ameaçada: um acordo sob medida para o capital internacional – Acordo Multilateral de Investimentos (AMI)

Atila P. Roque *



* Historiador, mestrando em Ciência Política do Iuperj e Coordenador do Programa de Globalização do Ibase

Durante os últimos meses voltamos a ter as nossas vidas assombradas pelo fantasma do caos financeiro. O cassino em que se transformou o mundo das finanças internacionais atingiu o Brasil de frente, especialmente após a bancarrota russa: a vulnerabilidade de um modelo econômico extremamente dependente do capital especulativo ficou mais clara do que nunca e inaugura um período de grande incerteza para a sociedade brasileira. Volta a ganhar força nos debates internacionais as propostas que apontam para a urgência de mecanismos que coloquem um freio na onda liberalizante que avançou a passos céleres nos últimos 15 anos.

A liberalização do comércio internacional e os avanços tecnológicos na esfera da produção favoreceram uma enorme concentração de poder nas mãos das grandes empresas multinacionais. O jornal inglês *Financial Times* demonstrava em uma reportagem recente que as 100 maiores empresas multinacionais concentram cerca de 1/5 do estoque global de investimentos externos, sendo que 30 delas têm origem nos EUA. Em grande medida, as possibilidades de desenvolvimento nacional estão condicionadas pelas estratégias de mercado dessas empresas. O que está em questão, portanto, é a capacidade soberana dos Estados nacionais e a possibilidade da gestão democrática da economia.

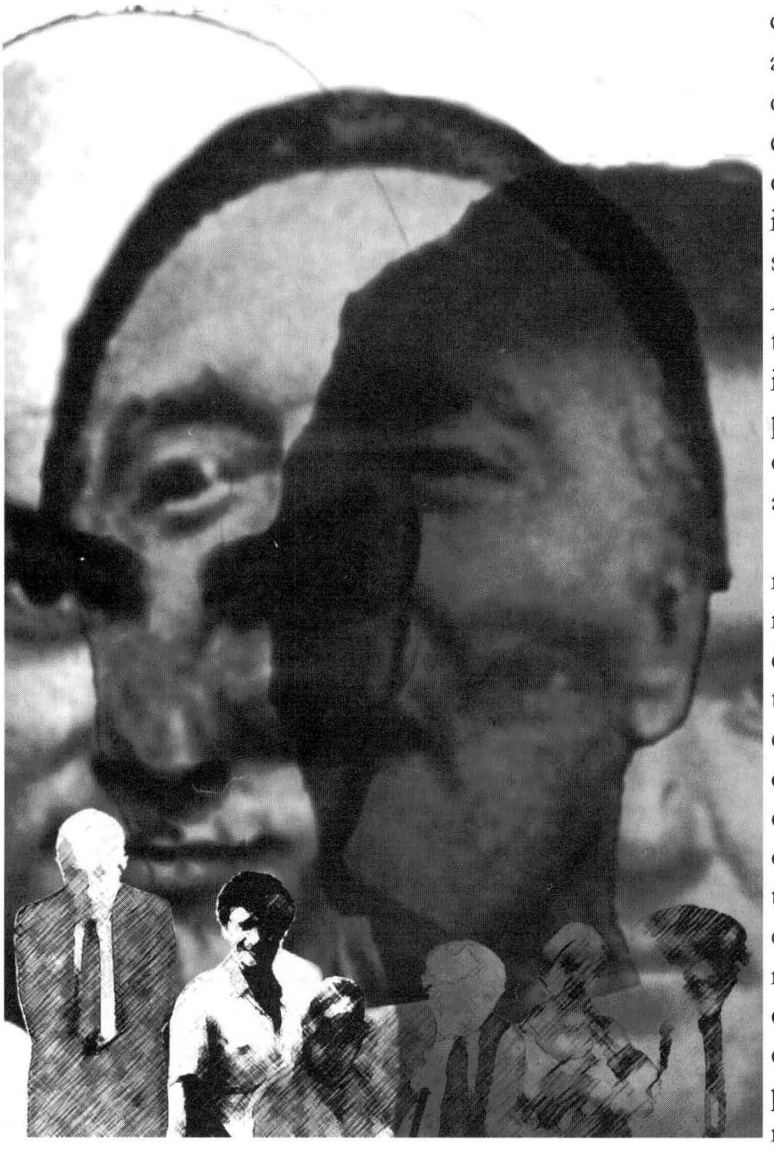
É justamente o poder destas empresas e dos conglomerados financeiros internacionais que sairá ainda mais fortalecido pelo AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) que vem sendo negociado entre os 29 países membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), à qual reúne fundamentalmente os países desenvolvidos, com exceção da Coréia do Sul e do México. A adesão dos países em desenvolvimento seria buscada imediatamente após a finalização do acordo. O Brasil já tem participado das discussões na condição de observador.

A importância deste acordo dificilmente poderia ter sido expressa de forma mais contundente do que a utilizada pelo Diretor Geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Renato Ruggerio, para quem a elaboração de um acordo desse tipo é como "escrever a Constituição de uma única economia global" (Sessão de abertura do I Encontro Ministerial da OMC, Cingapura, dezembro de 1996). O que não foi dito é que os "constituintes" desta nova ordem são as grandes corporações multinacionais e o capital financeiro internacional.

De forma resumida, podemos dizer que o objetivo principal do AMI é facilitar ao máximo o movimento de capitais através das fronteiras, impedindo que os países estabeleçam qualquer tipo de legislação, políticas ou programas que, do ponto de vista do acordo, tenham características restritivas. O AMI é uma verdadeira "caixa de ferramentas" em defesa dos interesses do grande capital.

O "tratamento nacional" é um dos princípios básicos do acordo. O objetivo é coibir qualquer tratamento diferenciado entre investidores nacionais e internacionais. Não será mais aceitável, por exemplo, políticas voltadas para a proteção de um determinado setor da indústria nacional. O acordo não coloca, no entanto, nenhum impedimento às medidas de incentivo ao investidor externo: a desigualdade é admissível somente quando beneficia o investidor externo. Também ficaria vetado a possibilidade de acordos bilaterais, ou entre um grupo específico de países, que estabeleçam condições preferenciais com relação aos demais investidores externos. Este ponto, por exemplo, implicaria em sérias limitações ao Mercosul, ampliando as bases institucionais para a implementação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

Com a adoção da cláusula de "não-expropriação", um outro poderoso instrumento estaria sendo garantido aos investidores externos. Os países signatários do AMI terão vetadas as possibilidades de expropriar ou nacionalizar um investidor externo, ou de tomar medidas que tenham "efeito equivalente". Possíveis exceções a esta regra, quando a expropriação se daria por razões de interesse público, deverão ser cuidadosamente consideradas através de mecanismos



definidos pelo acordo e, caso aceitas, acompanhadas do imediato pagamento de compensação financeira pelos prejuízos causados ao investidor. Na prática, este dispositivo cria enormes constrangimentos a qualquer medida punitiva por parte de governos nacionais, mesmo que amparadas em legislação local.

O uso de medidas legais contra o Estado também está previsto no texto em negociação. Além da possibilidade de um governo levar outro a julgamento em esferas internacionais por práticas que violem os seus termos, o acordo sobre investimentos reconheceria este direito às empresas envolvidas. Na prática, isto significa que uma empresa que se julgar prejudicada na condução dos seus negócios - mesmo que seja em conseqüência de alguma ação amparada por uma legislação local, digamos, voltada para a proteção ambiental - pode entrar na justiça diretamente contra o governo e reivindicar uma indenização monetária pelos danos sofridos (econômicos, "morais", etc.). Ações deste tipo poderão ser conduzidas tanto em instâncias nacionais quanto nas internacionais, de acordo com as preferências da empresa. O julgamento deverá ser feito sempre tendo como base as regras contratadas no AMI.

O AMI, como era de se esperar, não prevê a criação de qualquer mecanismo que garanta aos cidadãos - diretamente ou através das suas instâncias de representação, como por exemplo, o Congresso Nacional - o direito de questionar ou criar restrições, com bases em critérios de justiça social ou ambiental, às ações de empresas transnacionais. Também preocupa-se em coibir a adoção de qualquer tipo de medida restritiva à entrada e saída do capital internacional. Sairia assim do controle direto dos governos um dos principais instrumentos de gestão monetária. A volatidade produzida pela voracidade da especulação financeira seria elevada à condição de cânone legal global.

É estabelecido também que, uma vez assinado, o acordo define condições extremamente rígidas para a desistência de algum dos países signatários. A saída somente é autorizada transcorridos cinco anos da adesão e as regras do acordo ainda deverão permanecer válidas por mais 15 anos após a consumação da retirada do país.

Os pontos apresentados acima são apenas exemplos de algumas das cláusulas que estão sendo negociadas. A divulgação no ano passado pela Internet - graçasà ação de ONGs norte-americanas e canadenses - do texto da proposta que estava sendo negociado a portas fechadas na

O AMI, COMO ERA DE SE ESPERAR, NÃO PREVÊ A CRIAÇÃO DE QUALQUER MECANISMO QUE GARANTA AOS CIDADÃOS - DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DAS SUAS INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO, COMO POR EXEMPLO, O CONGRESSO NACIONAL - O DIREITO DE QUESTIONAR OU CRIAR RESTRIÇÕES, COM BASES EM CRITÉRIOS DE JUSTIÇA SOCIAL OU AMBIENTAL, ÀS AÇÕES DE EMPRESAS TRANSNACIONAIS

OCDE, levantou uma onda de protestos internacionais, que acabaram por criar constrangimentos às negociações. A França, por exemplo, onde se formou a mais forte coalizão anti-AMI na Europa, anunciou recentemente que se retira das negociações no interior da OCDE e passa a defender que as discussões sejam transferidas para o espaço mais amplo da OMC. Uma medida que enfraquece momentaneamente a iniciativa, mas cria riscos adicionais ao introduzir o tema na pauta de negociações do organismo multilateral com maior poder de implementação atualmente existente na esfera internacional.

O impacto da crise financeira internacional também está contribuindo para que sejam colocadas em cheque as políticas de liberalização e, em última análise, o próprio aparato institucional erguido no pós Segunda Guerra. No âmbito do chamado Sistema de *Bretton Woods*, ao qual pertecem o FMI e o Banco Mundial, alguns preferem percorrer o caminho das auto-reformas administradas a partir do próprio sistema - ainda que sujeitas a algumas turbulências e efeitos colaterais não controláveis, como os trazidos por uma efetiva abertura para a participação da sociedade civil - do que correr o risco da completa bancarrota, decorrência de uma possível falência na capacidade gestora dessas instituições. Esta parece estar sendo, por exemplo, a opção adotada pelas principais lideranças do Banco Mundial. No entanto, a velocidade do processo e a gravidade da crise internacional nos leva a pensar que isso não seja o suficiente. Neste sentido, as ONGs e os demais setores sociais atuantes na cena internacional deverão intensificar os seus esforços e campanhas a favor de uma nova institucionalidade global.

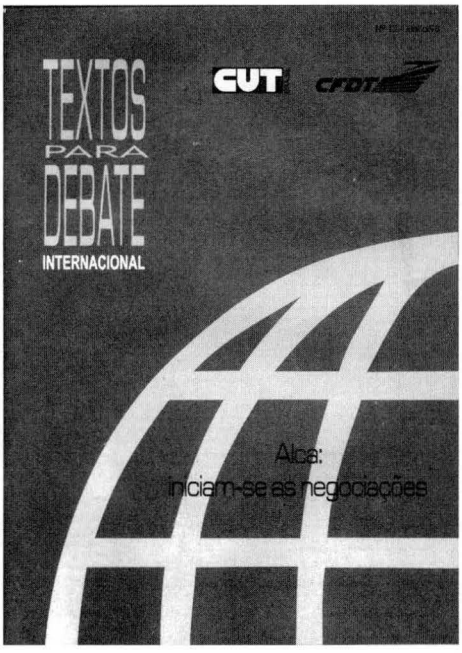
Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, os riscos do AMI não devem ser obscurecidos pelo fato das negociações estarem, momentaneamente, restritas aos países membros da OCDE. A perspectiva de levar o debate para o OMC pode recolocar o tema sob outro ângulo, inclusive, eventualmente, escapando do formato de um acordo a ser aprovado em bloco, optando por caminhos mais insidiosos e menos visíveis, como, aliás, aquele que estava sendo percorrido até a divulgação do texto confidencial do acordo pela Internet, à revelia dos governos. A discussão sobre a posição brasileira neste tema deveria começar imediatamente, com a participação da sociedade civil e, sobretudo, do Congresso Nacional.

A DIVULGAÇÃO NO ANO PASSADO PELA INTERNET - GRAÇAS À AÇÃO DE ONGS NORTE-AMERICANAS E CANADENSES - DO TEXTO DA PROPOSTA QUE ESTAVA SENDO NEGOCIADO A PORTAS FECHADAS NA OCDE, LEVANTOU UMA ONDA DE PROTESTOS INTERNACIONAIS, QUE ACABARAM POR CRIAR CONSTRANGIMENTOS ÀS NEGOCIAÇÕES

TEXTOS para DEBATE Internacional

ALCA: iniciam-se as negociações

CUT/CFDT



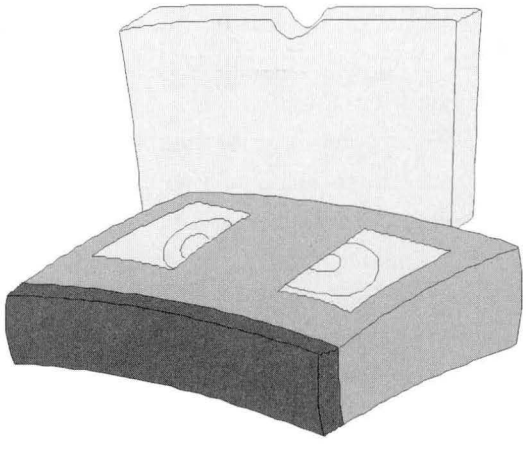
Este número de Textos para Debate Internacional reúne um conjunto de documentos que tem como eixo central o tema da liberalização comercial e a desregulação dos investimentos. Além dos documentos debatidos na Conferência dos Povos das Américas, realizada em abril de 98, em Santiago, este número contém os documentos oficiais aprovados na IV Reunião de Ministros da ALCA, de Costa Rica, e na II Conferência das Américas, que reuniu os presidentes e chefes de estado dos 34 países que compõem a ALCA. Também publicamos o documento final da Conferência Sindical sobre a Dimensão Social do Mercosul e da União Européia, ocorrida em Montevidéu, em maio de 98.

Onde adquirir: Central Única dos Trabalhadores, Rua Caetano Pinto, 575, Brás, São Paulo
Tel: (011) 242 9411, Fax: (011) 2429610
Correio eletrônico: sri@cut.org.br

ATENÇÃO!!!

VÍDEOS DA FASE AGORA NA UERJ

O acervo de vídeos da FASE foi doado ao Núcleo de Antropologia e Imagem da UERJ. São mais de 200 títulos, produzidos pela FASE ou por outras ONGs, produtores culturais e videoastas populares, abordando a cultura, o cotidiano e as condições de vida e de trabalho de diferentes segmentos sociais: trabalhadores do campo e da cidade, mulheres, negros e outros. Este acervo abarca os últimos 25 anos de produção visual alternativa, possuindo uma grande importância histórica. Em fase final de reorganização, já tem parte disponível para consultas e visionamentos.



NAI/UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9001-ª, CEP: 20559-900, Telefax: (021) 587-7590
correio eletrônico: oficina@uerj.br

Proposta 80

próximo número

Brasil Urgente

O próximo número de **Proposta** colocará em pauta a desconstrução neoliberal do Estado desenvolvimentista e que possíveis perspectivas se abrem no futuro para o país. Faremos o balanço dos custos sociais do ajuste e da desregulamentação do mercado de trabalho; da ruptura com o padrão desenvolvimentista e seus efeitos sobre os cenários prospectivos para o início do próximo milênio. Tudo em nome de pretensas "flexibilidade" e "competitividade". Abordaremos o custo social do ajuste que pretendem aprovar para o próximo ano e as perspectivas do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Procuraremos traçar, ainda, uma reflexão sobre o quadro das posições políticas definidas no contexto pós-eleitoral que informará as lutas em torno da agenda nacional e as reformas que o país necessita, levando em conta os novos matizes e estratégias oposicionistas.

Abordar a conjuntura de um ângulo reflexivo, e que levè em conta a estrutura, significa interrogar sobre o desfecho do ciclo desenvolvimentista, o que será feito sob a forma de algumas reflexões críticas. Este exercício conteplará uma abordagem sobre os cenários estratégicos prospectivos desenhados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Tudo isso construirá um painel adequado para que o leitor de Proposta tenha uma leitura do quadro nacional numa perspectiva de longo prazo.

Nesse sentido, **Proposta** 80 atenderá o desejo de seus leitores e assinantes de tratar da agenda estratégica do desenvolvimento nacional. De um ponto de vista mais concreto, apresentaremos a proposta de um "PROER para os pobres" e buscaremos identificar uma experiência alternativa no plano local voltada para a implantação de uma política municipal de renda mínima. Os dois temas fazem parte do elenco das políticas alternativas de geração de renda constitutivos da plataforma de economia popular e solidária que vem se afirmando por diversos caminhos no país como medida redistributiva e como afirmação de um novo direito social.

FASE - 35 anos educando para o desenvolvimento e a cidadania

ONDE ADQUIRIR:

FASE: Rua das Palmeiras, 90 • Botafogo • CEP 22270-070 • Rio de Janeiro • RJ
Tel: (021) 286-1441 • Fax: (021) 286-1209

Em ***PROPOSTA***, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas e a anális mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência do movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

"A Revista ***PROPOSTA*** é rica em informações e reflexões. Os temas tratados nos número que tive acesso, "Cenários do Século XXI" e "Raça e Cultura", tocam questões de fundamenta importância para todos os que se preocupam com os destinos da sociedade brasileira. Parabéns"

Deputada Marta Suplicy
Articulista do número 70

"Felicito a direção da Revista pelo horizonte novo que abre em várias matérias colocada em debates. A Revista traz de fato coisas novas, não-convencionais, é um esforço no sentido d levantar problemas brasileiros".

Professor Celso Furtado
Entrevistado do número 70

Valor da Assinatura Anual
• R$ 22,00 (vinte e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de *PROPOSTA*

•Fazer um depósito nominal no valor acima à **FASE** no Banco Bradesco, na conta 31 947 – 3, agência Catete 3019
•Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 286—1209. Em breve vo receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

• Enviar um cheque nominal à **FASE** no valor de R$ 22,00, juntamente com seus dados, para o endereço: das Palmeiras, 90 Cep – 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ

Para maiores informações: (021) 286-1441 ou sveiga@fase.org.br.